

planejamento e futuro

Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento



“Planejar não é apenas antecipar problemas, mas criar soluções que garantam o progresso sustentável para as próximas gerações.”

Fabrício Marques, presidente do Conseplan

MISSÃO INTERNACIONAL

Delegação do Conseplan reuniu representantes de dez estados brasileiros e do Governo Federal, com destino à OCDE e às principais instituições da União Europeia.

ENTREVISTA **SIMONE TEBET**

Ministra fala sobre a importância da parceria com o Conseplan para soluções inovadoras.



VEM AÍ

1º CONGRESSO CONSEPLAN

RECONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO NACIONAL

BRASÍLIA - MAIO DE 2025



CONSEPLAN
Conselho Nacional de Secretários
Estaduais do Planejamento



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Mais informações: contato@conseplan.org.br • <https://conseplan.org.br/>

PRESIDENTE

Fabício Marques Santos

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e
Desenvolvimento Regional de Pernambuco

1º VICE-PRESIDENTE

Luisa Barreto

Secretária de Estado de Planejamento
e Gestão de Minas Gerais

2º VICE-PRESIDENTE

Eieth de Fátima Braga

Secretária de Estado de Planejamento e Administração do Pará

3º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Brandão dos Santos

Secretário de Estado de Planejamento do Acre

MEMBROS

Ricardo Brandão dos Santos (Acre)

Paula Cintra Dantas (Alagoas)

Lucas Abrahão Rosa Cezário de Almeida (Amapá)

Serafim Fernandes Corrêa (Amazonas)

Cláudio Ramos Peixoto (Bahia)

Alexandre Sobreira Cialdini (Ceará)

Ney Ferraz Júnior (Distrito Federal)

Álvaro Duboc (Espírito Santo)

Francisco Sérvulo Freire Nogueira (Goiás)

Vinicius Ferro Castro (Maranhão)

Basílio Bezerra Guimarães (Mato Grosso)

Rodrigo Perez Ramos (Mato Grosso do Sul)

Lúia Cardoso Barreto (Minas Gerais)

Renata Mirella Freitas (Pará)

Gilmar Martins (Paraíba)

Guto Silva (Paraná)

Washington Bonfim (Piauí)

Adilson de Faria Maciel (Rio de Janeiro)

Maria Virgínia Ferreira Lopes (Rio Grande do Norte)

Danielle Calazans (Rio Grande do Sul)

Beatriz Basílio Mendes (Rondônia)

Rafael Inácio de Fraia e Souza (Roraima)

Edgard Usuy (Santa Catarina)

Samuel Kinoshita (São Paulo)

Júlio Filgueira (Sergipe)

Sergislei Silva de Moura (Tocantins)

SECRETARIA EXECUTIVA

Sérgio de Figueiredo Silveira

Silvia Castro Souza Capelanes

ASSESSOR ESPECIAL

Francisco Alves de Amorim

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Breno Santos Pessoa de Luna

REVISTA PLANEJAMENTO E FUTURO

DIRETOR DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Francisco Alves de Amorim

COORDENADORA GERAL

Silvia Castro Souza Capelanes

EDITOR-CHEFE

Breno Santos Pessoa de Luna

COORDENADOR DE EDIÇÃO DOS ESTADOS E DF

Lucas Pondé

PROJETO GRÁFICO

Elton Mark

EDIÇÃO DE ARTE / DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

REVISÃO

Carla Lisboa

<https://conseplan.org.br>

Instagram: @conseplan

LinkedIn: www.linkedin.com/company/conseplan/

• Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação das secretarias estaduais e do Distrito Federal pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

EDITORIAL

É com imensa satisfação que lançamos a primeira edição de *Planejamento e Futuro*, a revista do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan). Mais do que uma publicação institucional, queremos fazer desse veículo um espaço de exposição de ideias e de debate sobre os rumos do Planejamento, seja no âmbito nacional, seja nas esferas estaduais.

Esse projeto está em total sintonia com a nossa proposta de fomentar cada vez mais a interação e as trocas entre todos os entes que fazem o planejamento público do país. A revista é um canal de diálogo que se soma a outras frentes do Conseplan, como os eventos, os Grupos de Trabalho, as missões internacionais e outras ações. Em todos esses casos, a premissa é uma só: a integração.

No decorrer das próximas páginas, abriremos espaço para que secretários, técnicos e especialistas dos 26 estados e do Distrito Federal exponham ideias, tragam propostas e mostrem resultados das suas gestões. Do mesmo modo, contamos também com as importantes contribuições do Governo Federal, por meio da Secretaria de Planejamento Nacional, do Ministério da Gestão e Inovação e do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil, inclusive trazendo uma entrevista da ministra Simone Tebet.

Nesta edição inaugural, aproveitamos para fazer um balanço da gestão do Conseplan no biênio 2023-2024 e para trazer os resultados da nossa mais recente missão internacional, com destino à França e à Bélgica.

É um primeiro volume robusto, repleto de conteúdo, que certamente trará novas perspectivas para os nossos leitores. Esperamos que essa publicação venha, nesta e nas próximas edições, a inspirar e a orientar gestores, estimulando a cooperação e eficiência.

Fabício Marques Santos, presidente do Conseplan

SUMÁRIO

ENTREVISTA **SIMONE TEBET**

Ministra do Planejamento e Orçamento, reflete sobre a importância da parceria com o Conseplan para soluções inovadoras.

04



Missão internacional buscou boas práticas de Planejamento na OCDE e na União Europeia

10



GESTÃO NOS ESTADOS

36

ACRE

Estado do Acre resiliente diante dos desafios climáticos

40

ALAGOAS

“Primeiro Emprego” garante seleção de estágio inclusiva em Alagoas

46

AMAPÁ

Modelo inovador de credenciamento otimiza elaboração de projetos no Amapá

50

AMAZONAS

Portal do Planejamento aumenta transparência e estimula participação popular no Amazonas

54

BAHIA

Bahia 2050: planejamento para um futuro sustentável e inclusivo

59

CEARÁ

União para um crescimento forte, sustentável e democrático no Ceará

66

DISTRITO FEDERAL

Transparência como instrumento para a gestão de resultados

72

ESPÍRITO SANTO

Modelo de gestão coloca Espírito Santo na frente em investimentos públicos

78

GOIÁS

Integração e gestão inovadora garantem resultados sustentáveis em Goiás

84

MARANHÃO

Maranhão lança 1º plano estratégico a longo prazo: o Plano Maranhão 2050

90

MATO GROSSO

MT aplica estratégias inovadoras e realiza gestão pública eficiente e transparente

96

MATO GROSSO DO SUL

MS avança em boas práticas de gestão com sistema de governança eficiente

102

MINAS GERAIS

“Automatiza.MG” desburocratiza e agiliza o setor público com uso de IA

106

PARÁ

Pará fortalece gestão estadual com investimentos e valorização de servidores

112

PARAÍBA

Participação popular tem papel decisivo no planejamento estratégico da Paraíba



**Grupos de Trabalho
se estabelecem como
ferramentas para
fortalecimento do
planejamento público**

18



- 118 PARANÁ**
PPA 2024-2027 do Paraná mostra 72% das entregas bem encaminhadas
- 124 PIAUÍ**
Piauienses definem obras prioritárias pelo Orçamento Participativo Digital
- 128 RIO DE JANEIRO**
Governo do Rio investe em capacitações e planejamento de longo prazo
- 134 RIO GRANDE DO SUL**
Rio Grande do Sul enfrenta consequências das inundações históricas com plano de retomada
- 140 RONDÔNIA**
Educação especial em Rondônia: um compromisso com a inclusão
- 144 RORAIMA**
Governança em Roraima alinhada com os princípios da ONU
- 148 SÃO PAULO**
Plano São Paulo na Direção Certa moderniza gestão estadual
- 154 SERGIPE**
Projetos desenvolvidos em Sergipe focam em modelo de governança por resultados que integra Planejamento, Orçamento e Inovação
- 160 TOCANTINS**
Tocantins avança em desenvolvimento fiscal e socioeconômico com gestão inovadora e estratégica

ARTIGOS

- 17 Estratégia Brasil 2050: planejando o futuro do País**
Virgínia de Ângelis (Ministério do Planejamento e Orçamento)
- 23 Retomada do planejamento de médio prazo: da reconstrução à efetiva implementação do PPA participativo**
Virgínia de Ângelis, Flávia Duarte, Danyel Iorio, Estela Alves, Flávia Pedrosa, Hugo Torres, Dorotea Blos, Leonel Cerqueira (Ministério do Planejamento e Orçamento)
- 34 Diversidade nas estatais federais: o pacto e desafios**
Elisa Leonel, Luciana Almeida, Elisa Alves (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)
- 45 Governo oferece oportunidade de estágio aos jovens alagoanos**
Paula Cintra Dantas (Alagoas)
- 58 Planejamento e reconstrução nacional: Bahia e Brasil juntos por um futuro mais justo e sustentável**
Cláudio Peixoto (Bahia)
- 65 Ceará 2050 é o farol para a construção de um futuro sustentável**
Alexandre Sobreira (Ceará)
- 77 Orçamento climático: uma nova era de investimentos verdes no estado**
Álvaro Duboc, Juliani Johanson (Espírito Santo)
- 89 Monitoramento e avaliação: caminhos para uma gestão pública mais eficiente**
Vinícius Ferro Castro (Maranhão)
- 95 Mato Grosso: do caos financeiro à liderança em investimentos**
Basílio Bezerra (Mato Grosso)
- 101 MS Ativo: um caminho para a relação institucional estado-município**
Thaner Castro (Mato Grosso do Sul)
- 117 A importância do planejamento a longo prazo para o Brasil**
Gilmar Martins (Paraíba)
- 123 Rota do Progresso é grande caixa de ferramentas para que municípios possam crescer**
Guto Silva (Paraná)
- 127 Abordagem para a eficiência e transparência na gestão pública**
Washington Bonfim, Gabriela Celso, Raul Bonfim (Piauí)
- 133 Políticas públicas transversais: planejamento e gestão orçamentária**
Adilson Faria (Rio de Janeiro)
- 139 Planejamento para aprimorar a permanência dos jovens na escola**
Danielle Calazans (Rio Grande do Sul)
- 153 Recursos públicos otimizados e conectados estrategicamente ao planejamento de Pernambuco**
Fabrício Marques (Pernambuco)
- 159 Recriação da Seplan em Sergipe e o desafio da implantação de um novo modelo de governança**
Julio Filgueira (Sergipe)

“Estados podem contribuir para a melhoria dos processos do governo federal”

Ministra Simone Tebet afirma que a participação do Ministério do Planejamento e Orçamento em fóruns e grupos de trabalho do Conseplan é importante para a troca de experiências bem-sucedidas e a definição de soluções

No encerramento do segundo ano da gestão à frente do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet avalia o resultado do trabalho realizado nesse período e aponta os próximos passos para a Pasta, como a elaboração da Estratégia Nacional de Longo Prazo, a Estratégia Brasil 2050, que deve ser finalizada até julho de 2025. Nesta entrevista, a ministra comenta o Marco Orçamentário de Médio Prazo e analisa a importância da parceria do ministério com o Conseplan. “A participação do MPO nos fóruns e grupos de trabalho do Conseplan é muito importante, tanto na troca de experiências bem-sucedidas quanto na discussão de problemas e na definição de soluções”, avalia.

O primeiro ano da gestão da senhora foi, segundo suas próprias palavras, de reconstrução do Ministério do Planejamento e Orçamento. Estamos nos aproximando do fim do segundo ano dessa gestão. Os desafios

iniciais foram superados? Quais são os novos desafios enfrentados neste segundo ano?

Sim. O ano de 2023 foi de reestruturação do ministério. Rodamos todos os estados e o Distrito Federal na construção do planejamento de 4 anos do Plano Plurianual (PPA). Reforçamos o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Além disso, lançamos as cinco rotas de integração sul-americana e estruturamos o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do ministério, com o qual podemos identificar os principais desafios para os próximos anos.

O PEI lista 14 Objetivos estratégicos e 34 resultados-chaves, além de 29 projetos, a serem alcançados pelo ministério em 2024 e nos anos à frente. Entre os muitos desafios, podemos destacar: a estruturação e a implementação das avaliações *ex ante* de políticas públicas; integração dos processos de planejamento, orçamento e avaliação de políticas



SIMONE TEBET

Ministra de Estado

Ministério do Planejamento e Desenvolvimento

JOÃO VILLAVERTHE

públicas; aperfeiçoamento da gestão das agências transversais e multisetoriais; elaboração do planejamento de longo prazo – Estratégia Brasil 2050; implementação do Marco Orçamentário de Médio Prazo; Elaboração do Projeto da Nova Lei de Finanças Públicas; e implementação dos Eixos de Integração Sul-Americana.

Uma das iniciativas do ministério é a Estratégia Brasil 2050. Como está o andamento do trabalho e quais as semelhanças e as diferenças entre planejar o Médio Prazo (PPA) e o Longo Prazo (EB2050)?

O trabalho está avançando. Em agosto último foi publicada a Portaria MPO nº 244/2024, que estabeleceu os procedimentos e os prazos para a elaboração da proposta da EB2050. O prazo para o encerramento dos trabalhos de elaboração é 31 de julho do próximo ano, a tempo de ser apresentada na COP 30, em Belém. Atualmente, estão sendo elaborados um inventário de propostas e planos que tratem do Brasil no longo prazo, sejam federais, estaduais ou regionais; 21 estudos temáticos sobre assuntos selecionados, com a participação efetiva de diversos ministérios parceiros; uma análise situacional e retrospectiva; e quatro estudos estratégicos, abordando a macroeconomia, a transição demográfica, a mudança climática e a infraestrutura. Todo esse material servirá de insumo para a elaboração de cenários e a construção da estratégia no primeiro semestre do próximo ano. As questões regionais serão abordadas a partir de insumos provenientes de estudos regionais. Estamos solicitando a elaboração desses estudos aos Consórcios Estaduais Regionais, com o apoio do Conseplan.

“Apenas um Planejamento de Longo Prazo que realmente reflita as aspirações da sociedade brasileira e seja capaz de mobilizar os diversos atores terá condições de balizar a atuação de todos esses governos”

Da mesma forma que na elaboração do PPA, pretendemos que a elaboração da Estratégia tenha a maior participação popular possível, além da contribuição dos demais entes federados e de representantes do setor privado, da sociedade civil organizada e da Academia. Inclusive, o **Conseplan** tem papel relevante nesse processo, como fórum de discussão e de articulação de secretarias estaduais de planejamento e o ministério sobre propostas de convergência entre os planos de médio e longo prazo estaduais e a Estratégia Brasil 2050.

No planejamento de longo prazo, essa participação é ainda mais importante, tanto na definição de onde queremos estar dentro de 25 anos e nos caminhos que vamos adotar para chegar lá e como no acompanhamento e monitoramento da implementação da estratégia. Não podemos esquecer que o espaço de tempo de 25 anos envolve sucessivos governos, tanto no nível federal quanto nos níveis estaduais e municipais. Todos terão de elaborar seus próprios Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Apenas um Planejamento de Longo Prazo que, realmente, reflita as aspirações da sociedade brasileira e seja capaz de mobilizar os diversos atores terá condições de balizar a atuação de todos esses governos.

O ministério também atua na modernização do orçamento. Uma das iniciativas é o Marco Orçamentário de Médio Prazo. Como funciona e qual sua relação com o planejamento de médio e de longo prazo?

O planejamento tem um foco maior nas transformações que se quer realizar a partir do

estabelecimento de objetivos, metas e indicadores e da definição de ações e projetos críticos. Pode ser menos detalhado quanto à alocação de recursos orçamentários, além de prever recursos provenientes de outras fontes que não o orçamento, tais como parcerias com o setor privado e gastos não orçamentários. Além disso, o plano pode prever ações não orçamentárias que não dependam de gastos significativos, como, por exemplo, a elaboração de uma Nova Lei de Finanças Públicas ou a reforma da legislação tributária.

O Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP), por sua vez, foca em um detalhamento plurianual das previsões de despesas em nível próximo ao dos orçamentos anuais. Decisões de alocação de recursos comumente geram despesas para os diversos anos. Muitos projetos são de execução plurianual e implicam gastos de manutenção após a sua conclusão. Ainda, diversas políticas públicas implementadas e previstas em legislação consolidada continuarão a necessitar de recursos ao longo dos anos, enquanto novas políticas são criadas e competem por espaço nos orçamentos. Somado a isso, verifica-se uma trajetória de crescimento das despesas primárias obrigatórias, que tendem a comprimir as despesas primárias discricionárias.

O Marco Orçamentário de Médio Prazo vem atender à necessidade de planejar adequadamente as despesas da União para os próximos exercícios, observando o espaço fiscal projetado. Isso permite ao governo integrar de maneira efetiva sua estratégia de política fiscal aos orçamentos, considerando um horizonte intertemporal. Este instrumento é chave para promover uma

política fiscal mais transparente e responsável, contribuindo para uma gestão sustentável das contas públicas.

É importante destacar que as previsões de despesas do MOMP são indicativas, ou seja, sua observância não será obrigatória no momento da elaboração dos orçamentos seguintes, afinal, por maior que seja o nosso esforço de planejamento, cenários e prioridades podem mudar com o tempo.

O novo marco adapta ao contexto brasileiro o segundo estágio do arcabouço institucional de *Medium Term Expenditure Framework (MTEF)*, referência internacional em gestão orçamentária.

O primeiro estágio, ressaltado, consistiu no Marco Fiscal de Médio Prazo (MFMP), apresentado no PLDO-2025, contendo projeções dos principais agregados fiscais da União para quatro exercícios. No geral, a experiência internacional com o MTEF é exitosa. A adoção da ferramenta cresceu significativamente nas últimas décadas, de forma que, atualmente, ao menos

54 países adotam, em diferentes níveis, o modelo recomendado por organizações como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na União, a implementação do Marco Orçamentário de Médio Prazo será gradual. No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 (PLOA 2025), encaminhado ao Congresso Nacional em agosto, as previsões indicativas de despesas foram incluídas apenas para um exercício adicional (2026). Planejamos ampliar o horizonte temporal nos próximos orçamentos.

“O planejamento tem um foco maior nas transformações que se quer realizar a partir do estabelecimento de objetivos, metas e indicadores e da definição de ações e projetos críticos”

O primeiro Marco Orçamentário de Médio Prazo da União está materializado no Anexo VIII do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2025 (PLOA 2025), que apresenta as previsões de despesas de forma agregada. Os números também estão disponíveis para consulta, no maior nível de detalhamento possível, no Painel do Orçamento Federal, acessível a qualquer cidadão, sem necessidade de senha ou cadastro.

Além da modernização do planejamento e do orçamento, o ministério tem foco na avaliação de políticas públicas. Quais foram os resultados alcançados nessa área?

No ciclo de avaliações 2023-2024, foram avaliadas seis políticas públicas, tanto financiadas por gastos orçamentários diretos quanto por subsídios, resultando em 33 propostas de aprimoramento. Todas as propostas são discutidas com os gestores das políticas, previamente a sua divulgação e publicação no Relatório Anual de Políticas Públicas.

Para esse ciclo, os critérios de seleção das políticas foram redefinidos com base no Decreto 11.558, de 13 de junho de 2023, levando em consideração aspectos de materialidade, criticidade e relevância. Destaco que o critério de relevância se baseou nas prioridades declaradas e em agendas transversais do PPA 2024-2027, reforçando a conexão entre o PPA e o ciclo de avaliação de políticas públicas.

Diversas políticas avaliadas neste ciclo estão relacionadas a questões ambientais e climáticas. Menciono a Operação Carro Pipa, Combate ao desmatamento, Operação de Termoeletricas e o Fundo do Clima. As propostas de melhoramento abordam

questões de monitoramento das políticas, fiscalização, estruturação de indicadores e estabelecimento de metas. No caso das usinas termoeletricas, uma das sugestões de melhoria foi a adoção de medidas para o encerramento da política de subsídio tributário à termoeletricidade. Essa sugestão reforça a necessidade contínua de avaliação, na medida em que a situação-problema, que originou a política, crise hídrica com risco à capacidade de fornecimento de energia hidroelétrica, se modificou para a situação atual de crise climática.

Outra marca de sua gestão é a participação popular e a parceria com os entes subnacionais. Quais as estratégias do ministério para reforçar essa parceria e quais os resultados esperados?

Uma das principais estratégias no âmbito da parceria com os entes subnacionais é a cooperação com o **Conseplan**. Participamos, constantemente, dos fóruns nacionais e assinamos, em 2023, um Acordo de Cooperação Técnica que prevê atuação conjunta para temas como Orçamento, Planejamento de Longo Prazo, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Revisão de Gastos, Agenda Transversal da Criança e Adolescente, entre outros. Também estamos trabalhando junto aos Consórcios Estaduais Regionais, com o apoio do **Conseplan**.

Outra estratégia é a atuação, por meio dos conselhos consultivos do governo federal, que contam com representantes de diferentes setores da sociedade civil, e por meio do fórum interconselhos. Também procuramos ir aos estados e municípios a partir da organização de oficinas e plenárias, estratégia fortemente utilizada durante

“Uma das principais estratégias no âmbito da parceria com os entes subnacionais é a cooperação com o Conseplan”



a elaboração do PPA e que devemos repetir, em novo formato, na elaboração da Estratégia Brasil 2050. Finalmente, temos foco na construção de canais de participação social, incluindo a utilização de plataformas digitais.

O Conseplan trabalha, atualmente, com três Grupos de Trabalhos (GTs) com os temas governança e gestão orçamentária, investimentos estratégicos e avaliação de políticas públicas. Também está iniciando um GT de Planejamento de Longo Prazo. Todas são áreas de destaque também no trabalho do MPO e objeto de Acordo de Cooperação Técnica mencionado em sua resposta. Como o ministério pode apoiar o Conselho nesses trabalhos e quais os resultados que podem ser obtidos, tanto para os estados quanto para o governo federal?

Acredito que o governo federal tem muitas iniciativas nas áreas de planejamento e orçamento que possam ser aproveitadas pelos estados. E o **Conseplan** é o canal natural para apresentá-las. Mas o inverso também é verdadeiro. Os estados têm muitas experiências e iniciativas que podem

contribuir para a melhoria dos processos do governo federal.

Ademais, muitas das dificuldades enfrentadas pelos estados podem ser enfrentadas a partir de melhorias de normas e leis federais e da oferta de capacitação qualificada. Portanto, a participação do MPO nos fóruns e GTs do **Conseplan** é muito importante tanto na troca de experiências bem-sucedidas quanto na discussão de problemas e na definição de soluções. Temos a oportunidade de melhorar a legislação federal com a discussão da nova lei de finanças e estabelecer padrões de funcionamento para o ciclo de planejamento, orçamento e avaliação. É possível também construir, conjuntamente, programas de capacitação que permitam uma uniformização de conhecimentos e alinhamento de conceitos, promovendo a melhoria do ciclo em todos os níveis da Federação.

A oportunidade de discutir projetos e investimentos prioritários tem o potencial de melhorar o perfil desses investimentos, promovendo a sinergia das ações entre estados e governo federal. Isso também vale para a qualificação do gasto público em geral, possibilitando a melhoria das políticas públicas. ■



Divulgação/Conseplan

Comitiva brasileira pôde discutir temas da governança pública com lideranças da Europa.

Missão internacional buscou boas práticas de Planejamento na OCDE e na União Europeia

Delegação do Conseplan reuniu representantes dez estados brasileiros e do Governo Federal, com destino à França e à Bélgica

A Missão Internacional do Conseplan em Paris e Bruxelas, realizada de 4 a 8 de novembro de 2024, foi essencial para o fortalecimento das relações institucionais e para o intercâmbio de práticas avançadas em planejamento e gestão orçamentária que trazem reflexões relevantes para o contexto brasileiro. Com uma delegação composta por 17 integrantes, incluindo representantes de dez estados brasileiros e a secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, a missão teve o apoio das embaixadas do Brasil em Paris e Bruxelas, e proporcionou um engajamento estratégico junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e às três principais instituições da União Europeia: o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia.

Ao longo da programação, a delegação brasileira pôde observar e discutir diretamente com os parceiros europeus temas essenciais para a governança pública, como as políticas de coesão, as abordagens

de governança multinível e as metodologias para implementação de orçamentos plurianuais. Os encontros com a OCDE e a União Europeia trouxeram à tona as experiências europeias em desafios já enfrentados pelo continente, como a sustentabilidade fiscal, a promoção da coesão entre regiões e a adaptação de políticas para promover o desenvolvimento regional. O contato com essas práticas e soluções oferece valiosos insights sobre como o Brasil pode abordar questões semelhantes em seu contexto, inspirando o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e de longo prazo.

Essa troca de experiências destaca-se não só pela qualidade técnica, mas também pela criação de uma rede colaborativa e engajada, com laços reforçados entre os representantes dos estados brasileiros. A convivência e o intercâmbio constantes durante a missão não apenas fortaleceram as capacidades institucionais, mas também construíram uma base de confiança e colaboração entre os participantes. Essa rede de cooperação interna é fundamental



Apresentações de especialistas da OCDE forneceram um panorama sobre o planejamento estratégico no contexto dos países-membros da organização

para a implementação de práticas inspiradas na experiência europeia, ajustadas aos desafios e à realidade do Brasil.

Mais do que uma oportunidade de aprendizado técnico, a missão também foi importante para consolidar o papel do Conseplan como fórum de articulação para o desenvolvimento fiscal e regional no Brasil. A integração de conhecimentos compartilhados durante essa jornada e as estratégias observadas servirão como referência para a implementação de práticas orçamentárias e de planejamento que promovam eficiência, integração e coesão no contexto brasileiro.

PROGRAMAÇÃO POSSIBILITOU IMERSÃO NAS PRÁTICAS DOS PAÍSES-MEMBROS DA OCDE

No primeiro dia da missão internacional, a delegação do Conseplan foi recebida na sede da OCDE, em Paris. O encontro proporcionou uma imersão nas práticas adotadas por países-membros da organização, com apresentações realizadas por especialistas de diferentes áreas da OCDE, abordando desafios e soluções para o fortalecimento do planejamento estratégico e da gestão fiscal.

Entre as apresentações, podemos destacar a conduzida chefe de Gestão Pública e Orçamento, Jón R. Blöndal, que trouxe um panorama do ambiente desafiador enfrentado pelos governos no contexto atual. Ele destacou os três pilares do trabalho público: o empoderamento do público, a atuação de instituições fiscais independentes e a implementação de iniciativas estratégicas orçamentárias. Na sequência, a líder em Orçamento Sensível ao Gênero da OCDE, Scherie Nicol, apresentou o tema “Gender Budgeting” (Orçamento Sensível ao Gênero). Nicol destacou o impacto econômico

e social da redução das desigualdades de gênero, com ênfase no potencial de crescimento do PIB brasileiro caso a lacuna de participação feminina no mercado de trabalho seja reduzida.

No encerramento da programação, Scherie Nicol também falou sobre o papel evolutivo dos parlamentos no processo orçamentário, destacando a importância do engajamento cidadão, do uso de dados abertos e do suporte de instituições fiscais independentes. Nicol enfatizou que fortalecer a supervisão parlamentar é essencial para reestabelecer a confiança dos cidadãos nas instituições e garantir maior responsabilidade fiscal, especialmente em cenários pós-crise.

Missão contou com apoio das embaixadas do Brasil em Paris e em Bruxelas

No segundo dia da missão, a delegação do Con-seplan foi recebida pelo embaixador do Brasil junto à OCDE, Sr. Sarquis Sarquis, na Embaixada do Brasil em Paris. A reunião foi um espaço de discussões sobre temas estratégicos, como investimento público, previdência social, educação, mudanças climáticas, fontes de energia renováveis e eficiência energética. Esses temas foram abordados de forma integrada, explorando as possibilidades de cooperação do Brasil junto à OCDE.

No mesmo dia, a delegação teve um encontro com o economista Luiz de Mello, diretor do Departamento Econômico da OCDE, departamento responsável por análises macroeconômicas estruturais e o acompanhamento das políticas econômicas domésticas de alguns países, incluindo o Brasil. Foram discutidos temas como emendas parlamentares, investimentos, produtividade e o mercado de trabalho brasileiro, oferecendo uma visão aprofundada dos desafios econômicos enfrentados pelo país.



No último dia em Paris, a delegação do Conseplan participou de uma reunião de alinhamento estratégico com o embaixador Sarquis Sarquis. Essa agenda foi estruturada para alinhar estratégias comuns entre o Conseplan e a OCDE, com foco na capacitação de servidores e estados brasileiros nas áreas de indicadores e governança de dados. Além disso, foram abordados temas de cooperação entre o Brasil e a OCDE em áreas orçamentárias e de planejamento, buscando fortalecer a integração e a aplicação de melhores práticas na gestão pública.

DÍALOGO COM A UNIÃO EUROPEIA FORTALECE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ECONÔMICAS

Em Bruxelas, a delegação foi recebida pelo embaixador da Missão do Brasil junto à União Europeia, Sr. Pedro Miguel Costa e Silva. A reunião abordou o posicionamento do Brasil junto aos órgãos da União Europeia e identificou oportunidades de cooperação e alinhamento em temas de interesse comum. Foram discutidos os desafios e perspectivas do Brasil no contexto europeu, reforçando a importância de um diálogo contínuo para o fortalecimento das relações institucionais e econômicas.

A comitiva do Conseplan também esteve reunida com o eurodeputado Hélder Sousa Silva, presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a República Federativa do Brasil, quando foram abordados temas centrais sobre o funcionamento das instituições europeias e a estrutura orçamentária da União Europeia. O eurodeputado explicou a importância do Parlamento Europeu como órgão de representação dos cidadãos dos Estados-membros, com um papel fundamental na supervisão do orçamento e na iniciativa legislativa.

Hélder Sousa Silva destacou o triângulo institucional da União Europeia, composto por Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia e Comissão Europeia. Esse triângulo representa o equilíbrio entre as três instituições principais, onde cada uma desempenha papéis específicos e complementares:

- **Parlamento Europeu** — Representa os cidadãos da União Europeia, participando da legislação e da supervisão orçamentária.
- **Conselho da União Europeia** — Representa os governos dos Estados-membros e atua no processo de decisão junto ao Parlamento, participando da elaboração e aprovação de políticas.
- **Comissão Europeia** — Atua como órgão executivo, responsável por propor novas legislações e implementar as decisões do Parlamento e do Conselho.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO DRAGHI

O eurodeputado Hélder Sousa Silva apresentou os principais pontos do Relatório Draghi sobre a competitividade europeia, destacando cinco recomendações-chave:

- 1 Dívida comum:** A importância de um financiamento coletivo, com mobilização de recursos anuais de 750 a 800 bilhões de euros para enfrentar desafios globais.
- 2 Relação com a China:** A complexa relação da UE com a China, que exige estratégias cuidadosas dada sua atuação.
- 3 Inovação e competitividade:** Necessidade de incentivar a inovação para manter empresas europeias no continente, especialmente em setores de alta tecnologia.
- 4 Estratégia industrial conjunta:** Urgência de uma estratégia industrial coesa para evitar a deslocalização e fortalecer a economia.
- 5 Reformas no processo decisório:** Necessidade de reduzir a burocracia para decisões mais ágeis e eficazes.

Esse equilíbrio institucional permite uma governança multinível, em que as diferentes perspectivas – dos cidadãos, dos estados-membros e do poder executivo – são consideradas, especialmente nos processos de decisão.

O processo legislativo europeu, conforme descrito pelo eurodeputado, ocorre através dos trílogos – negociações que envolvem as três instituições principais e permitem até três leituras para ajuste das propostas legislativas. Esse método de leituras múltiplas é utilizado para garantir um consenso amplo entre os Estados-membros, possibilitando que os interesses regionais e as prioridades nacionais sejam considerados. Essa estrutura facilita um processo de tomada de decisões mais inclusivo e estável.

Durante a reunião, também foi abordado o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) vigente para o período de 2021-2027, que estabelece as prioridades de financiamento da União Europeia com um planejamento de longo prazo. O QFP serve como

uma estrutura orçamentária que orienta os investimentos da UE, garantindo a coesão econômica e social entre os Estados-membros e promovendo políticas sustentáveis.

No último dia da missão, a delegação do Con-seplan foi recebida por Markus M., especialista em orçamento da Unidade de Orçamento e Coesão do Conselho Europeu. A reunião abordou o funcionamento do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia, vigente para 2021-2027, com foco nas fontes de recursos, estrutura de despesas e áreas prioritárias, como o programa Next Generation EU, voltado à recuperação pós-pandemia.

Eurodeputado explicou o equilíbrio entre Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia e Comissão Europeia



Divulgação/Conseplan



Divulgação/Conseplan

Comitiva retorna ao Brasil com valiosos insights e conhecimentos que serão fundamentais para aprimorar a elaboração de políticas públicas e a gestão orçamentária

Markus detalhou o processo de aprovação do orçamento, iniciado pela Comissão Europeia, ajustado pelo Conselho e Parlamento, e finalizado com base em negociações que definem prioridades estratégicas, como sustentabilidade e coesão regional. Ele também destacou o uso de orçamentos retificativos para lidar com imprevistos, como desastres naturais, e a importância do monitoramento contínuo para alinhar a execução às metas estabelecidas.

Encerrando a missão, a delegação foi recebida na Direção-Geral de Orçamento da Comissão Europeia, onde conheceu em detalhes o orçamento europeu, incluindo sua composição, fontes de recursos e estratégias para diversificação da arrecadação. Foram abordadas as políticas de coesão implementadas por meio de fundos específicos e as prioridades horizontais, como políticas ambientais focadas em clima e biodiversidade e questões de igualdade de gênero. A reunião também explorou o próximo Quadro Financeiro Plurianual (2024-2029), destacando a importância de foco, impacto, simplicidade e flexibilidade. Esta última agenda da missão inspirou a delegação a considerar como aplicar práticas semelhantes no orçamento de médio prazo do Brasil, buscando aprimorar a eficiência e a transversalidade das políticas públicas. ■



Estratégia Brasil 2050: planejando o futuro do País

Que País queremos ser em 2050? Como vamos chegar lá? Essas são algumas das perguntas que orientam a construção da Estratégia Brasil 2050, plano de longo prazo que está sendo elaborado para promover o alinhamento de longo prazo necessário para alcançarmos um futuro próspero, sustentável e justo.

A Estratégia Brasil 2050 trará orientações estratégicas para reduzir as desigualdades sociais e regionais; enfrentar as mudanças climáticas; preparar o País para a transição demográfica; garantir um crescimento sustentável e inclusivo; alcançar excelência na gestão pública e viabilizar um aumento dos investimentos de todos os segmentos, considerando a perspectiva regional, cujo enfrentamento requer cooperação entre os entes federados, a sociedade civil e a iniciativa privada.

Prevista para ser lançada em julho de 2025, a Estratégia Brasil 2050 estabelecerá direcionamentos que guiarão investimentos e a formulação de políticas públicas que, efetivamente, enderecem os desafios econômicos, sociais e ambientais das próximas décadas. Sua construção parte da certeza de que, para superar os desafios de desenvolvimento do nosso País, é imprescindível integrar esforços que transcendam os limites setoriais, governamentais e de um único mandato político.

Essa “carta de navegação” será desenhada com instrumentos que promovam a sua efetiva integração com a gestão

governamental, permitindo gerar soluções para o presente com impacto no futuro. A Estratégia contemplará a integração com os instrumentos de planejamento e orçamento, conectando-se, concretamente, com o Plano Plurianual (PPA), bússola do orçamento anual. Também contará com indicadores-chave e metas, ferramentas essenciais para monitoramento e avaliação contínuos e, por conseguinte, para a incorporação gradativa das diretrizes de longo prazo às ações governamentais em curso.

Esse é um plano da sociedade brasileira. Sua implementação e o alcance do País que queremos em 2050 depende da contribuição de todos os setores. Além do envolvimento das instituições governamentais, em todos os níveis federativos, é essencial contar com a parceria do setor produtivo, da sociedade civil, dos movimentos sociais, da academia, em em uma grande aliança para acompanhar os desdobramentos da Estratégia Brasil 2050. Rumo ao Brasil do futuro! ■

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula, secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento.



Grupos de Trabalho se estabelecem como ferramentas para fortalecimento do planejamento público



Fortalecimento do GT de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos

Em razão das mudanças organizacionais implementadas na estrutura de planejamento do governo federal entre os anos de 2019 e 2022, com reduções sucessivas do órgão central de planejamento – que, por fim, assumiu *status* inferior de uma diretoria dentro da Secretaria de Orçamento Federal do então Ministério da Economia – a relevância da função “planejar” foi, conseqüentemente, enfraquecida, o que configurou um verdadeiro ataque institucional ao planejamento.

Tal constatação recolocou, como prioridade nacional, materializada por meio dos Planos Plurianuais (PPAs) 2024/2027, a necessidade de se repensar o peso e o espaço político e institucional perante a função estratégica do planejamento governamental de modo geral no País, condição esta indispensável para o seu desenvolvimento.

É nesse contexto que o Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan) abraçou o desafio de contribuir para a reestruturação do

planejamento nacional, utilizando-o como uma oportunidade para aperfeiçoar os seus processos e promover as melhorias necessárias.

Foi realizada em Brasília, no dia 13 de agosto de 2024, a reunião com os coordenadores-gerais e coordenadores regionais, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a participação da Secretária de Orçamento Federal, que culminou, no dia 5 de setembro de 2024, com o *Workshop* de Fortalecimento do Grupo de Trabalho (GT), reunindo representantes de 19 estados da Federação. O evento teve como objetivo a construção colaborativa de um documento estratégico para reformular o GT de Orçamento do Conseplan, com orientações para o novo Regimento Interno e o Plano de Ação de 2024 a 2026.

Ao longo do *Workshop*, os participantes compartilharam experiências e alinharam estratégias de governança orçamentária para responder às demandas específicas de cada estado. Durante o



Reunião de retomada das atividades dos Grupos de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos do Conseplan.



Reunião com coordenadores-gerais e coordenadores regionais, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e a participação da Secretaria de Orçamento Federal.



Workshop de Fortalecimento do GT

dia de trabalho, foi apresentada toda a metodologia aos membros que se dividiram em três mesas temáticas, formando três grupos distintos previamente selecionados pelo critério de representatividade das diferentes regiões do País.

Esse trabalho resultou na consolidação de um Plano de Ação e na Regulamentação Interna do GT – Resolução, contendo uma série de recomendações destinadas a fortalecer o papel do GT e assegurar maior integração nas políticas de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos. Esses documentos serviram como base para uma tomada de decisão mais coesa e eficiente nas áreas relacionadas ao GT nos próximos anos.

Com base no Plano de Ação, foi realizado um diagnóstico das áreas de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos nos estados brasileiros, para levantar dados sobre a estrutura de gestão e governança em todos os 26 estados e Distrito Federal. Esse levantamento visa a construir um panorama detalhado de como essas áreas estão organizadas em cada unidade federativa do Brasil. ■

Adrianne Feitosa Arruda, superintendente de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento do Piauí.

Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA)

As agendas de monitoramento e avaliação têm assumido cada vez mais relevância na administração pública brasileira considerando, essencialmente, o seu papel de potencialização dos resultados alcançados na implementação de políticas públicas em um cenário de restrição orçamentária e fiscal. Nesse sentido, foi organizado, no Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan), um grupo

de trabalho de monitoramento e avaliação, inicialmente composto por membros da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Itaú Social.

O primeiro passo da articulação do Grupo de Trabalho (GT) junto aos estados da Federação foi o envio de um questionário diagnóstico, com o objetivo de compreender e sistematizar o funcionamento das dinâmicas de monitoramento e avaliação em curso em cada uma destas unidades federativas. O questionário contou com a participação de 25 estados e abordou cinco eixos: sensibilização sobre monitoramento e avaliação e processos de definição das políticas a serem monitoradas e avaliadas; monitoramento do planejamento estadual – viabilização, definição, coleta e análise dos indicadores; avaliações nas secretarias estaduais de Planejamento; resultados, recomendações e uso das avaliações para a tomada de decisão e outros desafios e necessidades das secretarias nos processos de monitoramento e avaliação.

Os resultados obtidos na pesquisa foram apresentados no primeiro encontro presencial deste GT, realizado em Rondônia, entre os dias 17 e 20 de julho de 2024. No encontro, foram definidos os objetivos do GT, bem como realizada eleição para a sua coordenação.

O grupo organizou a sua rotina de encontros, com foco na disseminação e geração de capacidades dos entes estaduais em ferramentas e metodologias atreladas às agendas de Monitoramento e Avaliação. Foram realizados encontros nos quais foram discutidos assuntos como a elaboração de modelos lógicos, cultura de aprendizagem e teoria da mudança. Alguns encontros contaram, incluindo aí com a presença de especialistas internacionais, como Lucie Moore e Alex Hurrell, do Reino Unido. ■

Gabriela Martins Durães Brandão, coordenadora do GT de Monitoramento e Avaliação e superintendente central de Gestão de Ações Estratégicas – Governo MG.

RESULTADOS

Entre os principais resultados observados até o momento, destacam-se a estruturação em si do GT, que tem se consolidado, o apoio de especialistas nacionais e internacionais e a formação de uma rede de integração de trocas de experiências entre os estados, a partir da qual se percebe o compartilhamento e a disseminação dos conhecimentos entre as secretarias participantes. Cabe destacar que estes resultados são ainda preliminares, uma vez que o grupo ainda é recente. São esperados no médio e longo prazos resultados como a criação de conteúdos para compartilhamento de boas práticas, a elaboração de materiais e a realização de eventos específicos relacionados à temática.





Desde 2023, grupo voltou a se reunir, presencialmente, em encontros do Conseplan, como o de Nova Lima.

Divulgação/Conseplan

GTIP lança diretrizes para orientar os estados na implementação de práticas de gestão de investimento público

O Grupo Técnico de Investimento Público (GTIP) do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan) foi criado com o objetivo de fortalecer a gestão de investimentos públicos nos estados brasileiros, promovendo boas práticas, alinhadas aos mais prementes desafios socioeconômicos e ambientais atuais. Contando com o apoio do Banco Mundial e da consultoria Macroplan, o GTIP realizou diversas ações com o objetivo de aprimorar o planejamento, execução e avaliação de investimentos públicos.

A reunião de partida do GTIP ocorreu no Rio de Janeiro, em julho de 2023, e o grupo voltou a se reunir, presencialmente, nos encontros subsequentes do Conseplan em diferentes locais: Recife, Brasília, Foz do Iguaçu, Porto Velho e Nova Lima. Como parte dos esforços para compreender as especificidades dos estados, foi conduzido um diagnóstico abrangente sobre a Gestão de Investimentos Públicos (GIP) com a participação de 25 estados, que revelou algumas boas práticas e diversos desafios na estruturação, avaliação, priorização e execução de projetos de investimento. Além disso, oficinas on-line foram realizadas abordando temas essenciais, como metodologias de pré-avaliação de projetos, orçamentação, governança e processos decisórios, além de considerações climáticas e ambientais nos investimentos públicos.

Com base nesses levantamentos e discussões, o GTIP elaborou um documento com 25 diretrizes para orientar os estados na implementação de práticas de

GIP. Esse documento tem como objetivo ajudar os estados a aplicar os recursos públicos de forma estratégica e mais resiliente perante os riscos climáticos, além de padronizar e aperfeiçoar os processos de gestão. Ao seguir essas diretrizes, os estados poderão planejar, executar e avaliar projetos com eficiência e transparência, maximizando o impacto positivo de cada real investido na vida da população.

No próximo ciclo de atividades, o GTIP planeja realizar uma nova pesquisa para avaliar o avanço das práticas de GIP nos estados e identificar áreas que necessitem de suporte adicional. Buscando também sinergias com o governo federal, o grupo pretende estabelecer novas cooperações para promover uma gestão integrada dos investimentos. Complementando essas ações, estão previstos treinamentos curtos para capacitar servidores em temas específicos da GIP para consolidar uma cultura de excelência e inovação na gestão de investimentos públicos estaduais.

Essas iniciativas refletem o compromisso do Conseplan e do GTIP em construir um ambiente de governança de investimentos mais estruturado e alinhado com as melhores práticas internacionais, proporcionando aos estados uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da infraestrutura pública no Brasil. ■

Maria Teresa Araújo de Lima, secretaria executiva de Gestão Estratégica, Seplag-PE.

Retomada do planejamento de médio prazo: da reconstrução à efetiva implementação do PPA participativo

O Plano Plurianual 2024-2027, PPA participativo, representa um marco significativo no planejamento governamental brasileiro: a retomada da função de planejamento do governo federal em bases totalmente renovadas. As inovações do plano buscaram superar as limitações do passado, promovendo uma gestão mais eficiente e colaborativa nas políticas públicas, que, efetivamente, resultem em transformações para a sociedade.

O fortalecimento da dimensão estratégica do plano, com estabelecimento de indicadores-chave nacionais e um sistema de banda em metas, serviu de base para a construção de programas que tenham impacto efetivo sobre os desafios nacionais.

Na dimensão tática, a ênfase na transversalidade das ações e a articulação com os Planos Regionais de Desenvolvimento fortaleceram a capacidade do governo de enfrentar as questões complexas da realidade social, econômica e ambiental do Brasil.

Além disso, a constituição de canais de participação social, incluindo a utilização de plataformas digitais, democratizou o processo de elaboração do PPA, garantindo a escuta das cidadãs e dos cidadãos brasileiros.

Para o PPA 2024-2027, as inovações tiveram o objetivo principal de consolidar o plano como instrumento de gestão estratégica das políticas públicas, capaz de promover a coordenação e cooperação institucional e orientar a alocação de recursos de forma eficiente e focada em resultados.

Essa concretização depende, fundamentalmente, de um modelo de gestão e governança do plano que assegure a sua relevância, atualidade e utilidade ao longo de sua vigência. A Lei do PPA, Lei nº 14.802, de

11 de janeiro de 2024, lançou as bases desse modelo de gestão e governança, que está regulamentado no Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024.

Além de buscar o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas, a governança do plano visa ao aperfeiçoamento dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas; dos critérios de regionalização com vistas à redução das desigualdades regionais; dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do plano; e dos processos de participação.

A gestão do plano, incluindo o seu monitoramento, avaliação e revisão, é ponto crítico para o cumprimento dessas aspirações. Nesse processo, é preciso superar desafios que marcaram os sucessivos PPAs e dificultaram o desempenho do plano no cumprimento de sua missão estratégica que lhe foi conferida pelo constituinte.

O primeiro desses desafios consiste na integração entre planejamento e orçamento, de modo que torne mais clara a relação entre gasto público e o resultado que ele gera para a sociedade. A maior conexão entre os instrumentos é passo fundamental para a qualidade do gasto público, que começa na definição dos resultados prioritários para o alcance do desenvolvimento do País. Resultados estes que devem ser o principal referencial para a alocação de recursos financeiros durante o processo de elaboração e execução do orçamento, principal meio de materialização das políticas públicas e, por conseguinte, das transformações almejadas.

A integração entre planejamento e orçamento também é condição fundamental para a efetiva transparência e prestação de contas da atuação

governamental. Uma articulação clara entre plano e orçamento permite à sociedade acompanhar se, e em que medida, as despesas públicas se revertem em melhorias concretas, capazes de transformar a sua realidade em termos de educação, saúde, segurança, mobilidade urbana, moradia, emprego, renda etc.

Entre as iniciativas adotadas para superar esse desafio, destaca-se a inserção de dispositivo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2025 (PLN 3/2024), que prevê que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá indicar uma seleção de metas das prioridades do PPA e das respectivas despesas que serão acompanhadas naquele exercício para fins de atendimento às prioridades do PPA. Em consequência, o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 (PLN 26/2024) conta com essas informações em seu Anexo VII.

Outro grande desafio à gestão e à própria sustentabilidade do PPA consiste na coordenação eficaz entre diferentes órgãos governamentais e entes federativos. Tendo isso em vista, a elaboração do Plano Plurianual da União 2024-2027 buscou abrir caminho para a implementação integrada e estrategicamente alinhada das políticas.

Sua construção se baseou na realização de 125 oficinas multidisciplinares para definição dos programas finalísticos, com objetivos, metas e entregas, que contaram com mais de 4.400 participantes. Também foram realizadas plenárias em todas as 27 unidades da Federação e três fóruns interconselhos, maior quantitativo de edições desde a criação dessa instância, com a participação de 36 conselhos nacionais.

Na mesma linha, há o desafio de monitorar as agendas transversais e os programas multissetoriais, uma vez que demandam articulação e cooperação interinstitucional para a consecução dos objetivos e das metas. O processo de identificação, marcação e consolidação das agendas transversais no PPA

“Outro grande desafio à gestão e à própria sustentabilidade do PPA consiste na coordenação eficaz entre diferentes órgãos governamentais e entes federativos.”

2024-2027 foi o primeiro grande passo para tratar essa questão. O mapa geral dos atributos relacionados a cada agenda permite definir responsáveis, atores relevantes e seus respectivos papéis, e criar métodos e instrumentos que possibilitem a integração das políticas públicas essenciais para determinado público ou tema.

Ou seja, é o primeiro passo para avançar na governança das agendas transversais.

Há ainda o desafio de obtenção de dados atualizados para monitorar os resultados dos programas. Esse desafio começou na elaboração do plano e se intensificou durante o monitoramento e a revisão. A definição dos indicadores depende de estatísticas públicas, cuja ausência ou falta de periodicidade adequada pode comprometer a construção de indicadores eficazes em várias áreas.



Entre as medidas adotadas para endereçar esse desafio, pode-se destacar o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda durante a elaboração do plano. Na sua implementação, dois aprimoramentos na gestão merecem destaque. O primeiro, a realização de ajustes nos processos de coleta de dados, de modo que as áreas diretamente responsáveis pelo alcance de objetivos e metas (áreas finalísticas) passem a participar, ativamente, do monitoramento do plano. O segundo, refere-se ao desenvolvimento de metodologia simplificada de autoavaliação, a ser realizada pelos próprios órgãos responsáveis pelos programas, e que antecede o processo de revisão.

Esse segundo aprimoramento contribui para o enfrentamento de um outro grande desafio, qual seja, a ausência de avaliação dos programas do PPA 2024-2027. Em PPAs anteriores, a avaliação era centrada em políticas públicas específicas, mas não no desenho e na consistência dos programas, de seus objetivos, indicadores e metas. Com a sistemática de autoavaliação, é possível manter o plano em um processo contínuo de aprimoramento, fortalecendo o seu papel como bússola orientadora da atuação do governo federal.

Também se constitui em um desafio, a internalização efetiva do acompanhamento dos programas nos órgãos responsáveis perante o monitoramento consolidado anual, a partir da integração entre o sistema de informações de gestão do PPA 2024-2027 (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP) e as estruturas e sistemas de monitoramento e avaliação existentes nos ministérios. Um avanço nesse sentido foi o alinhamento realizado

“Entre as medidas adotadas para endereçar esse desafio, pode-se destacar o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda durante a elaboração do plano”

por grande parte dos ministérios entre seus Planejamentos Estratégicos Institucionais (PEI) e os objetivos e metas do PPA 2024-2027. No caso do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por exemplo, objetivos e metas dos programas da Pasta foram adotados como objetivos estratégicos em seu PEI e ensejaram a celebração de acordos de gestão entre as secretarias do ministério envolvidas para viabilizar seu alcance.

O PPA 2024-2027 é a prova de que uma ação política coordenada, em que governo e sociedade dialogam, e, juntos, buscam alternativas para as questões do País é um passo consistente rumo a um futuro mais justo, igualitário e comprometido com a adaptação e a inovação. O plano foi construído com inovações que buscam viabilizar o efetivo enfrentamento de desafios e assegurar um papel que vai além de guia estratégico, assumindo papel como instrumento efetivo de transformação e promoção da cidadania e da democracia no País. ■

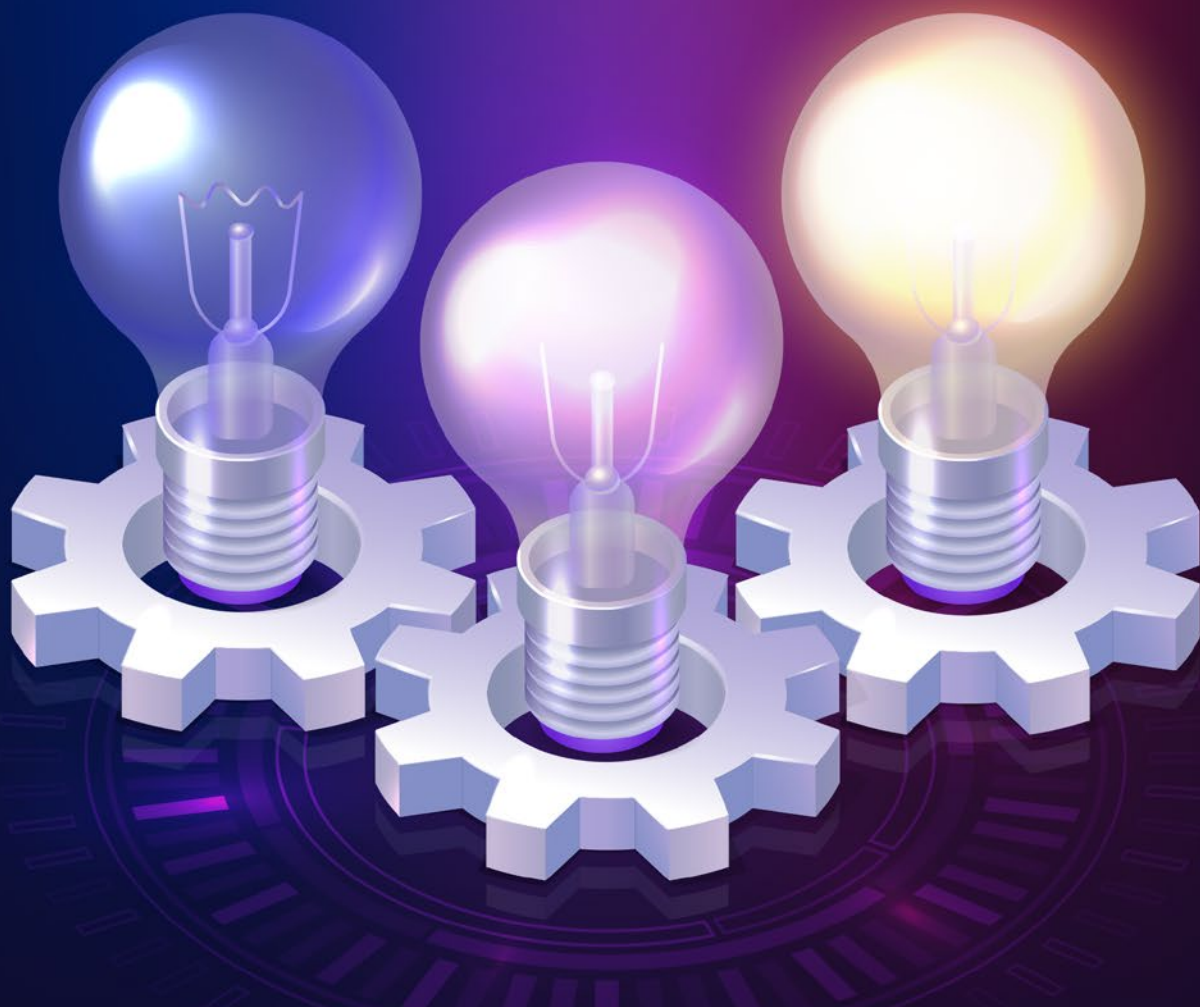
Autores:

- **Virginia de Ângelis Oliveira de Paula**, secretária Nacional de Planejamento.
- **Flávia Duarte Nascimento**, secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Planejamento.
- **Danyel Iorio de Lima**, subsecretário de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social.
- **Estela Alves de Medeiros**, subsecretária de Coordenação do Sistema de Planejamento.
- **Flávia Pedrosa Pereira**, subsecretária de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial.
- **Hugo Torres do Val**, subsecretário de Programas das Áreas Econômicas e Especiais.
- **Dorotea Blos**, coordenadora-geral de Articulação do Planejamento Territorial.
- **Leonel Cerqueira**, assessor da Secretaria Nacional de Planejamento.



Uma gestão pautada pela inovação e pelo fortalecimento institucional

Nos últimos dois anos, o Conseplan consolidou
seu papel estratégico na articulação do
debate sobre o planejamento público



No decorrer do seu mandato à frente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), Fabrício Marques Santos, realizou – ao lado dos demais membros do Conselho – uma gestão marcada pela inovação, pelo fortalecimento institucional e pela consolidação dessa entidade como espaço estratégico para o diálogo e desenvolvimento de políticas públicas.

Eleito presidente no dia 24 de janeiro de 2023, em assembleia extraordinária, Fabrício Marques Santos é mestre em economia pela Universidade de São Paulo e tem mais de 15 anos de experiência no setor público. Atualmente, é secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco. Foi servidor de carreira do IBGE, secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas e presidiu o Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Administração (Consad). Em sua passagem pelo governo de Alagoas, liderou conselhos estratégicos, como o de Concessões e PPPs e o de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Maceió, fortalecendo a governança pública e a integração regional.

Os principais marcos e realizações dessa gestão do Conseplan incluem a criação e o fortalecimento dos Grupos de Trabalho, a realização de fóruns promovidos em todas as regiões do país, um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento e Orçamento, missões internacionais estratégicas, a criação e o lançamento desta revista e a organização do 1º Congresso do Conseplan, programado para 2025.

FÓRUNS CONSEPLAN PROMOVEM TROCAS DE EXPERIÊNCIA E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA

A atual gestão é encerrada com a realização de oito fóruns. Essa sequência de eventos teve início em março de 2023, em Brasília, com o LXXXV Fórum Nacional, que abordou modernização orçamentária, gestão de resultados e a construção de políticas públicas de longo prazo. A ministra Simone Tebet

Side Event G20, em Nova Lima, Minas Gerais, debateu o planejamento de longo prazo com a Estratégia Brasil 2050



Divulgação/Conseplan



Divulgação/Conseplan

LXXXV Fórum Nacional contou com a participação de 23 secretários de entes federativos e também teve a participação de representantes do MPO

destacou, na abertura, os desafios do planejamento público e a necessidade de políticas integradas e baseadas em evidências.

Em julho de 2023, o Rio de Janeiro sediou a nova edição do Fórum Nacional, que trouxe discussões sobre o Plano Plurianual e fundos de desenvolvimento regional. Casos como o Visão Alagoas 2030 demonstraram a relevância de dados para subsidiar políticas públicas. Um dos painéis abordou o PPA sensível a gênero e raça, com foco na inclusão de grupos historicamente vulneráveis, e a integração entre instrumentos de planejamento e controle de gastos também foi amplamente debatida. Neste fórum, inaugurou-se o Grupo de Trabalho de Investimentos Públicos.

Na sequência, o LXXXVII Fórum Nacional, realizado em outubro de 2023, em Pernambuco,

teve como foco a governança orçamentária, participação social e diversidade. Foram apresentados estudos internacionais sobre sistemas de investimento público e debates sobre estratégias para o desenvolvimento sustentável.

De volta à capital federal, o Fórum (dezembro de 2023) teve foco nos investimentos estratégicos e na transformação digital. Um dos painéis trouxe a experiência do Mato Grosso na digitalização de processos como estratégia de desenvolvimento. O evento também destacou fontes de financiamento para modernização dos sistemas de planejamento e o papel das agendas transversais no orçamento público.

Em Foz do Iguaçu, o LXXXIX Fórum Nacional (março de 2024) abordou temas como sustentabilidade fiscal, planejamento de longo prazo e o papel do IPEA no suporte técnico ao planejamento federal. Discussões sobre o Profisco III, que envolve projetos estaduais de gestão e planejamento, trouxeram perspectivas inovadoras. O evento também reforçou a necessidade de integração entre planejamento e orçamento, além de destacar a importância de alinhar estados às estratégias nacionais.

Por sua vez, o XC Fórum Nacional, em Porto Velho, no mês de julho, explorou a interiorização das

políticas públicas na Amazônia, abordando a educação profissional itinerante e o uso de evidências para formulação de políticas públicas. A integração dos instrumentos de planejamento e orçamento foi debatida, assim como iniciativas conjuntas entre o governo federal e o Conseplan para promover maior eficiência e qualidade nos serviços públicos. O fórum também ficou marcado pela primeira reunião presencial do recém-criado Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação.

Em parceria com o G20 e a Fundação Dom Cabral, o Conseplan realizou o Side Event G20, em Nova Lima, Minas Gerais, ocasião em que foi debatido o planejamento de longo prazo com a Estratégia Brasil 2050 e a importância da resiliência fiscal no contexto global. O encontro apresentou os resultados dos Grupos de Trabalho do Conseplan, destacando avanços em governança de investimentos, orçamento público e monitoramento e avaliação de políticas públicas. Lá ocorreu também a primeira reunião pós-reformulação do Grupo de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos.

Encerrando a gestão, o XCI Fórum Nacional, em Brasília reúne mais uma vez lideranças para debater agendas transversais no planejamento e orçamento público, notadamente orçamentos sensíveis a gênero e a mudanças climáticas, contando inclusive com a presença de representantes internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O evento marca a conclusão do biênio da gestão e reafirma o papel do Conseplan como protagonista na modernização da gestão pública.

GRUPOS DE TRABALHO CRIAM NOVA DINÂMICA NA DISCUSSÃO SOBRE TEMAS ESTRATÉGICOS

Entre as marcas dessa gestão está a criação dos Grupos de Trabalho (GTs) do Conseplan, que foram consolidados como instrumentos fundamentais para o fortalecimento do planejamento público, permitindo o aprofundamento de temas estratégicos em alinhamento com as prioridades nacionais

e regionais. Cada GT foi estruturado com objetivos claros, promovendo a troca de experiências, a produção de diretrizes e a articulação entre os técnicos dos Estados, Governo Federal, terceiro setor e organismos internacionais.

O GT de Investimentos Estratégicos foi o primeiro a ser estruturado, com apoio do Banco Mundial e da consultoria Macroplan. Desde sua criação, o grupo trabalhou na elaboração de diretrizes para a gestão de investimentos públicos, abordando temas como pré-avaliação de projetos, governança, orçamentação e considerações socioambientais. Esses esforços resultaram em um documento com 25 diretrizes para orientar os estados, promovendo mais eficiência e resiliência nos investimentos públicos.

O Grupo de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos foi reestruturado para fortalecer a integração entre planejamento e execução orçamentária. Com apoio do BID e por meio de *Workshops* e diagnósticos realizados com a participação dos Estados, o grupo desenvolveu um plano de ação estratégico e recomendações que servem como base para aprimorar as práticas orçamentárias nos estados brasileiros.

O Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação focou na qualificação técnica das secretarias estaduais, promovendo a disseminação de boas práticas e ferramentas como teorias da mudança e modelos lógicos. Com o apoio da Fundação Itaú Social, o grupo busca fortalecer a capacidade dos estados em monitorar e avaliar políticas públicas, criando uma rede de troca de experiências que contribui para a melhoria contínua das práticas de gestão.

O mais recente, o Grupo de Trabalho de Planejamento de Longo Prazo, foi criado em 2024, vinculado à Estratégia Brasil 2050 do Ministério do Planejamento e Orçamento e com apoio da consultoria Macroplan. Este GT tem como objetivo integrar planos estaduais, regionais e nacionais de longo prazo, promovendo articulação entre especialistas, governos e academia e capacitando a área técnica.

Parceria com o MPO busca ampliar a colaboração mútua para a melhoria e o aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento e orçamento público.

CONSEPLAN FIRMA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Em novembro de 2023, o Conseplan e o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) firmaram um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de modernizar os sistemas de planejamento e orçamento público no Brasil. Essa parceria estratégica busca promover inovação, fortalecer capacidades institucionais e reduzir desigualdades regionais e sociais.

O acordo está estruturado em sete eixos principais, que refletem as prioridades da gestão pública no país:

- **Planejamento, governança e gestão:** Fortalecer práticas integradas de planejamento e coordenação entre estados e União, assegurando maior eficiência e alinhamento estratégico.
- **Revisão de gastos:** Foco em estratégias para aumentar a eficiência e racionalizar os recursos públicos, garantindo sustentabilidade fiscal.
- **Monitoramento e avaliação de políticas públicas:** Criação de sistemas de acompanhamento contínuo que promovam transparência e eficácia na gestão governamental.
- **Captação e investimento público:** Desenvolvimento de novos modelos de financiamento e diretrizes para atrair investimentos estratégicos.
- **Planejamento e gestão por resultados:** Promoção de uma cultura de resultados no setor público, alinhada às metas de desenvolvimento sustentável.
- **Participação social e enfrentamento das desigualdades sociais:** Ampliação dos mecanismos de participação cidadã e inclusão de agendas transversais para redução das desigualdades.
- **Transversalidades no planejamento e orçamento:** Integração de temas como gênero, raça e direitos humanos nas políticas públicas e na estruturação orçamentária.

A execução do acordo envolve grupos de trabalho especializados, intercâmbios de experiências, fóruns interfederativos e missões técnicas internacionais. Essas ações estão alinhadas à missão do Conseplan de fortalecer a articulação entre União, estados e municípios, promovendo práticas de governança modernas e colaborativas.

MISSÕES TRAZEM A OPORTUNIDADE DE CONHECER BOAS PRÁTICAS ADOTADAS EM OUTROS PAÍSES

Ao longo desse biênio, foram realizadas três missões internacionais que trouxeram importantes aprendizados e fortaleceram o papel do Conselho no cenário nacional e global. A primeira missão internacional foi realizada durante o 50º Seminário Internacional de Orçamento Público, na Cidade do Panamá, no Panamá. Este evento foi uma oportunidade para representantes dos estados brasileiros conhecerem práticas avançadas de gestão orçamentária e trocar experiências com outros países da América Latina. As discussões abordaram temas como planejamento estratégico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, destacando estratégias para aprimorar a eficiência fiscal no contexto brasileiro.

A segunda missão levou representantes do Conseplan à sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, para participar da 23ª Sessão do Comitê de Especialistas em Administração Pública. Durante o evento, temas como governança digital, mudanças climáticas e gestão financeira pública foram discutidos em profundidade. A delegação brasileira teve a

oportunidade de dialogar com especialistas globais e explorar recomendações sobre estruturas de governança mais inclusivas e eficazes.

A terceira missão contou com reuniões técnicas na OCDE com instituições da União Europeia, em que foram discutidos temas como planejamento de longo prazo, desenvolvimento e coesão regional, orçamentos temáticos, orçamento de médio prazo, assim como o posicionamento do Brasil frente à Europa.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL TAMBÉM FOI PRIORIZADA

A atual gestão priorizou a modernização e o fortalecimento da sua comunicação institucional, reconhecendo a importância da transparência e da articulação entre estados. Como parte dessas iniciativas, foi instituída a Comissão de Comunicação do Conseplan, composta pelos assessores de comunicação das Secretarias de Planejamento de todas as unidades federativas. A comissão desempenha um papel estratégico na formulação e implementação de estratégias de comunicação voltadas para promover as ações do Conselho e fomentar a troca de boas práticas entre os estados.



Divulgação/Conseplan

A Cidade do Panamá foi o destino da primeira missão internacional desta gestão.



Divulgação/Conseplan

Reunião na ONU discutiu novas perspectivas de governança para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e erradicação da pobreza

Entre as atribuições da Comissão está a criação de um ambiente colaborativo entre as secretarias de Planejamento, fortalecendo a comunicação e otimizando recursos e a facilitação do compartilhamento de experiências e soluções bem-sucedidas entre os estados, promovendo a superação de desafios comuns.

Outros avanços foram o desenvolvimento do novo site do Conseplan, além do desenvolvimento de canais como o Instagram e o LinkedIn institucionais que pretendem posicionar o Conselho como um grande hub de informações e compartilhamento de experiências.

Essas plataformas visam centralizar conteúdos relevantes, divulgar documentos técnicos, notícias e iniciativas inovadoras, e ampliar o acesso do público às ações do Conselho. Elas também facilitam a integração entre as Secretarias de

CONGRESSO ABORDARÁ A RECONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO NACIONAL

O Congresso Nacional do Conseplan, programado para o segundo trimestre de 2025, em Brasília, será um marco para consolidar os avanços obtidos nos últimos anos e projetar o futuro do planejamento público no Brasil. Com o tema “Reconstrução do Planejamento Nacional”, o evento tem como objetivo fortalecer o diálogo entre gestores públicos, especialistas e representantes da sociedade civil, promovendo reflexões sobre as práticas de planejamento e orçamento no contexto de um país diverso e dinâmico.

O congresso abordará temas centrais para o fortalecimento do planejamento público:

1 Planejamento de longo prazo: A Estratégia Brasil 2050 e seus eixos estruturantes serão debatidos como base para alinhar metas nacionais às demandas de desenvolvimento sustentável.

2 Planejamento de médio prazo: Discussões sobre o papel do PPA, LDO e LOA como instrumentos fundamentais de articulação entre metas de curto e médio prazos.

3 Modernização no planejamento e orçamento: Temas como revisão de gastos, orçamento a médio prazo, integração de metas físicas e a agenda transversal serão acompanhados de reflexões sobre a proposta de uma nova Lei de Finanças Públicas.

4 Monitoramento e avaliação de políticas públicas: O congresso enfatizará a importância de sistemas eficientes para medir resultados, corrigir rumos e ampliar a transparência na gestão pública.

O formato do evento incluirá plenárias, painéis técnicos e grupos de trabalho, promovendo um ambiente dinâmico e colaborativo. A atuação de um Comitê Científico, composto por especialistas em planejamento e gestão pública, será essencial para assegurar a qualidade técnica dos debates e das propostas apresentadas. Este comitê também desempenhará um papel estratégico na definição da agenda e na curadoria dos conteúdos.



Divulgação/Conseplan

Planejamento, fortalecendo o papel do Conseplan como um catalisador de soluções estratégicas para os estados brasileiros.

A concepção desta revista é outra importante entrega da gestão de Fabrício Marques à frente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento. Idealizada como um espaço para a troca de experiências e a disseminação de boas práticas, a revista reflete o compromisso da atual gestão com a valorização do planejamento público e a transparência das ações realizadas pelos estados.

Com a contribuição de secretários, técnicos e especialistas, a revista inaugura um canal de comunicação que busca documentar os desafios e avanços do planejamento público no Brasil. Além de registrar as iniciativas realizadas, ela visa inspirar e orientar gestores em suas tomadas de decisão, promovendo soluções colaborativas e eficientes.

UM LEGADO DE INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO

A gestão de Fabrício Marques à frente do Conseplan representou um capítulo marcante na história da entidade. Com iniciativas que alinharam inovação, cooperação e transparência. Os avanços

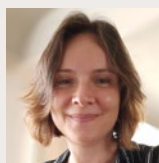
Missão na Europa levou representantes de dez estados brasileiros e contou também com a participação da secretária Nacional de Planejamento, Virgínia de Ângelis

alcançados não se limitam aos resultados técnicos e operacionais, mas incluem a construção de um ambiente de colaboração entre os estados, fortalecendo a articulação interfederativa e ampliando o impacto das políticas públicas.

Ao olhar para o caminho percorrido, o Conseplan se posiciona como uma instituição moderna, conectada e estratégica, capaz de articular visões de longo prazo e responder às demandas mais imediatas do planejamento público brasileiro. Este balanço reflete um período de transformação e avanço que deixa como principal legado a certeza de que o Conseplan segue forte, relevante e preparado para os desafios futuros. ■



Elisa Leonel



Luciana Almeida



Elisa Alves

Diversidade nas estatais federais: o pacto e desafios

As empresas públicas exercem importante papel indutor no desenvolvimento indutor brasileiro. Isso ocorre tanto por atuarem em setores estratégicos da economia do país, como o de energia, criando infraestruturas que atendam todo o sistema econômico, como inovando em pesquisa que favorece setores econômicos, vide o caso da produção científica para plantio de alimentos.

Outro fator importante é que, juntas, as empresas estatais são responsáveis por mais de 436 mil empregos diretos, representando uma força motriz relevante no mercado de trabalho brasileiro e, consequentemente, em referência para políticas de inclusão e equidade, acolhendo demanda crescente em diversas esferas da sociedade.

Há muito a se avançar quando olhamos as estatais sob esse ponto de vista: nas estatais, ainda existe uma sobrerrepresentação masculina – 61% no total – com tendência de equilíbrio, dado que, especificamente entre as pessoas admitidas há 6 anos ou menos, as mulheres já são 51%.

Por outro lado, a proporção de pessoas com deficiência nas estatais, hoje, é de 4,13% – muito acima dos índices no mercado privado, com ocupação de apenas 1,1% dos postos de trabalho por PCDs, segundo levantamento do IBGE. Esses dois indicadores recentes mostram que a mudança é possível e vem acontecendo.

Nesse sentido, o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais emerge como um passo significativo para consolidar compromissos institucionais com essa agenda. Assinado em setembro por 37 empresas controladas pela União, visa estimular a diversidade em todas as suas dimensões, assegurando que as estatais não apenas cumpram um papel econômico, mas também liderem pelo exemplo na construção de sociedades mais equitativas e representativas.

A partir do Pacto, as empresas estatais, detentoras de capilaridade ímpar para atendimento ao interesse público, caminham na direção da vanguarda do respeito e acolhimento das legítimas e distintas visões, admitindo que lugares de fala importam e que o país cresce ao acolher a riqueza de seu povo. Além disso, admitem que a diversidade não se limita apenas a uma questão de justiça social e reparação histórica, mas é estratégia eficaz para promover a inovação na gestão corporativa e otimizar a eficiência organizacional.

Estudos recentes demonstram que empresas com equipes executivas diversificadas em gênero possuem 14% mais probabilidade de superar a performance de seus pares na indústria¹. Do mesmo modo, a adoção dessas práticas vem se tornando prioridade, sobretudo porque contribuem para um ambiente de trabalho respeitoso e mais inovador, resultando na retenção de talentos e a melhoria da qualidade da força de trabalho².

Não há inovação real sem a ousadia de romper com os antigos modelos e sem diversidade, que transcende um mero exercício de preenchimento de espaços. A implementação de políticas afirmativas representa um passo essencial para promover o desenvolvimento, onde os governos e os mercados se envolvem num diálogo construtivo para garantir que os interesses de todas as partes interessadas sejam considerados. A diversidade de pessoas nas empresas estatais, inclusive em cargos de liderança, não é apenas um símbolo de progresso; eles são os arquitetos de um futuro mais inclusivo e próspero. ■

Autores:

- **Elisa Vieira Leonel**, secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
- **Luciana Almeida Toldo**, assessora da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
- **Elisa Oliveira Alves**, assessora da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

1 <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/diversity-matters-america-latina>

2 <https://pesquisas.lp.deloittecomunicacao.com.br/pesquisa-diversidade-2023-resultados>



**GESTÃO NOS
ESTADOS**



Estado do Acre resiliente diante dos desafios climáticos

O governo estadual elabora Plano Emergencial
de Adequação às Mudanças Climáticas

Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes é um instrumento de planejamento que prevê ações imediatas em situações de fenômenos climáticos extremos.



Uma das regiões do planeta mais afetadas pelas mudanças climáticas extremas, o Estado do Acre tem sofrido com enchentes e secas cada vez mais frequentes e severas, que destroem infraestruturas urbanas e ameaçam a vida e os meios de subsistência de comunidades inteiras, deixando milhares de famílias em situação de calamidade. Diante desse cenário desafiador, autoridades e especialistas reconhecem a necessidade de ações coordenadas, eficazes e resolutivas para mitigar os impactos das chuvas e estiagens intensas.

Em resposta a essa realidade, o governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), coordenou a elaboração de um Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes com as Secretarias de Obras Públicas (Seop), de Habitação e Urbanismo (Sehurb), de Meio Ambiente (Sema), de Agricultura (Seagri), Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi), Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), de Administração (Sead), Casa Civil, Defesa Civil Estadual e com as gestões municipais.

O documento irá reunir os esforços dos governos federal, municipal e estadual, bem como os de entidades da sociedade civil com vistas a sistematizar ações que garantam a segurança da população acreana contra eventos climáticos extremos frequentes.

O governo empenhou-se em desenvolver um plano abrangente e eficiente, com foco na promoção da segurança hídrica e na melhoria da infraestrutura urbana e rural, que alcance desde medidas preventivas até ações de resposta imediata em caso de desastres naturais.

O plano enfatiza ações como mitigação e adequação às mudanças climáticas; recuperação das matas ciliares; política de desenvolvimento municipal; drenagem e macrodrenagem urbana; educação ambiental, dentre outros.

Além disso, a Seplan pretende buscar parcerias com instituições de pesquisa, organizações não governamentais e comunidades locais para construir uma abordagem participativa e integrada a fim de enfrentar os desafios climáticos.

Foto: Odair Leal/Secacre



Seca do Rio Acre em 2023.

Foto: Arquivo/Secom



Cheia do Rio Acre em 2024.

O QUE É O PLANO EMERGENCIAL?

O Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes é um instrumento de planejamento que prevê ações imediatas em situações de fenômenos climáticos extremos, como chuvas intensas ou secas acentuadas, abrangendo também ações preventivas.

Denes Freitas, chefe do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial da Seplan e responsável pela elaboração do plano, afirma que o propósito é reduzir os impactos, bem como adequar as cidades à nova realidade climática, “porque de agora para frente,



os eventos climáticos extremos serão mais rotineiros e acentuados”, disse.

“Devemos adequar nossa infraestrutura urbana aos impactos desses fenômenos extremos de maneira a reduzir e eliminar as consequências desses eventos sobre as populações mais vulneráveis, como os moradores das encostas dos rios e igarapés do Acre”, finaliza.

Sobre o período de execução do plano, Freitas ressaltou que “se trata de um conjunto de ações que buscam resolver esses problemas de uma forma definitiva, e essa atuação é gradual, durante um período de cerca de 6 anos, mas já com ações incisivas para 2024 e 2025. Um problema complexo não vai ser resolvido abruptamente”.

COMO FOI ELABORADO O PLANO EMERGENCIAL?

A equipe responsável pela elaboração do plano realizou a caracterização e diagnóstico de cada um dos 22 municípios acreanos, apresentando propostas de intervenção. Dados e informações foram levantados para construir um panorama detalhado de cada município, levando em consideração vários aspectos, como famílias afetadas, terrenos a serem regularizados e infraestrutura urbana a ser implantada.

Foto: Marcos Vicenti/Secom



Brasileia enfrentou, em 2024, a pior cheia já registrada na sua história.



Foto: Pedro Deani/Secom

Em 2024, Rio Branco registrou sua segunda maior cheia na história.

A proposta de intervenção para cada município foi elaborada com base em graus de prioridade, levando-se em conta a medição dos rios, a quantidade de famílias atingidas, a necessidade de regularização de terrenos, a quantidade de casas a serem construídas, dentre outros aspectos. Projetos de reflorestamento de áreas desabitadas e reconstrução de mata ciliar foram incluídos, além de medidas para aprofundamento da calha dos rios e elaboração de planos diretores municipais para áreas alagadiças.

Foto: José Caminha/Secom



Imagem da enchente em Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Acre.



Foto: José Caminha/Secom



Foto: José Caminha/Secom

No município de Xapuri, o rio ultrapassou os 17 metros. A cota de transbordamento é de 13,4 metros.



Em Santa Rosa do Purus, um dos municípios isolados do Acre, o nível do Rio Purus atingiu a marca de 10,77 metros, 1,77 metro acima da cota de transbordamento, que é 9 de metros.

A consolidação estadual das informações resultou em um plano abrangente, que detalha todas as intervenções necessárias, organizadas por graus de prioridade e com orçamentos estimados. Um método de execução e governança será estabelecido, com reuniões de monitoramento, objetivos explícitos e distribuição de responsabilidades entre atores públicos e privados.

PLANO EMERGENCIAL É SÍMBOLO DE ESPERANÇA

Para toda a equipe envolvida na elaboração do plano emergencial, este projeto representa um farol de esperança diante dos danos materiais e emocionais que as catástrofes climáticas ocasionam no Estado do Acre. É o primeiro passo para uma solução definitiva.

“Eu me sinto muito feliz em poder contribuir com esse plano porque ele traz esperança para mim e para a sociedade. Por meio dele, vamos conseguir contribuir para trazer mais paz e bem-estar para a sociedade”, afirma Denes Freitas.

APOIO MINISTERIAL

Em visita ao Estado do Acre para participarem do encontro “Rotas de Integração Sul-Americana”, realizado no dia 9 de abril, no auditório do Centro Universitário do Norte (Uninorte), a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, recebeu das

mãos do governador Gladson Cameli uma cópia do plano emergencial para leitura e análise.

No dia 22 de abril, o governador Gladson Cameli esteve em Brasília (DF) e, na ocasião, entregou o Plano Emergencial à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e reforçou o pedido de apoio do governo federal à população acreana.

Sobre o apoio dos ministros, a secretária adjunta de Planejamento, Kelly Cristina Lacerda, afirmou que representa um momento determinante para a região, especialmente, para a expansão econômica e sustentável da Amazônia. “Não somente reforça o compromisso do governo federal com o estado, mas também destaca a importância estratégica do Acre nas políticas de desenvolvimento transfronteiriço. Para tanto, faz-se necessário destacar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, que têm afetado de forma significativa o bem-estar de nossa população e o desenvolvimento sustentável do estado do Acre. Com a entrega do Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes estabelecemos um precedente para a ação colaborativa e integrada entre os diferentes níveis de governo e a sociedade, destacando a urgência e a importância de abordar as questões climáticas de forma proativa e efetiva”, finaliza. ■



“Primeiro Emprego” garante seleção de estágio inclusiva em Alagoas

O programa alcançou mais de 19 mil inscritos
desde seu lançamento em 2021



Com mais de 19 mil inscritos nos últimos 3 anos, o Programa de Estágio Primeiro Emprego do Estado de Alagoas tem promovido igualdade de chances e desenvolvimento profissional para estudantes de baixa renda. Lançado pelo governo de Alagoas, em 2021, o programa tem como objetivo garantir acesso a estágios não obrigatórios a estudantes de Ensino Superior, priorizando a inclusão e a equidade no mercado de trabalho.

A iniciativa tem proporcionado aos jovens a chance de aprimorar habilidades, expandir seu *networking* (rede de contatos) e entrar no mercado com uma bolsa única e acessível para todos os órgãos do estado. O programa foi criado por meio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), que o instituiu para ser uma ação com o objetivo de alocar estudantes do Ensino Superior nos órgãos do Poder Executivo Estadual por meio de seleção de estágio não obrigatório.

Além de entrar em contato com o mercado de trabalho, os estudantes têm a oportunidade de adquirir mais conhecimentos, ter *networking* e aperfeiçoar habilidades. O Programa de Estágio Primeiro Emprego nasceu de uma inspiração do modelo de estágio do Estado da Bahia, com foco em transparência, inclusão e equidade, e oferece oportunidades de estágio em Alagoas para pessoas

de baixa renda, tendo um valor de bolsa único para todos os órgãos do estado. Essa iniciativa representa uma política pública inovadora, promotora de igualdade de chances e de desenvolvimento profissional para jovens talentos em Alagoas.

O Primeiro Emprego alcançou, nestes 3 anos, 19.748 inscritos em toda a unidade federativa e vem transformando a vida de muitos jovens e adultos alagoanos ao proporcionar acesso ao mercado de trabalho e ao criar oportunidades para estudantes. Com foco na inclusão e na diversidade, o programa é mais do que uma porta de entrada para o setor público, é um caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional de quem participa.

Thayná Caldas, estudante de Design e estagiária do setor de Assessoria de Comunicação da Seplag, é uma das estudantes contempladas com o estágio em órgão público. Hoje ela cursa o quinto período de seu curso na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e exalta a experiência com um pouco mais de um ano no órgão público.

“Fazer parte do Programa Primeiro Emprego tem sido de grande importância na minha trajetória profissional e pessoal. Profissionalmente, ter contato de perto com os projetos e ver o impacto deles na população é satisfatório e fortalece meu senso de propósito no *design*. Essa vivência tem



Foto: Rodrigo Marninho

Quase 20 mil pessoas participaram do programa desde sua criação em 2021.



Foto: Agência Alagoas

Programa prioriza estudantes com deficiência, inscritos no Cadastro Único do governo federal ou que cursaram o Ensino Médio em escola pública ou foram bolsistas em escolas particulares

contribuído não só para minhas habilidades, como também minha capacidade de trabalho em equipe e resolução de problemas, o que me dá também uma visão mais clara do impacto que o *design* pode ter nas políticas públicas e na comunicação governamental, algo que antes eu não tinha dimensão”, conta a estudante.

O programa contempla também estudantes que querem ingressar em outros ambientes de trabalho, como Maria Clara Gomes, estudante de Jornalismo na UFAL, e, atualmente, repórter da Rádio CBN Maceió. Ela passou por vários ambientes em sua jornada no mercado e compartilhou um pouco de sua vivência em um órgão público, enquanto estagiária na Seplag.

“Eu já era estagiária em uma redação de jornal e saí para ir para Seplag, local em que fiquei por 6

meses. Gostei muito do ambiente, aprendi bastante, e só deixei a secretaria porque me chamaram de volta para o jornal, agora como contratada. Se não fosse isso, teria continuado lá, porque o ambiente e as pessoas eram ótimos. A Seplag foi minha primeira vez trabalhando com assessoria, que é bem diferente de jornal”, explicou Maria Clara.

Apesar dos bons feitos que o programa traz, a exigência que o mercado de trabalho apresenta é a eminente experiência, que conta bastante para que o estudante busque diferentes formas de se preparar e aperfeiçoar para o momento em que finaliza a graduação. Como professor assistente da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e coordenador do curso de Administração, Luiz Geraldo Rodrigues explicou um pouco dessas demandas do mercado e o que o programa pode trazer de diferente aos estudantes.

“Essa exigência e ou experiência desanima os jovens que buscam uma oportunidade de ter o primeiro emprego, promovendo uma exclusão deles do emprego formal e, na maioria das vezes, a entrada para atividades marginais sem nenhum vínculo que lhe permita uma segurança. O Programa Primeiro Emprego possui uma importância significativa para a inclusão social e econômica, dando, assim,

a oportunidade tão necessária a este público tão carente”, enfatiza.

O Programa Primeiro Emprego, chamado anteriormente de Pontapé, foi lançado no dia 25 de maio de 2021, quando alcançou 5.690 inscritos, com uma contratação média de 30% dos candidatos inscritos em sua primeira edição. De lá para cá foram seis editais publicados, incluindo um específico para a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), e um específico para o Primeiro Emprego Indígena.

RESULTADOS

“O programa busca proporcionar, dentro do ambiente público, o aprendizado e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências em complementação à formação curricular e acadêmica de estudantes do Ensino Superior”, explica a coordenadora do Programa Primeiro Emprego, Rose Damas. Ela diz que o foco é também “auxiliar a reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos indivíduos de grupos específicos”.

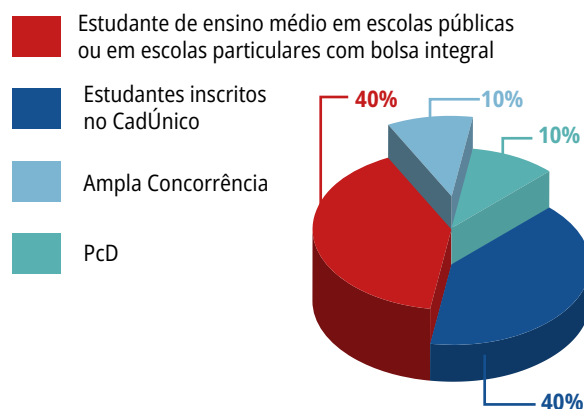
A prioridade da seleção é para estudantes com deficiência, inscritos no Cadastro Único do governo federal, que cursaram o Ensino Médio em escola pública ou foram bolsistas em escolas particulares.

“Não menos importante, o Programa busca potencializar a eficiência na gestão do planejamento e dos resultados das contratações de estagiários do Poder Executivo Estadual”, ressalta Rose Damas.

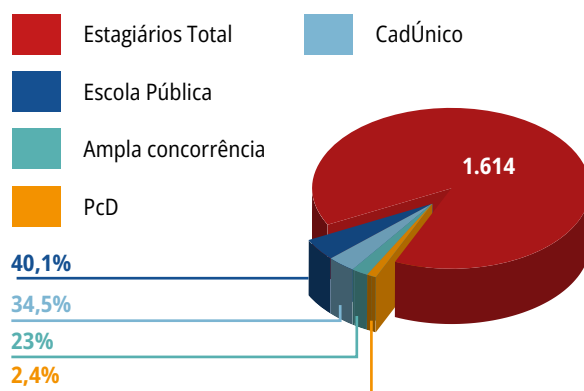
Mas o benefício não é só para os estudantes, os órgãos são agraciados com a chegada de novos estagiários que, desempenhando um bom papel em suas funções, podem ter a oportunidade de serem contratados posteriormente. O Superintendente Executivo de Valorização de Pessoas da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (Sefaz/AL), Fábio Queiroz, participa ativamente das demandas do Primeiro Emprego, e destaca alguns dos benefícios para ambas as partes do Programa.

“O Programa trouxe, entre outros benefícios, objetividade no processo seletivo de estagiários para o Executivo Estadual de Alagoas e oportunidade de

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS



NOS DIAS ATUAIS



entrada no mercado de trabalho para pessoas, em sua grande maioria, de baixa renda, através de uma política pública de ação afirmativa”, diz Queiroz. Outros avanços citados por ele são: “adoção de um programa que atende à diversidade e inclusão no âmbito do serviço público; oportunidade de crescimento aos estagiários que mais se destacam, fazendo com que tenham oportunidade de fazer parte do quadro de servidores do estado”.

Dentre servidores que foram estagiários e hoje ocupam o quadro de servidores efetivos do estado, o exemplo de Bárbara Faustino Braga, secretária de Turismo do Estado de Alagoas (Setur/AL), pode

ser ilustrador. Ela iniciou sua trajetória no serviço público, ainda como estagiária, na Sefaz, local em que ela carrega no coração até hoje.

“Foi lá onde eu criei os meus primeiros laços profissionais, comecei a entender como que funciona de fato toda essa máquina pública, que fiz os meus colegas de trabalho, quase que uma família e, sem dúvida alguma, foi de extrema importância para eu galgar todo o meu percurso que me trouxe até onde estou. Quando me lembro da minha trajetória, de ser secretária mulher jovem, adentrando por estágio, por meio de uma prova, sem dúvida alguma, é um motivo de grande honra”, conta Bárbara.

Diante do que foi apresentado, o Programa Primeiro Emprego é uma grande oportunidade para estudantes que desejam adquirir experiência profissional, desenvolver habilidades e crescer em suas carreiras. Além disso, a participação em um programa de estágio não obrigatório pode ser um diferencial importante no currículo do estudante, tornando-o mais competitivo no mercado de trabalho, assim

como foi falado e trazido por personagens que trouxeram seus relatos, dando transparência ao processo que contempla inúmeros jovens estudantes que buscam um futuro melhor em nosso Estado.

INDÍGENAS TAMBÉM SÃO CONTEMPLADOS POR PROGRAMA

O Programa Primeiro Emprego Indígena é uma seleção exclusiva para estudantes do curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND) da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Ele é o único programa de estágio da Federação em que o estudante indígena irá atuar, diretamente, na sua comunidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dão conta de que cerca de 0,82% da população de Alagoas é indígena, contando com 12 etnias. Atualmente, existem 17 escolas estaduais indígenas no estado, segundo a Seduc (2022).

Quando o edital de Primeiro Emprego Indígena foi lançado, em abril de 2023, havia 235 estudantes matriculados no Curso de Licenciatura Indígena da Uneal (Clind/Uneal). Foram 174 estudantes que se inscreveram no programa de estágio, 156 foram classificados, 150 estavam aptos e, 145, foram contratados. Atualmente, a maioria atua nas escolas indígenas de suas comunidades e existem 12 estudantes das comunidades Kalankó e Karapotó Terra Nova que realizam estágio na Gerência Especial de Educação (GEE).

No período de lançamento do edital, que costuma ser anual, podem participar do programa pessoas indígenas ou não, estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) alagoanas e/ou com sede em Alagoas, que estejam cursando, presencialmente ou a distância, o segundo ano, no caso de curso de periodicidade anual; ou, o terceiro semestre, em caso de curso de periodicidade semestral. O processo é totalmente eletrônico e o critério de escolha acontece pelo Coeficiente de Rendimento (CR), índice que mede, ao longo do curso, o desempenho acadêmico do estudante ao fim de cada período letivo. ■



Foto: Rodrigo Marinho

A secretária de Planejamento, Paula Dantas, vista beneficiada pelo Primeiro Emprego Indígena.



Governo oferece oportunidade de estágio aos jovens alagoanos

O Programa Primeiro Emprego é uma grande oportunidade oferecida pelo Governo do Estado aos estudantes de ensino superior de Alagoas. O programa proporciona a inserção desses estudantes no mercado de trabalho, em vagas de estágio remunerado e não obrigatório nos mais diversos órgãos do governo. Dessa forma, o Estado contribui com o desenvolvimento pessoal e profissional desses futuros profissionais.

O estágio por meio do Primeiro Emprego dura entre seis meses e dois anos e abrange diversas áreas de atuação, como finanças, tecnologia da informação, administração, entre outras. A partir do contato com o ambiente de trabalho, que para muitos é a primeira oportunidade, os selecionados colocam em prática os conhecimentos adquiridos nas instituições de ensino e ainda constroem uma rede de relacionamento com profissionais reconhecidos em suas áreas, que atuam como orientadores e que possibilitam a incorporação desses estudantes na administração pública.

Outro ponto de destaque do programa é a inclusão durante o processo seletivo. Como 90% das vagas destinadas são para públicos prioritários, o Primeiro Emprego garante que 10% das vagas sejam

para pessoas com deficiência, 40% para estudantes inscritos no Cadastro Único, e 40% para egressos de escolas públicas ou bolsistas integrais. Dessa forma, o programa contribui com um suporte adicional na jornada profissional de quem está trilhando os primeiros passos na carreira.

Os estagiários selecionados pelo Primeiro Emprego recebem uma bolsa no valor de um salário mínimo, além de auxílio-transporte, em uma carga horária de 30 horas semanais. Além disso, eles passam por uma capacitação ofertada pela Escola de Governo do Estado de Alagoas, para que sejam apresentados às atividades executadas pelo funcionalismo público.

O programa já contratou mais de 1.600 estudantes como estagiários, de 46 diferentes cursos de graduação, distribuídos em 38 órgãos públicos. Esses números demonstram o impacto positivo da iniciativa do governo Paulo Dantas, ao promover a iniciação desses jovens no mercado de trabalho, ao proporcionar suporte financeiro e, consequentemente, a reduzir as desigualdades sociais em Alagoas. ■

Paula Cintra Dantas, secretária de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas.



Modelo inovador de credenciamento otimiza elaboração de projetos no Amapá

Reformulação desburocratiza contratações, priorizando
a eficiência e a transparência nos processos



Uma iniciativa pioneira inovou e agilizou o credenciamento de projetos de infraestrutura no Estado do Amapá. O governo estadual implantou um modelo de credenciamento para a contratação de projetos de arquitetura e engenharia, alinhando-se à Nova Lei de Licitações (14.133/2021) e ao Decreto nº 11.878/2024, para desburocratizar e otimizar o processo. A nova abordagem conta com mais de 50 empresas credenciadas e mais de 100 projetos em execução, garantindo maior transparência, eficiência e agilidade nas obras essenciais para o crescimento do estado.

Informações do governo dão conta de que a protagonista dessa novidade foi a Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá (SEINF), que, alinhada à Lei nº 14.133/2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações, e ao Decreto nº 11.878/2024, adotou a alternativa pioneira e transformadora para agilizar a contratação de projetos de arquitetura e engenharia no estado. Por meio do credenciamento de empresas especializadas, a modalidade de seleção facilita, agiliza e padroniza a contratação de serviços de alta qualidade. Com mais de 50 empresas credenciadas e mais de 100 projetos em execução, essa abordagem inovadora fortalece, significativamente, o setor de infraestrutura e urbanismo no Amapá, trazendo benefícios diretos para a população.

O governo informa que o Amapá tem experimentado um crescimento expressivo em suas demandas por infraestrutura nos últimos anos. O aumento populacional, a urbanização acelerada e a necessidade de melhorar a conectividade e os serviços básicos evidenciaram a urgência de um modelo de contratação mais flexível e eficiente. Os processos licitatórios tradicionais, apesar de fundamentais para garantir a legalidade e a competitividade, mostraram-se longos, burocráticos e frequentemente sujeitos a impedimentos legais e operacionais, limitando a velocidade de execução dos projetos essenciais para o desenvolvimento estadual.

Com a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações, os gestores do estado identificaram a oportunidade de reformular seus métodos de contratação, tornando-os mais ágeis e alinhados às necessidades sociais e estruturais. A lei trouxe inovações importantes, como

a possibilidade de adoção de novos modelos de contratação que priorizam a eficiência e a transparência.

A SEINF-AP informa que, com base nos princípios da Lei nº 14.133/2021, a secretaria desenvolveu o Edital de Credenciamento nº 01/2024, que estabelece de forma detalhada o formato, as condições e os critérios para que empresas de arquitetura e engenharia possam participar do processo. O edital contempla requisitos técnicos, de capacidade operacional e de conformidade legal, assegurando que apenas empresas qualificadas sejam credenciadas.

O Decreto nº 11.878/2024 complementa o arcabouço normativo, regulando, especificamente, o procedimento de credenciamento e proporcionando segurança jurídica a todas as partes envolvidas. A adoção do credenciamento, fundamentada nos artigos 74, inciso IV, e 79 da lei, permite a contratação por dispensa de licitação em casos específicos, garantindo legalidade e economicidade. Com validade de 12 meses, prorrogáveis conforme necessidade e desempenho, o credenciamento adapta-se, continuamente, às mudanças no cenário econômico e às demandas de infraestrutura do estado.

Essa estrutura normativa robusta assegura que o processo seja transparente e que as contratações sejam realizadas de forma justa, evitando privilégios e garantindo igualdade de oportunidades para todas as empresas que atendam aos requisitos.

MUDANÇA ATENDE ÀS DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA

A escolha do credenciamento como modelo de contratação surgiu da necessidade de adaptar o processo de seleção de empresas à realidade do Amapá, caracterizada por regiões de difícil acesso e demandas diversificadas. A Secretaria de Infraestrutura passou a contar com uma base diversificada de prestadoras de serviços qualificadas, prontas para responder, rapidamente, às ordens de serviço, o que é crucial em um estado com características geográficas tão peculiares.

O método escolhido para a distribuição das demandas foi a ordem de inscrição, um sistema transparente e equitativo. As solicitações são repassadas conforme a posição na lista, retornando ao início apenas

após todas as empresas receberem uma demanda. Essa estrutura não apenas garante equidade, mas também estimula a competitividade saudável e o compromisso das empresas com a excelência.

As empresas são divididas por eixos de tipologia de projetos, como edificações, infraestrutura viária, saneamento, entre outros, permitindo uma distribuição democrática e eficiente das demandas. Esse modelo garante que as empresas atuem em projetos nos quais possuem maior expertise, elevando a qualidade dos serviços prestados.

INOVAÇÃO

Um aspecto inovador e fundamental do credenciamento foi a colaboração estreita com os conselhos profissionais, especialmente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do Amapá. Essa parceria foi essencial para a elaboração de uma planilha orçamentária precisa, transparente e alinhada com a realidade do mercado local, que serve como base para as contratações e para o controle financeiro dos projetos.

A planilha orçamentária, desenvolvida com a expertise técnica dos conselhos, estabelece parâmetros justos e atualizados para a remuneração dos serviços, contemplando todos os custos necessários para a realização dos projetos, incluindo materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, impostos e outros insumos relevantes. Esse detalhamento minucioso assegura que os valores pagos pelo estado estejam dentro da média de mercado, evitando sobrepreços, superfaturamentos e garantindo um retorno adequado às empresas.

Além disso, essa colaboração fortalece a relação entre o poder público e as entidades profissionais, promovendo a valorização das profissões de arquitetura e engenharia e contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. A implementação e o gerenciamento do credenciamento pela SEINF-AP têm sido destacados como exemplos de inovação e boas práticas na gestão pública. Atualmente, mais de 50 empresas estão credenciadas, abrangendo diversas especialidades, e mais de 100 projetos estão em andamento, atendendo a diferentes regiões do estado.



Essa estrutura facilita o acompanhamento das etapas de cada projeto e permite uma distribuição organizada e eficiente das demandas, garantindo que os projetos sejam executados dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade esperada. "O credenciamento trouxe inovação, transparência e escala aos nossos processos", destaca o secretário-adjunto de infraestrutura, Ivy Vasconcelos, gestor do credenciamento no estado. "Com essa abordagem, aumentamos nossa produção e potencializamos o trabalho dos servidores graças à terceirização de projetos, atendendo de forma mais eficaz e rápida às necessidades da população", acrescenta.

A secretaria realiza análises detalhadas dos projetos entregues, monitorando, rigorosamente, a qualidade técnica, a conformidade com as especificações e a pontualidade das empresas. O sistema de avaliação de desempenho prevê o descredenciamento de empresas que não atendam aos critérios de qualidade ou que apresentem falhas recorrentes, mantendo no cadastro apenas aquelas comprometidas com a excelência dos serviços.

A dedicação e o comprometimento dos servidores públicos efetivos foram fundamentais para o sucesso do credenciamento no Amapá, e eles garantiram a conformidade legal, a eficiência administrativa e a continuidade dos trabalhos, mesmo diante dos desafios impostos pela inovação. Cada servidor envolvido no processo foi crucial para integrar as novas práticas às rotinas existentes, assegurando que o credenciamento não apenas fosse implementado com sucesso, mas também que se tornasse uma ferramenta sustentável e efetiva para o planejamento e execução de projetos no estado.



Imagens: Divulgação



Porto e Terminal Hidroviário da Zona Norte de Macapá teve projeto elaborado em apenas 2 meses, celeridade alcançada graças ao modelo de credenciamento.

O modelo de credenciamento adotado pelo governo do Amapá não apenas otimiza os processos internos, mas tem impacto significativo na economia local. Ao fomentar a participação de empresas regionais, o estado estimula a geração de empregos, o desenvolvimento de competências técnicas locais e o fortalecimento do setor de arquitetura e engenharia.

Além disso, a agilidade na contratação e execução dos projetos resulta em obras entregues em prazos menores, beneficiando, diretamente, a população com melhorias na infraestrutura, como escolas, hospitais, estradas e saneamento básico, que elevam a qualidade de vida e promovem o bem-estar social.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) citou o credenciamento como um método inovador para a contratação de projetos, enfatizando sua capacidade de trazer agilidade, transparência e eficiência ao processo. Esse reconhecimento fortalece a credibilidade do modelo e abre possibilidades para que outros estados adotem práticas semelhantes, contribuindo para a modernização da gestão pública em âmbito nacional.

Um projeto diretamente beneficiado por esse novo modelo é o Porto e Terminal Hidroviário da Zona Norte de Macapá. Com investimento de R\$ 60 milhões, a obra promete modernizar a infraestrutura local e dinamizar o transporte fluvial na capital amapaense, compreendendo a dinâmica de trânsito de pessoas na Amazônia.

O projeto arquitetônico, inspirado nas formas sinuosas e naturais da Amazônia, levou apenas 2 meses para ser elaborado, por meio do credenciamento, marco que seria difícil de alcançar em uma licitação convencional.

O credenciamento de empresas de arquitetura e engenharia adotado no Amapá representa um avanço significativo e um exemplo de inovação na gestão pública. Alinhado às exigências da Nova Lei de Licitações e fortalecido por colaborações institucionais com os conselhos profissionais, esse modelo proporciona agilidade, transparência e eficiência, beneficiando tanto o estado quanto as empresas envolvidas.

Em um momento em que o Brasil busca soluções para modernizar a gestão pública e atender às crescentes demandas de infraestrutura, esse credenciamento se destaca como uma prática inovadora e eficaz. Fortalece o setor local de arquitetura e engenharia, promove o desenvolvimento socioeconômico de maneira planejada e assegura que as necessidades da população sejam atendidas com rapidez e qualidade.

“O credenciamento se tornou uma importante ferramenta no planejamento do estado, pois nos permite acelerar a elaboração de projetos de obras com recursos já captados (emendas parlamentares) e até mesmo nos anteciparmos, a elaborarmos projetos que entrarão em nosso portfólio para futura captação”, avalia o secretário de Planejamento Lucas Abrahao.

Segundo ele, “o sucesso desse modelo reflete o compromisso do governo do Amapá em buscar soluções modernas e eficazes para os desafios da administração pública, demonstrando que a união entre inovação, legalidade e parceria institucional é o caminho para construir um futuro melhor para todos”, finaliza. ■



Portal do Planejamento aumenta transparência e estimula participação popular no Amazonas

Plataforma digital integra dados e ferramentas interativas para usuários acompanharem resultados da gestão e políticas públicas

Página democratiza o acesso a informações e representa um importante passo na política de dados abertos.



A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) do Amazonas lançou o Portal do Planejamento, uma plataforma digital que reúne ferramentas e dados estratégicos para facilitar o acesso à informação, promover a transparência e permitir maior interatividade com as ações do governo. A página (portaldoplanejamento.am.gov.br) se destaca por integrar produtos inovadores, como a Balança Comercial, o Plano Plurianual de Bolso (PPA), o Geoportal e muito mais.

Serafim Corrêa, titular da Sedecti, diz que o Portal do Planejamento foi criado para ampliar a transparência e fomentar a participação da população no acompanhamento das políticas públicas. Entre as informações disponíveis, destacam-se dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB), a Balança Comercial do Amazonas, o Anuário Estatístico, além do Plano Plurianual (PPA) e outras informações estratégicas para o planejamento governamental.

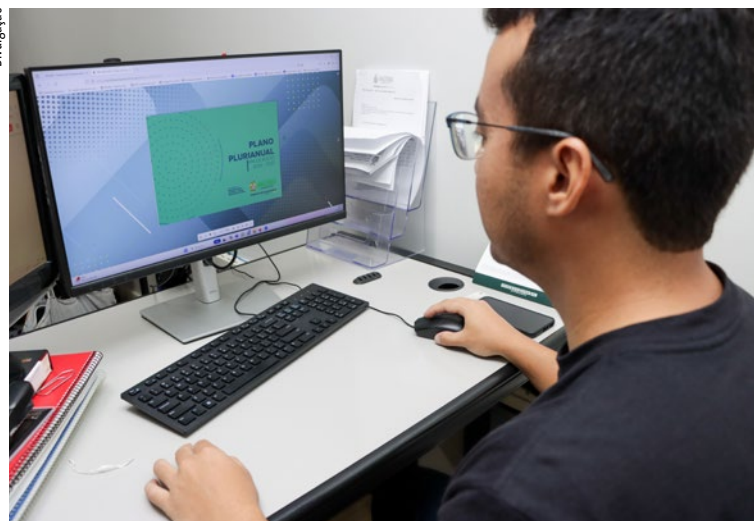
“Alegria muito grande entregar mais este serviço à sociedade. O lançamento deste portal é um marco para a modernização da gestão pública no Amazonas. Com essas informações acessíveis a todos, estamos proporcionando uma gestão mais transparente e democrática, além de permitir que a população acompanhe de perto o desenvolvimento de nosso estado”, destacou Serafim.

INTERATIVIDADE E ACESSO SIMPLIFICADO

O Portal do Planejamento foi desenvolvido com foco na usabilidade e acessibilidade. Nele, os usuários podem acessar, de maneira interativa, a Balança Comercial, que permite consultar dados de importação e exportação em tempo real, fornecendo uma visão detalhada das movimentações econômicas do estado.

Segundo a secretária-executiva de Planejamento, Sônia Gomes, os dados são todos capturados de bancos de dados já consolidados, como o Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por

Divulgação



Ferramenta online permite consulta de programas, ações e estimativas de despesas do governo.

exemplo, em relação a indicadores nacionais, como o PIB do Brasil.

“Todas as informações têm a segurança estatística que podemos garantir, além das análises realizadas pela nossa equipe. As atualizações serão constantes, à medida que os trabalhos forem desenvolvidos”, afirmou Gomes, que acrescentou que a Sedecti conta com sistemas, como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas (SPLAM) e o Sistema de Informações Governamentais do Amazonas (E-SIGA).

PPA DE BOLSO

O governo do Amazonas, por meio da Sedecti, tem investido em soluções práticas para facilitar o acesso às informações do Plano Plurianual (PPA). Uma dessas iniciativas é o PPA de Bolso, que oferece uma versão compacta e acessível do plano, simplificando a consulta a programas, ações e estimativas de despesas do governo. Destinado a gestores e técnicos, o PPA de Bolso reúne as informações mais relevantes em um formato simples e visual, facilitando o uso no dia a dia.

O PPA, documento essencial para a gestão pública, estabelece as diretrizes e metas para o desenvolvimento do estado ao longo de 4 anos.



Divulgação

“O lançamento deste portal é um marco para a modernização da gestão pública no Amazonas”

Serafim Corrêa, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

No entanto, de acordo com o secretário da Sedecti, Serafim Corrêa, sua linguagem técnica e densidade podem dificultar a compreensão para quem busca informações rápidas e precisas. Nesse cenário, o PPA de Bolso se consolidou como uma solução eficaz, apresentando os dados de forma clara e objetiva.

“O PPA de Bolso é uma ferramenta estratégica, que facilita a consulta rápida e eficiente, permitindo que gestores e técnicos acessem as informações essenciais sem precisar percorrer documentos extensos. Isso contribui para decisões mais ágeis e fundamentadas”, afirmou Serafim.

Com o avanço das tecnologias digitais e o compromisso com a sustentabilidade, o PPA de Bolso passou por uma adaptação para o formato digital, conforme explica o gerente do Departamento de Planejamento (Deplan) da Sedecti, Ícaro Jucá. “Hoje,

nosso foco é tornar essa ferramenta ainda mais acessível e interativa. As pessoas podem consultar as informações do PPA diretamente no celular ou no computador, de forma prática e rápida”, destacou.

A versão digital do PPA de Bolso, além de acessível, vem se tornando cada vez mais interativa, integrando-se ao Portal do Planejamento do Amazonas, oferecendo uma experiência dinâmica aos usuários. As revisões anuais do PPA, que ajustam o planejamento às mudanças econômicas e sociais, são refletidas nas edições atualizadas do PPA de Bolso, garantindo que gestores e técnicos tenham sempre à mão as informações mais recentes e precisas.

Atualmente, a Sedecti está finalizando a primeira revisão do PPA 2024-2027, que atualiza as metas físicas e financeiras do plano para os anos de 2025, 2026 e 2027. O objetivo é tornar o documento mais alinhado com a realidade econômica do estado. “Até o fim deste ano, será iniciada a elaboração do novo PPA de Bolso, já atualizado com as revisões mais recentes, reforçando o compromisso do governo com a modernização e eficiência na gestão pública”, revela Ícaro.

FERRAMENTAS COMPLEMENTARES

Outra funcionalidade importante é a área de geoprocessamento, que oferece uma coletânea de mapas que permite explorar, analisar e visualizar informações geoespaciais de forma personalizada, proporcionando *insights* (percepções) valiosos para diversas áreas da gestão pública e outras. “Conseguimos, no portal, acessar os mapas, com todas as informações sobre os nossos municípios, o potencial de cada um deles pelo Amazonas em Mapas, um serviço muito interessante dentro do portal”, ressaltou a secretária-executiva de Planejamento, Sonia Gomes.

DADOS ABERTOS

A Sedecti e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para promover o fortalecimento e a institucionalização dos dados

abertos da Sedecti. Essa parceria tem o objetivo de unir esforços para aprimorar a gestão e a divulgação científica e tecnológica dos serviços, processos e produtos disponibilizados pela secretaria.

A chefe do Departamento de Estatística e Geoprocessamento, Josenete Cavalcante, ressalta que a principal iniciativa que surgiu dessa cooperação foi o Programa de Institucionalização de Dados Abertos da Sedecti, conhecido como Open Dados, que busca promover a inovação em serviços e métodos, além de fornecer suporte para a publicação e a disseminação de informações institucionais. Com isso, a Sedecti pretende fortalecer sua atuação na transparência governamental e no desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades estratégicas e operacionais da organização.

“A expectativa do acordo de cooperação técnica entre a Fapeam e a Sedecti é justamente trazer a implementação de dados abertos como um ponto de inovação para as nossas questões de políticas públicas e para as nossas ações de planejamento”, reforça Josenete Cavalcante. “A médio prazo, a expectativa é a de uma implementação inicial na secretaria, começando pelo ACT da Sedecti, aproveitando a estrutura multidisciplinar e diversa que temos e, a longo prazo, um dos grandes desafios será trabalhar a resistência institucional, a falta de padronização e de infraestrutura tecnológica, além de focar na qualidade dos dados”, informa.

O programa também busca capacitar profissionais e fomentar a criação de competências voltadas para a utilização de dados abertos, um tema que tem ganhado cada vez mais relevância no cenário da gestão pública. A iniciativa permite uma avaliação mais precisa da eficiência da organização, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de uma base sólida de conhecimentos científicos e metodológicos. ■



PUBLICAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO

Em agosto deste ano, foi publicado o primeiro artigo resultante do programa OPEN DADOS. Intitulado *Da Lei de Acesso à Informação aos Dados Abertos: desafios e avanços na transparência governamental*, o trabalho apresenta uma análise teórica sobre os desafios e os avanços na transparência governamental por meio dos dados abertos.

Esse artigo, fruto da parceria entre a Fapeam e a Sedecti, é o primeiro do Amazonas e o segundo da Região Norte a abordar essa temática. Reconhecido internacionalmente, foi publicado em uma revista com classificação Qualis A, o que reforça a importância e o impacto dessa iniciativa no contexto científico e tecnológico.

“Estamos explorando como os estudos de revisão de literatura trazem um arcabouço científico que nos subsidia no contexto de dados abertos. A construção desse artigo sobre a Lei de Acesso à Informação, os dados abertos, desafios e avanços na transparência governamental revelou pontos importantes. O primeiro é o destaque positivo que o Amazonas recebeu, ao publicar esse artigo em um contexto internacional, sendo o primeiro estado a fazer isso. Esse estudo coloca o Amazonas e a Sedecti em um novo patamar, em alinhamento com debates globais, que ocorrem desde 1971 sobre dados e informações”, revela Josenete.

A publicação é um marco para o estado e destaca o compromisso da Sedecti em promover a inovação e a transparência na gestão pública. O artigo está disponível on-line: [www.iosrjournals.org/iosr-jbm/pages/26\(8\)Series-11.html](http://www.iosrjournals.org/iosr-jbm/pages/26(8)Series-11.html).



Foto: Lucas Costa.

Bahia 2050: planejamento para um futuro sustentável e inclusivo

Atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) incorpora novas demandas e oportunidades para o estado nas próximas décadas

Como estará a Bahia no ano de 2050? Quais setores econômicos terão maior peso em 25 anos? Como se preparar para as incertezas do futuro e conduzir o estado rumo ao desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo? Essas são algumas das indagações que norteiam o governo da Bahia, no âmbito da Secretaria do Planejamento,

diante do desafio da atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), agora com horizonte até 2050 e alinhado à Estratégia Brasil.

O PDI foi concebido como um instrumento de planejamento de longo prazo, com o propósito de melhorar os indicadores sociais, econômicos e ambientais e contribuir para reduzir desigualdades

históricas no estado. Esse esforço foi reconhecido pelo governo federal, que mantém diálogo com o governo do Estado da Bahia para a construção da estratégia nacional a ser apresentada na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) (COP 30).

O plano de longo prazo da Bahia está estruturado em seis dimensões centrais: Competitividade Sistêmica, Qualidade de Vida, Formação Cidadã, Garantia de Direitos, Sustentabilidade Ambiental e Gestão Estratégica. A construção da visão de futuro da unidade federativa partiu da elaboração de cenários prospectivos, que tiveram como base a identificação das grandes tendências e incertezas nos âmbitos global, nacional e estadual.

Entre as tendências mundiais, destacam-se a desaceleração da globalização, o aumento da financeirização da economia, a intensificação das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono. Nacionalmente, o estudo identifica outras tendências, como o avanço da transição energética, o fortalecimento de cidades médias e polos urbanos, novas formas de organização entre Estado e sociedade, e transformações na gestão pública. Já no cenário estadual, as principais tendências incluem o crescimento da produção e exportação mineral, o desenvolvimento das energias renováveis e do hidrogênio verde e a melhoria da infraestrutura e logística.

Para o secretário do Planejamento da Bahia, Cláudio Peixoto, o momento é oportuno para a atualização do plano diante das novas incertezas globais e regionais. “Além da pandemia de Covid-19 (2020-2022) e da crise econômica de 2018, estamos imersos em um contexto de conflitos internacionais e de aumento de radicalismos juntamente com a emergência climática. Por isso, as novas pautas políticas e sociais e a emergência de novas tendências justificam a atualização do plano, que continuará sendo uma ‘bússola’ para as políticas públicas do estado”, destaca.

O plano é estruturado com base em uma análise de eixos temáticos, nos quais são diagnosticados os principais desafios e tendências, propondo objetivos estratégicos para alinhar as ações e metas de desenvolvimento. Entre os desafios ao desenvolvimento diagnosticados na elaboração do documento estão a concentração da estrutura produtiva, tanto espacial quanto setorialmente; a gestão pública como principal atividade econômica; desigualdades estruturais, racismo e concentração fundiária.

O território baiano, contudo, também conta com diversas vantagens que favorecem o desenvolvimento, como espaço para diversificação industrial, riqueza cultural e de recursos naturais, potencial para inovação tecnológica baseada em cadeias locais e investidores médios locais.

Na metodologia adotada para a revisão, que incluiu diagnósticos, análise de indicadores e espacialização





Foto: Wellington Rosário

das políticas públicas, além de entrevistas, grupos focais e oficinas, foram projetados quatro cenários para classificar o futuro da Bahia. Os cenários variam do mais otimista ao mais pessimista, na seguinte ordem: 1 – Salto para o futuro; 2 – Oportunidades perdidas; 3 – Avanço na adversidade; e, 4 – No Fundo do poço. O cenário adotado como referência foi o terceiro, denominado “Avanço na adversidade”. Essa etapa do processo foi realizada em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ranieri Muricy, superintendente de Planejamento Estratégico da Seplan, explica o significado desse cenário. “‘Avanço na adversidade’ representa um cenário em que o Estado precisa ser proativo, transformando adversidades em oportunidades. Significa aproveitar as poucas oportunidades existentes e planejar de maneira estratégica para gerar vantagem competitiva, mesmo em contextos de incerteza”, explica Muricy. Ele destaca que o cenário enfatiza o avanço na inovação como estratégia para mitigar a pobreza e a desigualdade, com novas formas de produção que podem ampliar a geração de emprego e renda para a população.

HISTÓRICO DO PDI

A elaboração da primeira versão do Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia, inicialmente com horizonte até 2035, teve início em 2017. Esse processo envolveu diversos setores da sociedade e

do governo, com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Social da Bahia (Codes) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O trabalho resultou em dois volumes do plano, concluídos em 2018 e 2019, que formaram a base para a atual expansão até 2050, incorporando novas demandas e oportunidades ao planejamento estadual. Com uma perspectiva de crescimento sustentável e inclusivo, o PDI Bahia 2050 pretende posicionar o estado como referência em desenvolvimento verde e inovação social.

ATUALIZAÇÃO E NOVOS PRODUTOS

A definição de cenários e a análise de tendências e incertezas, durante a atualização do PDI, são elementos centrais na construção de uma carteira de projetos estratégicos voltados para o desenvolvimento sustentável da Bahia. Esse é um dos produtos principais que resultará do processo de revisão e da visão ampliada para 2050, sintetizada pelo secretário Cláudio Peixoto. “Ao alinhar os objetivos de crescimento econômico com questões ambientais e sociais, a Bahia se posiciona como um modelo de desenvolvimento sustentável. A liderança do estado na geração de energia renovável, por exemplo, diversifica nossa matriz energética e tem criado um ambiente favorável a investimentos em economia verde”, afirma Peixoto.

Outro produto relevante na atualização do PDI é a Matriz Estratégica, que reúne macroproblemas e

define ações prioritárias e causas críticas, orientando a formulação de políticas e indicadores que sustentam a visão de futuro do estado. A construção dessa matriz, inspirada na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES), consiste em identificar os problemas estruturais que afetam a vida da população baiana e em propor soluções por meio dos programas nos Planos Plurianuais. A programação dos recursos nos orçamentos anuais integra a visão do planejamento nos níveis estratégico, tático e operacional.

A atualização do PDI também inclui o mapeamento das políticas, planos, projetos e estudos em andamento, tanto em nível estadual quanto em âmbito regional, nacional e internacional. Para enriquecer o debate, a Superintendência de Planejamento Estratégico da Seplan realizou uma rodada de estudos e discussões sobre os planos de longo prazo de outros estados brasileiros, incluindo Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, no Nordeste, e São Paulo e Minas Gerais, no Sudeste.

O objetivo do ciclo de debates e discussões sobre os planos de longo prazo dos estados, de acordo com a diretora de Planejamento Econômico da Seplan, Nícia Moreira, é não só disseminar o conhecimento sobre as experiências recentes, como também provocar uma reflexão na equipe envolvida na atualização do PDI Bahia 2050. A diretora explica que os técnicos se debruçaram sobre aspectos relacionados com o horizonte temporal, metodologia de elaboração do plano, estruturação e componentes, participação social, regionalização e integração com o PPA e o Orçamento.

“Esta atividade é de grande relevância para o acompanhamento e análise dos produtos a serem desenvolvidos, durante a atualização do plano de longo prazo do estado. No contexto da retomada e fortalecimento do planejamento governamental no país, os estados brasileiros, especialmente os nordestinos, se destacaram nos últimos anos pela elaboração e execução de planos estratégicos de longo prazo”, valoriza.

UMA DÉCADA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Na Bahia, planejamento e participação social caminham lado a lado. O estado consolidou-se como referência nacional pelo avanço institucional e pela mobilização da sociedade em seus 27 Territórios de



Foto: Feijão Almeida.

Líder na geração de energia renovável, Bahia atinge o marco de 10 GW de potência outorgada.

Identidade. Essa experiência, acumulada sobretudo na última década, após a promulgação da Lei nº 13.214/2014, atrai a atenção de outros estados e do Governo Federal. A lei, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Territorial, tem como objetivo promover o desenvolvimento de forma democrática, sustentável e solidária.

Thiago Xavier, coordenador de Planejamento Territorial da Secretaria do Planejamento, explica que a política territorial vai além da definição dos territórios de identidade como unidades de planejamento para as políticas públicas. Ela também estrutura espaços de governança, como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável. Essas instâncias colegiadas reúnem de forma paritária representantes do poder público e da sociedade civil, reforçando o compromisso com a gestão participativa e colaborativa.

Ao longo desses dez anos, a Política de Desenvolvimento Territorial se consolidou como uma estratégia fundamental para fortalecer o planejamento integrado, garantir a participação popular e impulsionar o desenvolvimento sustentável na Bahia. Além da atualização do seu plano de longo prazo, a Bahia também iniciou o processo de revisão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, que são instrumentos orientadores das estratégias e intervenções com o objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento. ■



Planejamento e reconstrução nacional: Bahia e Brasil juntos por um futuro mais justo e sustentável

A Bahia, terra-mãe do Brasil, inspira o processo de reconstrução do país iniciado em 2023, após o desmonte de políticas voltadas à população mais vulnerável. Um marco importante foi o resgate do papel do Estado no desenvolvimento, com a recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), extinto durante o período anterior, junto a outras áreas essenciais para a garantia de direitos e promoção da cidadania.

O legado baiano de participação popular foi o ponto de partida para o PPA Participativo federal (2024-2027). A plenária realizada na capital baiana, que deu início ao ciclo nacional de debates, simboliza o fortalecimento do pacto federativo, da transparência e do controle social na gestão pública. Para quem formula políticas públicas, ouvir a população e reconhecer as diversidades regionais são ações essenciais na construção de programas que melhorem a vida das pessoas.

A Bahia e o Brasil compartilham o desafio de planejar o futuro a longo prazo, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Integrado – Bahia 2035, em processo de atualização, alinhando-se com a Estratégia Brasil 2050. O estado, que tem tradição no planejamento governamental, reafirma seu compromisso de contribuir para um país mais justo, sustentável e inclusivo.

A parceria entre o Conseplan e o MPO busca unir o Brasil e ressignificar o futuro, transformando ativos estratégicos em oportunidades, diante de transformações geopolíticas e econômicas, do envelhecimento populacional, das mudanças climáticas e do avanço tecnológico. A Secretaria do Planejamento da Bahia já avançou na prospecção de cenários, partindo da análise de tendências e incertezas.

Apesar das adversidades globais, como as guerras e disputas comerciais, o país tem experimentado avanços econômicos e sociais que impactam positivamente o PIB e reduzem desigualdades. Com investimentos crescentes em infraestrutura, inovação, ciência e tecnologia, Bahia e Brasil caminham juntos rumo a um desenvolvimento inclusivo e sustentável. ■

Cláudio Peixoto, secretário do Planejamento da Bahia.



União para um crescimento forte, sustentável e democrático no Ceará

Esforços integrados entre poder público, setor privado, academia e sociedade civil contribuem para desenvolvimento socioeconômico do estado



Crescer de forma sólida, planejada, sustentável, constante, em consonância com as necessidades da sociedade e de modo uniforme com os demais entes federados. Este é um dos objetivos da atual administração do governo do Ceará, que, para isso, adotou uma série de iniciativas em 2024, como, por exemplo, o Programa de Governança Fiscal Interfederativa Ceará Um Só; o fortalecimento do Plano Estratégico Estadual de Longo Prazo (PLP) Ceará 2050; a implementação da metodologia de Gestão do Investimento Público (GIP); e a disponibilização do portal CaptaCeará, que busca auxiliar os órgãos/entidades da administração pública estadual na captação de recursos não onerosos – oriundos do Orçamento Geral da União. Paralelamente, o governo do Ceará segue trabalhando para a transformação digital e a modernização do serviço público por meio do programa Ceará Mais Digital.

Lideradas pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag-CE), todas essas iniciativas apostam na união de esforços entre os poderes públicos, setor privado, academia e sociedade civil para oferecer o melhor aos cidadãos, seja elevando a qualidade dos serviços, seja ampliando a eficiência dos gastos públicos e atraindo mais investimentos em áreas relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do estado e a promoção do bem-estar social.

É também com a participação direta dos cidadãos que essas ações são construídas, implementadas e constantemente avaliadas. A construção do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, por exemplo, realizada ao longo de 2023, contou com a ativa participação cidadã. Foram realizados encontros presenciais nas 14 Regiões de Planejamento do Ceará, reunindo 6.662 participantes que contribuíram para a construção de 3.139 diretrizes regionais. Além disso, os cidadãos



Plano Plurianual foi elaborado com a participação popular tanto por votações online como em eventos presenciais.



Divulgação

Gestores e lideranças municipais participaram de capacitações sobre o Programa de Governança Fiscal Interfederativa.

também se engajaram na elaboração do PPA 2024-2027 do Ceará, um dos primeiros do Brasil a ser sensível a questões como raça e gênero, por meio da internet, votando e priorizando as ações do governo do Ceará na plataforma virtual Ceará Participativo (<https://cearaparticipativo.ce.gov.br/>).

"Integramos um governo democrático, focado no cidadão e na colaboração entre os entes federados para alcançarmos o bem-estar social para todos os cearenses. Nossos esforços estão centrados em fazer mais e melhor. Apostamos na governança interfederativa para disseminar as boas práticas, fortalecer a administração pública, qualificar líderes públicos e, assim, gerar cada vez mais benefícios para a sociedade, sempre com foco no cidadão", destaca o secretário do Planejamento e Gestão do Ceará, Alexandre Sobreira Cialdini.

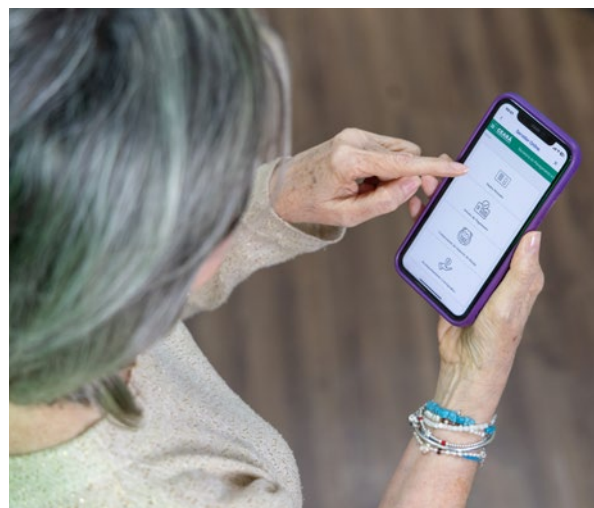
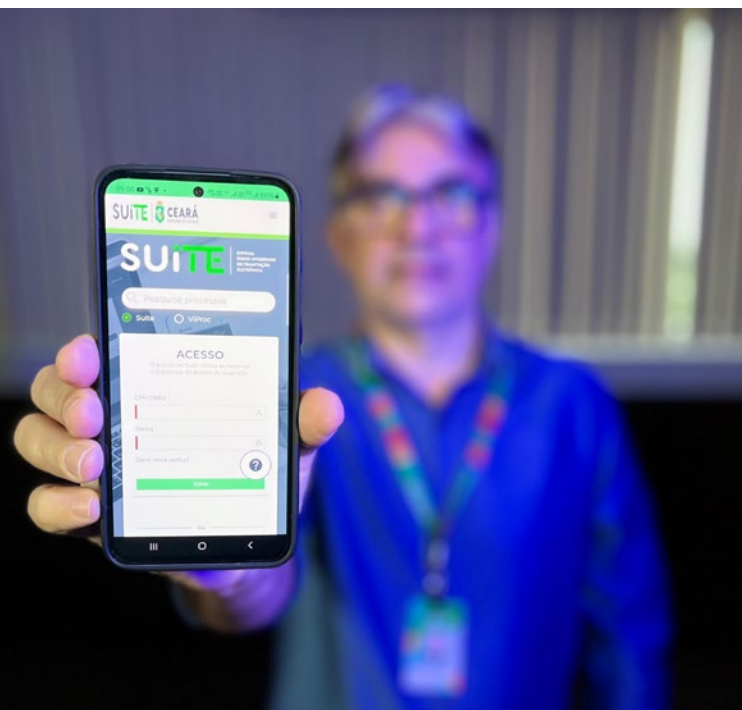
O titular da Seplag-CE acrescenta que essa integração também é relevante para que o Estado aperfeiçoe cada vez mais o seu planejamento de longo prazo, o Ceará 2050, em que estão os grandes projetos estruturantes para transformar e avançar continuamente o Ceará. "Importante ressaltar que o planejamento de longo prazo é uma política de Estado, não de governo", afirma Cialdini.

CEARÁ UM SÓ

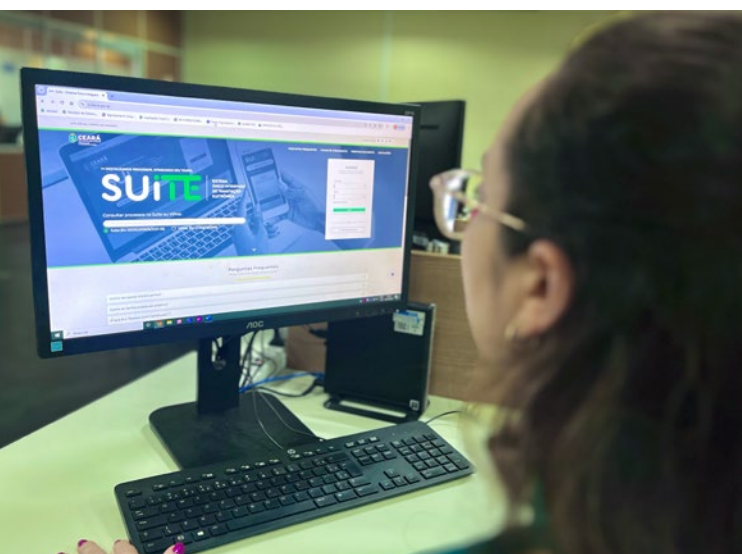
O Programa de Governança Fiscal Interfederativa Ceará Um Só foi lançado pelo governo do Ceará, por meio da Seplag-CE e da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), no início do segundo semestre de 2024, quando foram firmados termos de cooperação com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec); a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece); a União dos Vereadores e Câmaras do Ceará (UVC); e a Assembleia Legislativa do Ceará, por intermédio da Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace).

A iniciativa busca capacitar e preparar as lideranças dos 184 municípios cearenses nas áreas técnicas e de gestão governamental. Além de eventos na plataforma virtual de ensino da EGPCE, são realizados encontros presenciais periódicos para capacitar servidores públicos municipais em diversos segmentos da gestão pública, incluindo aí as finanças e contabilidade e a gestão da dívida, da saúde, da educação, bem como compras governamentais, dentre outras.

"Estamos integrando forças, saberes e experiências para melhorar a arrecadação e a gestão fiscal, resultando em entregas mais efetivas para a



Digitalização da gestão inclui serviços para a população e também ferramentas para procedimentos internos e atividades administrativas



população. Agentes públicos qualificados são fundamentais para a execução eficaz das políticas com potencial para transformar a qualidade de vida dos cidadãos”, diz o secretário Alexandre Cialdini.

O titular da Seplag-CE destaca ainda que a iniciativa proporcionará ao estado a obtenção de

informações sobre a realidade dos municípios, contribuindo também para a elaboração de outras políticas públicas estaduais.

CEARÁ 2050

Coordenado pela Seplag-CE, o Ceará 2050 indica as diretrizes e objetivos de longo prazo para fomento ao desenvolvimento sustentável estadual, com foco no crescimento econômico, social e ambiental, com capacidade de promover a redução sustentada das desigualdades sociais e regionais existentes.

Equivalente ao período de seis Planos Plurianuais, o Ceará 2050 orienta a implantação das políticas públicas com base nos princípios de participação popular cidadã, governança pública compartilhada, adequação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), transversalidade e intersetorialidade. O planejamento de longo prazo será revisado, periodicamente, pela Seplag-CE, em parceria com as demais secretarias estaduais.

“É importante destacar que os programas e projetos que viabilizarão o alcance dos objetivos de longo prazo serão contemplados nos Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias Anuais (LOA) vigentes no período abrangido pelo Ceará 2050, os quais devem estar alinhados com as estratégias, objetivos e indicadores do Plano e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, explica Cialdini.

CEARÁ MAIS DIGITAL

A modernização da administração pública e dos serviços prestados ao cidadão é o principal foco do programa Ceará Mais Digital, que começou a ser executado em 2023 e tem prazo de 60 meses. Nesse programa, são contemplados os eixos da Unificação dos canais de atendimento; Conectividade e cibersegurança; Transformação digital e interoperabilidade; Privacidade dos dados; Integração e exploração dos dados; Competência digital; e Governança.

“O que uma sociedade mais quer de um governo é eficiência e justiça. Isso se faz também com a transformação digital. Com isso, fazemos com que a transparência ativa chegue ao cidadão. Queremos que a população visualize que os produtos do Ceará Mais Digital melhoraram a vida das pessoas. Queremos que os cidadãos identifiquem e utilizem melhor as políticas públicas. Essa é a nossa missão”, afirma o titular da Seplag-CE.

As primeiras entregas do programa Ceará Mais Digital estão disponíveis para os cearenses e para a administração pública estadual. Uma delas é o Acesso Cidadão, iniciativa vinculada à Seplag-CE e desenvolvida com o Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará (Íris) e o Programa Cientista Chefe. Atualmente, 268.638 pessoas criaram suas contas no Acesso Cidadão e passaram a ter acesso em um só lugar aos serviços digitais disponibilizados pela administração pública estadual.

Ao criar a conta no Acesso Cidadão, o usuário tem acesso aos serviços ofertados no portal Ceará Digital (<https://acesso.cearadigital.ce.gov.br/>), além de contar com soluções como Meu Celular, Tramita, Entrada Moradia, Plataforma Mais Infância, Issec

“ O que uma sociedade mais quer de um governo é eficiência e justiça. Isso se faz também com a transformação digital. Com isso, fazemos com que a transparência ativa chegue ao cidadão”

Alexandre Sobreira Cialdini, secretário do Planejamento e Gestão do Ceará

Digital, Ceará Digital, Ceará App, Big Data Social e Integra Social. O Acesso Cidadão está integrado ao portal Gov.br, de forma que, ao criar sua conta, as informações constantes no Gov.br são trazidas para o Acesso Cidadão.

Outro serviço vinculado ao programa Ceará Mais Digital é o Sistema Integrado de Tramitação Eletrônica (Suite), iniciativa que simplifica os procedimentos internos e promove maior celeridade, rastreabilidade e controle sobre as atividades administrativas do governo do Ceará. Até o momento, a unidade federativa contabiliza 1,6 milhão de processos virtuais no sistema, o que representa uma economia estimada de cerca de R\$ 750 milhões aos cofres públicos. A estimativa leva em consideração despesas com papel, contratos de impressão, energia elétrica, manutenção de equipamentos e armazenamento de documentos físicos – envolvendo a logística de higienização, conferência, encaixotamento, catalogação, organização, recuperação, transporte, infraestrutura e pessoal.

ATRAÇÃO E GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Outra preocupação do governo do Ceará é reforçar seu orçamento e dotar seus órgãos e entidades do conhecimento necessário para ampliar a



Segundo o secretário Alexandre Cialdini, o portal CaptaCeará é uma iniciativa que faz parte da racionalidade econômica e da natureza da melhoria das políticas públicas.

Divulgação

captação de recursos e melhorar cada vez mais a gestão eficiente e eficaz do investimento público.

Para isso, a Seplag-CE lançou uma importante iniciativa, em 2024: o portal CaptaCeará (<https://www.captaceara.ce.gov.br/>), ferramenta criada para auxiliar os órgãos/entidades da administração pública estadual na captação e recursos não onerosos – oriundos do Orçamento Geral da União – e, assim, fortalecer os orçamentos e realizar entregas cada vez melhores para as demandas da sociedade.

“O portal CaptaCeará, construído pelos técnicos da Seplag-CE, é uma iniciativa que faz parte da racionalidade econômica e da natureza da melhoria das políticas públicas. Sem dúvida, é uma ferramenta muito importante para a melhor gestão dos recursos na administração pública. Essa iniciativa também vai ao encontro do Ceará 2050”, declara o secretário Alexandre Cialdini.

A gestão dos investimentos públicos é uma das grandes preocupações do governo do Ceará. Por

isso, a Seplag-CE está implantando a metodologia Gestão do Investimento Público (GIP). A iniciativa busca fortalecer práticas para a concepção de projetos de investimentos, aprimorar a qualidade da decisão sobre os investimentos e institucionalizar o emprego da avaliação ex-post (avaliação pós-implementação de um projeto ou política pública que analisa os resultados e impactos efetivos da ação, comparando-os com os resultados esperados e com a situação anterior à intervenção).

“Com todas essas iniciativas, temos a certeza de que estamos, juntos, construindo um Ceará cada vez mais avançado para todos, focado no desenvolvimento socioeconômico sustentável e orientado por um planejamento estratégico sólido e baseado nas demandas sociais. Desejamos que o Ceará, que já é exemplo nacional em diversas áreas, continue sendo referência em gestão pública comprometida com o cuidado com as pessoas”, finaliza o secretário Alexandre Cialdini. ■



Ceará 2050 é o farol para a construção de um futuro sustentável

Em uma realidade cada vez mais desafiadora do ponto de vista do orçamento público, é dever dos administradores otimizar o planejamento para garantir políticas públicas de Estado eficientes e eficazes, com impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos e na indução do desenvolvimento socioeconômico sustentável das unidades da Federação. Nesse contexto, o Ceará, de forma pioneira e inovadora, construiu, com a participação da academia, do setor privado e dos cidadãos, o planejamento de longo prazo Ceará 2050, coordenado pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag).

A importância e, fundamentalmente, a necessidade de planejar demonstra nosso desejo de governar o futuro em outra perspectiva, conduzindo o curso dos acontecimentos na direção desejada. Negar o planejamento é aceitar o status quo e viver na improvisação ou resignação. Portanto, o planejamento é o cálculo que deve preceder e presidir a ação, como ensinou o economista Carlos Matus. Nesse sentido, o governador Elmano de Freitas orientou a formação de um comitê estratégico para garantir a implementação e a atualização contínua do Ceará 2050, em consonância com a dinâmica da ambiência e da eficácia das ações. O objetivo é alcançar as metas dos objetivos estratégicos e assegurar a integração permanente com a sociedade.

Ao estruturar o Ceará 2050, um dos pilares adotados foi a regionalização, garantindo a

inclusão das diversas regiões e valorizando as particularidades territoriais do Estado. Além disso, a gestão atual da Seplag buscou fortalecer a integração desse grandioso projeto com outros instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa articulação permite alinhar o planejamento governamental à gestão orçamentária e fiscal, ao controle social e à captação de recursos.

Sem dúvida, o Ceará 2050 é o grande farol que “orienta a ação”, definindo o planejamento como uma ação de pensar antes de agir e de agir, sistematicamente, com método. Com essa visão estratégica, o Ceará avança em direção a um futuro de novas oportunidades, mantendo vivas as qualidades de um estado comprometido com a justiça, a sustentabilidade e a inclusão. ■

Alexandre Sobreira Cialdini, secretário do Planejamento e Gestão do Ceará.





Transparência como instrumento para a gestão de resultados

Plataforma digital do Governo do Distrito Federal cadastra todos os repasses para as organizações sociais e aperfeiçoa controle dos investimentos públicos



Todo cidadão deve participar das decisões que têm impacto sobre suas vidas. Por isso, o Governo do Distrito Federal (GDF) lançou um site mostrando todos os detalhes das parcerias feitas por diversos órgãos da administração direta e indireta com organizações da sociedade civil (OSCs). O projeto é da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Assim, qualquer cidadão pode conferir quanto, onde e como estão sendo gastos os recursos repassados a essas instituições que prestam serviços aos brasilienses em diversos segmentos – como educação, saúde, assistência social, desenvolvimento agrário, cultura, esporte, direitos humanos etc. Basta acessar o site Parcerias GDF, no endereço www.parcerias.df.gov.br.

A adesão dos órgãos à Plataforma tornou-se obrigatória a partir de abril, com a publicação do Decreto Distrital nº 45.755/2024, baixado pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. O GDF está destinando este ano R\$ 1,5 bilhão de seu orçamento para financiar os trabalhos das OSCs, importante braço de apoio à administração pública. Desse montante, 65% já foram empenhados. Pelo menos 22 órgãos da administração direta e indireta já aderiram à plataforma.

O secretário de Economia do Distrito Federal, Ney Ferraz, reforça que esse modelo de ferramenta se destaca por criar uma sistemática de avaliação de metas e objetivos. “A plataforma vai oferecer mais informações quantitativas e qualitativas dos serviços oferecidos pelas OSCs, além de sabermos o quanto foi gasto. A ideia com essa ferramenta é ampliar a transparência de todos esses contratos e, também, aprimorar a gestão dos gastos públicos”, diz ele.

“Obviamente, isso reduz riscos de propagação de desvios intencionais ou mesmo de má administração, combatendo previamente a corrupção. Por exemplo: uma creche que recebe recursos da Secretaria de Educação do DF deve registrar quantas vagas se dispôs a oferecer e quantas efetivamente ofertou. No fundo, a plataforma auxilia os gestores a cumprirem seus propósitos organizacionais”, acrescenta



Divulgação

São diversas organizações da sociedade civil prestando serviço para a administração pública

o secretário-executivo de Projetos Estratégicos da secretaria de Economia do DF, Otávio Veríssimo.

FERRAMENTA É CASO DE SUCESSO NA GESTÃO PÚBLICA NACIONAL

A chefe da unidade que gerencia a ferramenta eletrônica, Ana Cláudia Pires, também enfatiza a importância da exposição do trabalho das próprias organizações sociais – ao divulgar dados sobre planejamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas. Além de reunir todas essas informações em um único ambiente, toda a catalogação é padronizada e sistematizada.

“Essa determinação governamental joga luz no ambiente de gestão, ao integrar os controles interno (do governo e da OSCs) e externo (cidadão)”, avalia a técnica. “Até o valor da remuneração da equipe de trabalho vinculada à execução do objeto é divulgado”, acrescenta.

Nem todas as unidades da Federação possuem tal ferramenta – ou formas de controle tão avançadas, claras e didáticas. Segundo Ana Cláudia Pires, o governo do estado da Bahia, por exemplo,



Divulgação

Mais de 20 órgãos da administração direta e indireta já aderiram à plataforma

enviou recentemente uma equipe ao DF para estudar detalhes da plataforma. O Governo Federal, por sua vez, a trata como um caso de sucesso na gestão pública.

Integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública do Distrito Federal foram convidados pela Secretaria de Estado de Economia do DF para, no começo de outubro, conhecer a Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC.

A Rede de Controle da Gestão Pública do DF foi criada no Dia Internacional de Combate à Corrupção, em 9 de dezembro de 2016. Ela reúne seis órgãos que fiscalizam o uso do dinheiro público, como a Controladoria-Geral do DF; o Ministério Público de Contas; o Ministério Público do DF e Territórios; a

Polícia Civil do DF; o Tribunal de Contas do DF; e a Secretaria de Estado de Economia do DF.

O coordenador-executivo da entidade, Hamilton Ribeiro, elogiou a iniciativa e disse que a plataforma está alinhada à diretriz máxima do grupo, que é combater a corrupção. “Ela proporciona um ambiente mais seguro à administração pública e à sociedade”. Já o subsecretário de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos da SEEC, Adriano Leal, destacou a boa participação, espontânea, dos variados órgãos do GDF.

ACESSO SIMPLIFICADO PARA A POPULAÇÃO E PARA GESTORES

O site Parcerias GDF está dividido em duas áreas principais: a de transparência, destinada à população, e a de acesso restrito, cujo manuseio está limitado aos gestores do GDF, das OSCs e dos órgãos distritais de controle governamental – no caso, a Controladoria Geral/DF e o Tribunal de Contas/DF.

Qualquer cidadão pode acompanhar os editais de chamamento público – que é a modalidade de convocação direta pela administração pública. Também é possível verificar a gestão dos recursos.

Nesta aba, estão registradas todas as possibilidades de parcerias apresentadas pelo GDF, o nome do órgão, o motivo da contratação, o prazo da parceria e o valor global – além da origem do dinheiro.

Também são detalhadas informações importantes, como os planos de trabalho, a data de assinatura, o nome e o CNPJ da organização civil e, principalmente, a situação da prestação de contas.

Outro tópico relevante é o Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS). Ele contém uma tela de cadastro para que as organizações da sociedade civil e os cidadãos possam se habilitar e apresentar propostas de parcerias. Nela, é possível acompanhar se ela foi aceita ou não – e os motivos da decisão.

O link Denúncias, por sua vez, dá acesso ao Sistema de Ouvidorias do GDF e permite que o cidadão se manifeste, da forma que lhe convier, sobre o que consultou nos painéis e gráficos. Tudo é aberto à consulta popular.

Por fim, os organizadores da plataforma também incluíram todo o conteúdo do manual que rege a gestão do marco regulatório das OSCs. Nele, estão dados e informações sobre a relevância da participação social na formulação e execução de políticas públicas, direitos e deveres de quem as firma, formas de controle etc.

Nesta aba, a OSC pode consultar chamamentos públicos e os processos com dispensa de licitação ou inexigibilidade – quando não há concorrentes o suficiente no mercado ou quando o objeto que o poder público quer comprar ou contratar só pode ser executado por uma empresa ou fornecedor.

Também estão listados os instrumentos de parceria e comunicados, além de uma área destinada ao suporte técnico. A OSC também pode verificar todas as seleções em andamento no GDF e seu status, inserir ou acessar documentos da parceria, cadastrar ou consultar fornecedores, prestadores de serviços,

MANUAL MROSC/DF

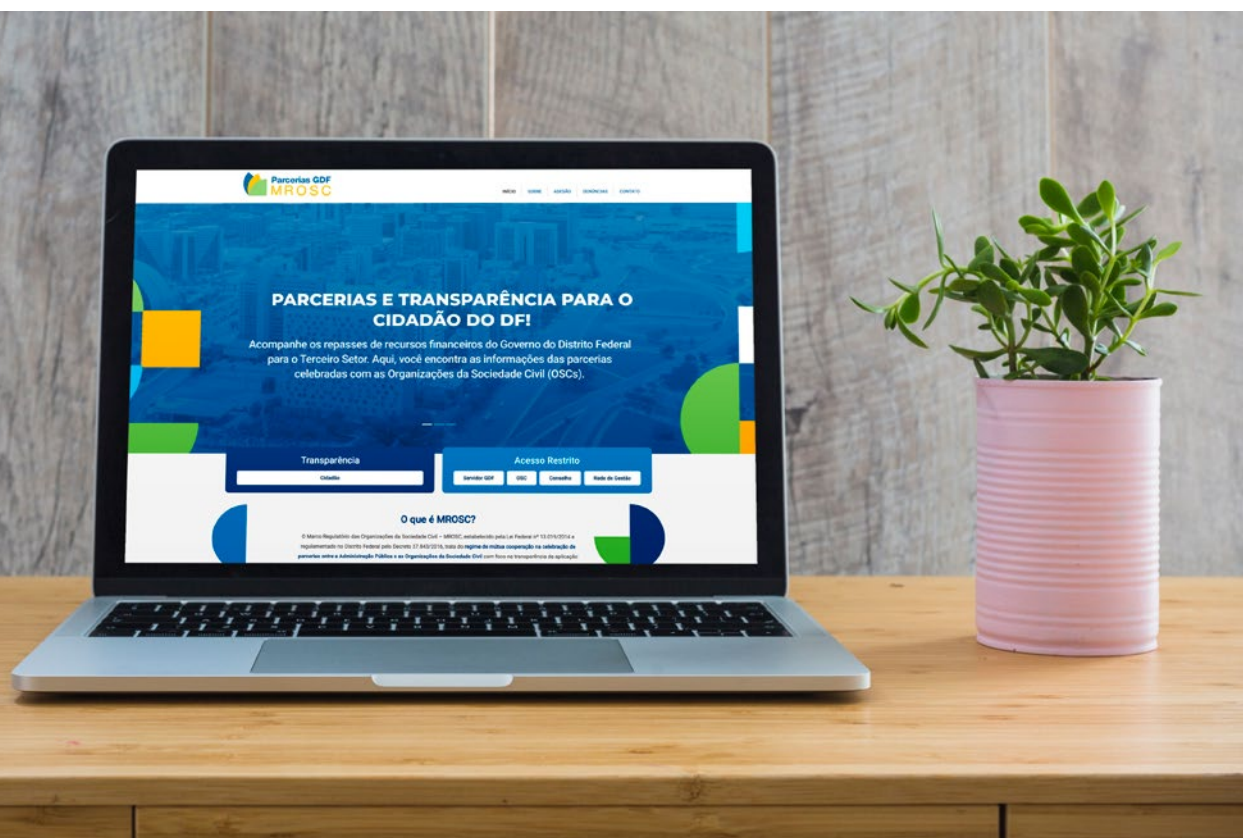
Os organizadores da plataforma também incluíram todo o conteúdo do manual (disponível para download) que rege a gestão do marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Nele, estão dados e informações sobre a relevância da participação social na formulação e execução de políticas públicas, direitos e deveres de quem as firma, formas de controle etc.



colaboradores e beneficiários. E, por fim, obter relatórios personalizados.

A plataforma controla todos os prazos de validade de documentos cadastrados e avisa quando determinada certidão está prestes a vencer. Então, é possível renová-las com facilidade. O ambiente foi todo customizado para gerar os documentos automaticamente – como a proposta para um chamamento público ou o plano de trabalho de um termo de fomento. Também é possível realizar os ajustes solicitados pelos órgãos de forma eletrônica.

Esse ambiente da plataforma ainda permite a comprovação do plano e da execução financeira de forma detalhada. A organização social poderá anexar todos os comprovantes – como notas fiscais, fotos



Reprodução

Site tem duas áreas, uma destinada ao público geral e outra de acesso restrito para gestores

e o que mais for necessário. O sistema permite o upload de múltiplos arquivos. Com isso, o site serve como um repositório, onde todos os documentos estão condensados em um mesmo local. A plataforma ainda possibilita a realização da conciliação bancária, importando o extrato da conta corrente para a execução da parceria. Isso garante uma gestão financeira mais eficiente e precisa.

O Parcerias GDF MROSC está integrado ao Sistema de Gestão Governamental, implantado pelo GDF em 2000 para aprimorar planejamento, orçamento, programação financeira, execução orçamentária, contabilidade, precatório e outros elementos de gestão.

Ele é, enfim, o sistema oficial para o processamento dessas colaborações. Desta forma, o Tribunal de Contas do DF e a Controladoria Geral do DF podem verificar todos os registros e informações necessários à prestação de serviços pelas OSCs.

PORTAL TAMBÉM REÚNE LEIS E DECRETOS

Por fim, o site traz também uma aba específica com todas as leis, decretos e outras normas que regem o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei Nacional nº 13.019/2014 e pelo Decreto Distrital nº 37.843/2016. Assim como o Decreto nº 45.755, de 30 de abril de 2024, que estabelece a Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC como sistema oficial para o processamento das parcerias que envolvam ou não a transferência de recursos financeiros. E, finalmente, a Portaria nº 449, de 18 de junho de 2024, que disciplina o uso e funcionamento da Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC. ■



**United
Nations**

Department of
Economic and
Social Affairs

CEPA 24th session

**The Committee of Experts on Public
Administration will hold its twenty-fourth
session in New York from 7 to 11 April 2025.**

**Committee of
Experts on Public
Administration**



**SUSTAINABLE
DEVELOPMENT
GOALS**

Modelo de gestão coloca Espírito Santo na frente em investimentos públicos

O modelo de gestão possibilitou que 20% da receita estadual fosse direcionada para investimentos, em 2023, o maior percentual entre os estados brasileiros

Divulgação

Equipe do Escritório de Projetos do Governo do Estado recebe o prêmio de Melhor PMO do Brasil.

O modelo de gestão para resultados adotado pelo governo estadual do Espírito Santo transformou o cenário de investimentos públicos e colocou a unidade federativa na vanguarda nacional. Com uma abordagem de planejamento rigoroso e metas explícitas, o Estado do Espírito Santo foi reconhecido com o melhor escritório de projetos do País pelo Project Management Institute (PMI) Brasil Chapters, que destacou a excelência de sua gestão em promover entregas efetivas e tangíveis à população.

Esse modelo de gestão possibilitou que 20% da receita estadual fosse direcionada para investimentos em 2023, o maior percentual entre os estados brasileiros, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A estrutura de governança e o monitoramento contínuo dos projetos estratégicos, liderados pelo Escritório de Projetos do Governo do Estado do Espírito Santo (PMO-ES), são pilares desse sucesso. O

PMO-ES recebeu o prêmio de Melhor PMO do Brasil e foi consagrado no Prêmio PMI Brasil Melhores do Ano 2024, destacando-se em um cenário competitivo que inclui escritórios de projetos de setores público e privado.

“A premiação reflete o reconhecimento de um escritório de projetos com modelo de gestão consolidado e orientado para resultados. A cultura de planejamento está enraizada no Estado do Espírito Santo, com olhar de curto e longo prazo, e cujos objetivos e metas se refletem, objetivamente, em entregas e resultados para os capixabas”, destacou o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc.

O PMO-ES funciona na Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) e é responsável pela estruturação e monitoramento dos programas e projetos estratégicos do governo do Estado do Espírito Santo, nas diferentes áreas de atuação do Poder Executivo.



Divulgação

Seminário de Planejamento Estratégico faz parte das etapas que antecedem a definição da Carteira de Programas e Projetos Estratégicos.

Para estruturação da Carteira de Programas e Projetos Estratégicos, é realizado o Planejamento Estratégico do Governo, tendo como base diretrizes e documentos norteadores, como o Planejamento de Longo Prazo do estado, o Programa de Governo, a continuidade e perenidade das políticas públicas, diagnósticos, análises, reuniões com a equipe de governo, além das demandas apresentadas pela sociedade durante as Audiências Públicas para elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em seguida, foi realizado o Seminário de Planejamento Estratégico para o período da gestão, que contou com a presença do governador José Renato Casagrande (PSB), do vice-governador Ricardo Ferraço (MDB), de secretários e de subsecretários, pontos focais e representantes das equipes de todas as secretarias, órgãos e autarquias que compõem o governo. Na ocasião são debatidas e consolidadas as prioridades, desafios, indicadores, programas e projetos estratégicos, além das metas de entregas para os 4 anos de gestão. O resultado desse trabalho coletivo é a consolidação da Carteira de Programas e Projetos Estratégicos do governo do estado. Em seguida, cada projeto é desenhado, com escopo, previsão de entrega, etapas, marcos críticos, riscos, prazos e metas.

Definidos os programas e projetos estratégicos do governo do estado, inicia-se o gerenciamento intensivo dos programas e projetos para garantir as entregas previstas e relevantes à sociedade capixaba e que sejam, efetivamente, realizadas. Para tornar realidade os resultados previstos, a governança do modelo de gestão conta com a mobilização da linha decisória dos projetos desde o gerente de projeto e sua equipe até a alta gestão do governo. Reuniões periódicas de monitoramento intensivo são realizadas com a presença do governador Renato Casagrande, secretários de estado e demais gestores envolvidos nos programas e projetos de cada eixo de atuação. O andamento das ações de cada eixo é revisado pelo governador, em média, a cada 2 meses.

O modelo de gestão baseia-se no Programa de Gestão para Resultados do Governo do Estado do



Divulgação

“A estabilidade financeira permite ao Estado investir em políticas públicas que se refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida dos capixabas, fortalecendo tanto o desenvolvimento econômico quanto social”

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Espírito Santo, o Realiza +, que tem como objetivo ampliar a capacidade do governo de executar programas e projetos e entregar resultados com grande poder de transformação para a sociedade capixaba. A Gestão Orientada para Resultados tem como pilares o foco em um público-alvo bem definido, em resultados, visão estratégica e responsabilização e compromisso.

**Eficiência na
gestão de recursos
públicos também
contribuiu para
redução de índices
de violência letal**

“Boa parte do sucesso do PMO-ES é resultado do trabalho de uma equipe engajada, motivada e comprometida com os resultados e com a mudança da vida das pessoas. Os gestores de projetos acompanham, diariamente, o andamento de cada marco crítico de cada projeto estratégico e fazem contato sistemático com os gerentes dos projetos que atuam nos órgãos finalísticos. É esse trabalho coletivo que garante o andamento das etapas e cumprimento das metas previstas”, pontuou a subsecretária de Estado de Planejamento e Projetos, Andressa Pavão.

RECORDE EM INVESTIMENTOS

Além do impacto econômico, esse modelo de gestão tem proporcionado conquistas históricas no Espírito Santo. O Relatório Resumido de Execução Orçamentária da STN revela que o estado investiu R\$ 4,2 bilhões, em 2023, um recorde impulsionado pelo compromisso de uma gestão orientada para resultados e respaldada por uma política fiscal robusta.

Desde 2019, os investimentos totais somaram R\$ 13,1 bilhões, reforçando o desenvolvimento de setores essenciais e consolidando o Espírito Santo como um exemplo de responsabilidade fiscal e eficiência administrativa.

O estado também ocupa o primeiro lugar nacional em Solidez Fiscal no *Ranking* de Competitividade dos Estados, e, por 12 anos consecutivos, manteve Nota A na Capacidade de Pagamento, destacando-se pela estabilidade e sustentabilidade financeira.

“A estabilidade financeira permite ao Estado investir em políticas públicas que se refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida dos capixabas, fortalecendo tanto o desenvolvimento econômico quanto social”, afirmou Duboc. A solidez das contas públicas permite ao Espírito Santo um comprometimento responsável, com uma dívida consolidada em R\$ 1,4 bilhão e uma poupança corrente de 20%, superando os 15% exigidos pela STN.



Foto: Hélio Filho/Secom

“ Nossa estratégia demonstra que uma gestão eficiente, controlando gastos e sabendo investir pode transformar realidades e ser referência para o Brasil”

Renato Casagrande, governador do Estado do Espírito Santo

RESULTADOS TRANSFORMADORES

Esse modelo de gestão não apenas aumentou os investimentos, mas também gerou resultados sólidos para a população. No setor de segurança pública, o Programa Estado Presente em Defesa da Vida posicionou o Espírito Santo como referência, reduzindo, drasticamente, os índices de violência letal. Em 2023, o estado registrou a menor taxa de

homicídios dolosos de toda a sua série histórica, iniciada em 1996. O programa incorpora uma abordagem intersetorial e articula ações de repressão qualificada com políticas de proteção social, mostrando como o planejamento estratégico e a gestão eficiente de recursos públicos podem transformar realidades complexas.

Na área social, os avanços também são significativos. O Espírito Santo é a segunda unidade federativa em que as pessoas vivem mais, com uma expectativa de vida média de 79,8 anos. A qualidade do ensino capixaba é referência nacional, com o melhor desempenho do País no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o Ensino Médio e destaque na classificação do Centro de Liderança Pública (CLP), *Ranking CLP de Avaliação da Educação*. Além disso, o estado é um modelo de transparência, e pioneiro, no Brasil, ao criar um Fundo Soberano com mais de R\$ 1,5 bilhão aportados para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

"Desde que adotamos o modelo de gestão para resultados, o Espírito Santo se destacou como o Estado que mais investiu em infraestrutura no Brasil, alcançando 20% da receita no ano passado. O PMO-ES é essencial para monitorar e estruturar iniciativas que garantem entregas efetivas à população. Desde 2019, temos realizado os maiores investimentos da história deste estado e a cada ano aumentamos nosso investimento. Isso resultou em impactos significativos, como a redução da violência e os avanços na educação. Nossa estratégia demonstra que uma gestão eficiente, controlando gastos e sabendo investir pode transformar realidades e ser referência para o Brasil", assegura o governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Esses resultados são fruto de um modelo de gestão orientado para resultados, comprometido com a eficiência e com o uso responsável dos recursos públicos. Essa estratégia tem transformado o Espírito Santo em um exemplo de desenvolvimento sustentável, que serve de inspiração para o Brasil e para o mundo. ■



Álvaro Duboc



Juliani Johanson

Orçamento climático: uma nova era de investimentos verdes no estado

Em uma iniciativa inovadora, o Governo do Estado do Espírito Santo deu um passo ousado e necessário para enfrentar os desafios das mudanças climáticas: a criação do chamado Orçamento Climático. Pela primeira vez, o Projeto de Lei Orçamentária do Estado apresenta uma marcação clara dos investimentos públicos destinados a ações de mitigação e adaptação aos efeitos extremos do clima.

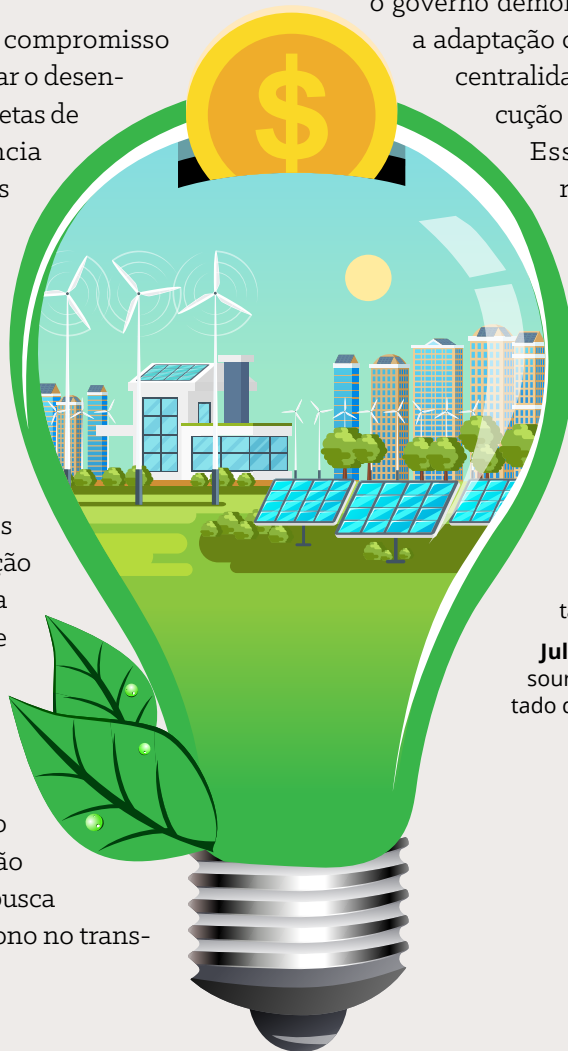
Essa proposta reflete o compromisso da gestão estadual em alinhar o desenvolvimento econômico às metas de sustentabilidade e resiliência ambiental. Entre as principais áreas contempladas estão investimentos em macrodrenagem, para mitigar enchentes urbanas; contenção de encostas para prevenir deslizamentos em áreas de risco; gestão hídrica eficiente, visando o uso sustentável dos recursos hídricos; ações de recuperação costeira, fundamentais para proteger o litoral da erosão e dos impactos do aumento do nível do mar; recuperação da cobertura florestal, vital para a conservação da biodiversidade e a regulação climática; além da promoção da mobilidade elétrica, que busca reduzir as emissões de carbono no transporte público.

A evidenciação, por meio de marcadores, possibilita reconhecer os projetos que atendem aos critérios de sustentabilidade e resiliência climática, dando a devida transparência a estas ações, garantindo o acompanhamento pela sociedade, promovendo as melhores práticas e atraindo investidores preocupados com as pautas ambientais.

Ao integrar essas ações ao orçamento estadual, o governo demonstra que a sustentabilidade e a adaptação climática passaram a ocupar a centralidade do planejamento e da execução de políticas públicas capixabas. Esse é um exemplo da liderança do Governador Renato Casagrande e um compromisso claro de governança climática que poderá inspirar outros estados, com impactos positivos tanto no meio ambiente quanto na qualidade de vida da população. ■

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento.

Juliani Johanson, consultora do Tesouro Estadual e Subsecretária de Estado de Orçamento.





Integração e gestão inovadora garantem resultados sustentáveis em Goiás

Governo criou rede integrada entre órgão central e setoriais e padroniza processos para fortalecer planejamento e monitoramento de políticas públicas



Nos últimos anos o Estado de Goiás vem promovendo reformas na gestão administrativa para integrar as diversas áreas de atuação do Poder Executivo estadual. Uma das mudanças foi a criação do Sistema Estruturador de Organização e Inovação Institucional, instituído por meio da Lei Estadual nº 21.792/23, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás, o qual foi redenominado, em 2024, de Sistema Estruturador das Redes de Gestão (Siges).

O objetivo desse Sistema é aprimorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das entregas e das atividades comuns aos órgãos e às entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás. “O Siges foi criado para inovar a gestão pública, ampliar a capacidade estatal e garantir a atuação integrada promotora da entrega de valor aos cidadãos alinhada às expectativas e às necessidades deles”, ressalta o secretário da Economia de Goiás, Sérvulo Nogueira.

O Siges é composto por redes específicas formadas pelas áreas de gestão de pessoas; projetos de governo; compras e contratos; patrimônio; planejamento, orçamento e finanças; contabilidade; inovação da gestão e dos serviços públicos; tecnologia da informação; e *compliance* (“cumprir” ou “estar em conformidade”) público.

O chamado Sistema de Gestão apresenta como principal ferramenta a valorização do ganho de produtividade mediante dois investimentos no capital humano que atua, diretamente, nas áreas estratégicas abrangidas pelo Siges: retribuição pecuniária por meio de gratificações e funções comissionadas; e oferta de cursos de certificação e qualificação.

O sistema deve promover boas práticas no âmbito da gestão pública e buscar a transformação permanente do estado e a ampliação da capacidade estatal; a promoção da atuação integrada e sistêmica entre as unidades centrais e as unidades setoriais; a viabilização de meios para melhorar o desempenho institucional e otimizar a utilização dos recursos disponíveis; a avaliação contínua do seu funcionamento e o incentivo à cultura da inovação.

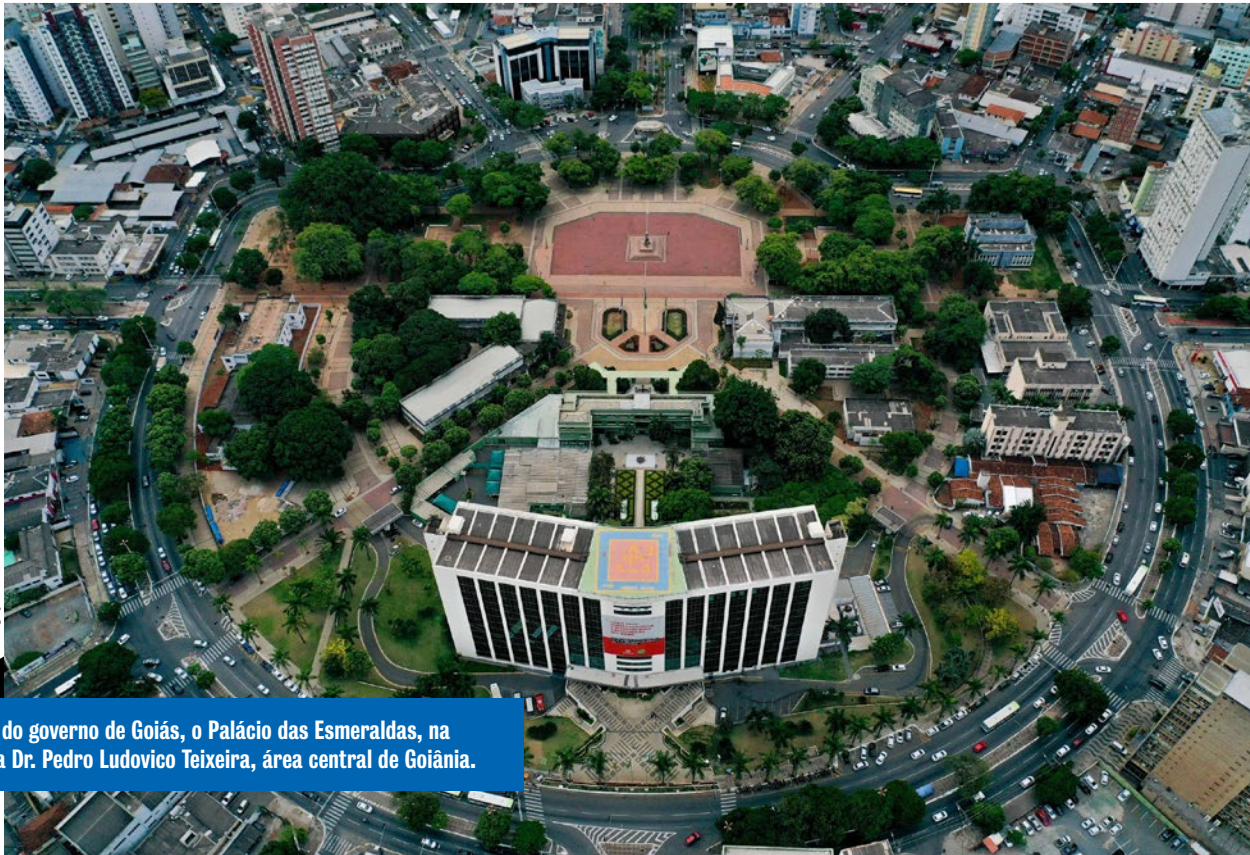
“No âmbito do planejamento governamental, a potencialização dos recursos por meio da gestão em rede tem como enfoque o fortalecimento do tripé planejamento-orçamento-finanças”, explica a subsecretária Central de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Danielle Gomes de Oliveira. Assim, foi criado o Sistema Estruturador Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças Estadual (Sipofe), que garante o aprimoramento de processos,

“ O SIGES foi criado para inovar a gestão pública, ampliar a capacidade estatal e garantir a atuação integrada promotora da entrega de valor aos cidadãos alinhada às expectativas e às necessidades deles”

Sérvulo Nogueira, secretário da Economia de Goiás



Divulgação



Sede do governo de Goiás, o Palácio das Esmeraldas, na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, área central de Goiânia.

procedimentos e informações necessárias ao melhor uso do dinheiro público e o fomento à adoção de práticas efetivas e inovação tecnológica na gestão e execução orçamentária.

As unidades centrais de planejamento, orçamento e finanças se unem para promover orientação, supervisão e capacitação das unidades setoriais, para padronização e melhoria constante dos procedimentos. Os agentes setoriais na Rede Sipofe são responsáveis por aplicar e disseminar as orientações, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelas unidades centrais.

MAPEAMENTO DE AGENTES E ANÁLISE DE RESULTADOS AUXILIAM NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com foco na criação da nova cultura de planejamento, a subsecretaria pôs em curso o Projeto Integra Planejamento, voltado para a troca de experiências e à aplicação das boas práticas de planejamento, monitoramento e avaliação no governo, promovendo a integração e o relacionamento entre

os servidores que atuam nas unidades central e setoriais da rede.

A subsecretária destaca, também, o diagnóstico das redes que integram o Sipofe, cujo objetivo é o mapeamento de todos os agentes públicos que integram o sistema. A coleta das informações objetiva traçar o perfil dos integrantes da rede e identificar oportunidades de melhoria por meio de engajamento, oficinas, capacitações e outros eventos a serem promovidos pelas unidades centrais, bem como subsidiar o processo de avaliação contínua dos servidores.

Outra entrega é o Boletim de Indicadores Socioeconômicos, que oferece uma análise detalhada dos principais indicadores estaduais, abordando suas implicações para as políticas públicas. Os indicadores fornecem uma visão abrangente sobre aspectos essenciais, como demografia, educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, inovação e o contexto social dos goianos para apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas,

contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da população.

PLANO PLURIANUAL GANHA NOVA METODOLOGIA

Com a finalidade de elevar a qualidade da ação governamental em Goiás, em 2023 foi adotada uma nova metodologia na elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2024-2027. Entre as principais inovações, estão o alinhamento estratégico e governamental como direcionador do PPA; o estabelecimento de duas perspectivas para os projetos públicos, de acordo com o aspecto temporal, tanto de concepção, quanto de duração: a continuidade, para as ações já implementadas e bem-sucedidas; e a de inovação, que se relaciona às novas ações estratégicas e aquelas que tiveram direcionamento reformulado com vistas a ampliar o impacto nas políticas públicas.

Foi criado o elemento *Iniciativa* como elo de transversalidade entre as atividades de órgãos distintos que confluem para a resolução de problemas sociais a serem combatidos por programas de governo, sendo a *Iniciativa* definida como um agrupamento das entregas de determinado órgão, ou seja, os benefícios que cada parcela da máquina pública oferta à sociedade.

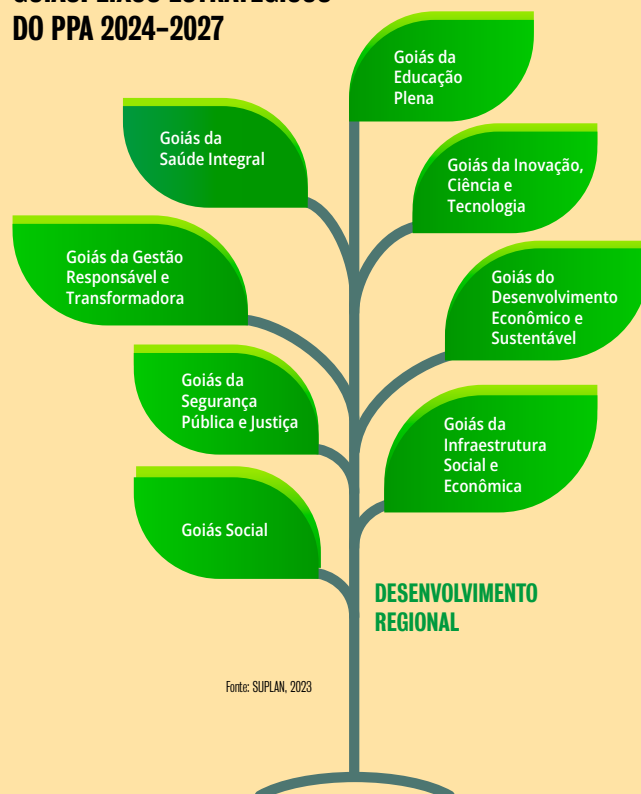
Destaca-se, ainda, a melhora da inteligibilidade das ações, mediante uma nova diferenciação entre ações orçamentárias e não orçamentárias, sendo estas definidas pelos recursos financeiros não originados, diretamente, no Orçamento, como crédito outorgado, por exemplo; e, as primeiras, originadas em recursos financeiros diretamente do orçamento público, ambas destinadas a promoverem o bem-estar direto aos cidadãos. Houve ainda, como inovação, o direcionamento financeiro das ações orçamentárias, com vistas ao aperfeiçoamento do processo avaliativo e, sobretudo, a máxima integração entre planejamento e orçamento.

“A definição dos Eixos Estratégicos e dos Programas incluídos no PPA 2024-2027 teve como cerne a compreensão de que a intervenção governamental precisa ter como alvo primordial a resolução de

“A definição dos Eixos Estratégicos e dos Programas incluídos no PPA 2024-2027 teve como cerne a compreensão de que a intervenção governamental precisa ter como alvo primordial a resolução de problemas socioeconômicos de alcance coletivo, cuja transformação é passível de mensuração”

Patrícia Soares de Oliveira, superintendente de Planejamento e Desenvolvimento

GOIÁS: EIXOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2024-2027





problemas socioeconômicos de alcance coletivo, cuja transformação é passível de mensuração”, afirma a superintendente de Planejamento e Desenvolvimento, Patrícia Soares de Oliveira. Os problemas foram elencados por meio do diagnóstico situacional elaborado com base em estatísticas oficiais de Goiás.

A elaboração do PPA envolveu, ainda, oficinas de capacitação e proposituras de iniciativas, realizadas em conjunto com os técnicos responsáveis em cada órgão, além de coleta da opinião popular por meio de consulta pública na Internet (International Network, em português: Rede Internacional).

Na sequência, procedeu-se à compilação das informações e à validação das iniciativas, ações, produtos, serviços, metas e indicadores pelo órgão central de Planejamento da Secretaria da Economia, além do alinhamento das propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Plano de Governo vigente.

MONITORAMENTO

Seguindo a ideia do ciclo Planejamento, Execução, Controle e Ação/Ajustes (PDCA), temos o impacto do monitoramento governamental em uma visão integrada com o desdobramento da estratégia, por meio do acompanhamento da execução de Projetos e Ações Continuidades das Pastas.

Essa estratégia tem como foco a ampliação do monitoramento governamental, que para o Estado de Goiás vai além dos parâmetros legais de *accountability* (“prestação de contas” e pode ser traduzido como “responsabilização”) exigidos, metas quantitativas e as qualitativas, sendo também observados os controles desenvolvidos para os projetos governamentais, o que inclui o atendimento de prazos pactuados, a aplicação efetiva dos recursos, os riscos envolvidos, os indicadores de impacto para o curto, médio e longo prazos etc., permitindo, assim, um realinhamento das políticas públicas de forma mais efetiva.

“Além disso, por meio dessa visão mais abrangente de monitoramento há uma conexão mais próxima com a Rede de Gestão de Projetos, consumindo



Estado melhorou índices nas áreas de educação, saúde e segurança

informações dessa área para o desenvolvimento de vários painéis de informação, trazendo uma nova perspectiva de integração de conteúdos utilizados para a tomada de decisões estratégicas mais assertivas no âmbito do ciclo das políticas públicas”, afirma a superintendente de Monitoramento e Avaliação, Daiany de Oliveira Santos.

A subsecretária Danielle Gomes afirma que “a Rede de Planejamento do Sipofe contribui para o



Foto: Stael Guimarães/Pexels

aperfeiçoamento da governança pública estadual a fim de maximizar os resultados das entregas aos cidadãos goianos, observando os princípios da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade”.

Seguindo alguns desses parâmetros e iniciativas de inovação e evolução das políticas públicas, a gestão do atual governo em Goiás tem sido, amplamente, reconhecida, com aprovação que atingiu 81,4%, em dezembro de 2023, de acordo com a Paraná Pesquisas. Goiás alcançou o primeiro lugar no Ensino Médio, na classificação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023. Na segurança pública, o estado experimentou quedas expressivas em diversos indicadores de criminalidade:

homicídios caíram 57,2%, até 2024, e os latrocínios foram reduzidos em 84,7%. O processo de regionalização da saúde também já é uma realidade com a entrega de novas unidades hospitalares e das políclínicas espalhadas pelo interior do estado.

Para o secretário Sérvulo Nogueira, esses resultados, em conjunto com outros fatores, denotam que as iniciativas adotadas pela gestão têm trazido retorno social. “Elas traduzem o planejamento estratégico governamental em números práticos satisfatórios e com amplo respaldo da população, indicando, apesar dos incontáveis obstáculos, a assertividade das políticas públicas planejadas e efetivamente executadas”, finaliza. ■



Maranhão lança 1º plano estratégico a longo prazo: o Plano Maranhão 2050

Com esse planejamento, a prioridade é a redução da taxa de pobreza, o aumento do índice de desenvolvimento e o aumento do PIB



O Estado do Maranhão adota práticas modernas de gestão pública e segue a tendência nacional e mundial de realizar planejamentos a longo prazo. É a primeira vez na sua história que o governo estadual trabalha com uma estratégia de desenvolvimento, que guiará metas e prioridades para todas as áreas de atendimento do governo nos próximos 26 anos.

Lançado em junho de 2024, o Plano Maranhão 2050 tem o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico, a atração de investimentos para o estado, a redução da pobreza, a inclusão social e a geração de oportunidades para toda população. Após 2 anos de elaboração, o plano foi lançado pelo governador Carlos Brandão durante solenidade que contou com a presença de mais 700 pessoas, em São Luís, acompanhado do secretário de Estado de Planejamento e Orçamento (Seplan/MA), Vinícius Ferro Castro.

Durante seu discurso, o governador reforçou a importância histórica e o pioneirismo da iniciativa,

uma vez que, pela primeira vez, a unidade federativa tem um plano de desenvolvimento de longo prazo construído em conjunto com o setor produtivo, a sociedade civil organizada, a Academia, dentre outras instituições.

“O objetivo é preparar o Maranhão para o futuro. Conseguimos avançar em vários índices, como a geração de emprego, no crescimento do PIB [Produto Interno Bruto], na solidez fiscal, na segurança pública, dentre outras. Por isso, chamamos todos os segmentos para debater esse plano e, com isso, atrair investimentos, gerar emprego, renda e combater a pobreza e as desigualdades sociais”, assinalou o governador Carlos Brandão.

O secretário de Estado de Planejamento e Orçamento, Vinícius Ferro, explicou que o plano foi pensado a partir de um diagnóstico socioeconômico do Estado do Maranhão para que fossem determinadas metas e objetivos.

“Iremos focar em três grandes frentes: a redução da taxa de pobreza, o aumento do Índice de



Divulgação

Áreas de resultado



Desenvolvimento Humano (IDH) nos 217 municípios e também queremos aumentar o percentual do PIB do Maranhão perante o cenário do governo federal. É mediante essa junção do poder público com o setor produtivo, o setor privado, as universidades e a sociedade civil em geral que a gente vai conseguir alcançar o êxito desse projeto”, afirmou Vinícius Ferro Castro.

O PLANO MARANHÃO 2050

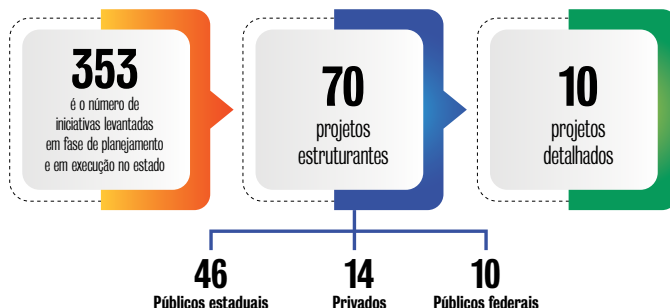
O Plano Maranhão 2050 é o primeiro plano estratégico de longo prazo do Estado do Maranhão, que materializa uma estratégia de desenvolvimento por meio de uma carteira de projetos e um sistema de indicadores e metas para acompanhar a sua execução e resultados. Seu propósito fundamental é fortalecer a estratégia de planejamento de longo prazo do estado, de forma articulada com atores do governo, setor produtivo, sociedade civil e Academia, bem como institucionalizar diretrizes que induzam o desenvolvimento socioeconômico integrado e reduzam as desigualdades sociais e regionais no Maranhão. Por meio deste instrumento, será

possível construir, de forma democrática e coletiva, políticas públicas estruturantes em benefício da sociedade e das futuras gerações.

O Plano Maranhão 2050 tem como visão de futuro a seguinte sentença: “Maranhão, estado desenvolvido, que valoriza e preserva as suas riquezas naturais, estimula sua cultura vibrante e cuida da sua gente”. Além disso, sua estratégia se organiza em cinco áreas de resultado: “Educação, Identidade e Cultura Transformadoras e Estruturantes”, “Economia Próspera e Inclusiva”, “Meio Ambiente Valorizado e Resiliente”, “Sociedade Saudável, Segura e Justa” e “Governança Efetiva, Inovadora e Conectada”.

O Maranhão 2050 faz parte do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (Profisco), que é uma linha de crédito condicional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aos estados e ao Distrito Federal para financiamentos de projetos de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados brasileiros.

O projeto conta com a Comissão Maranhão 2050, que é presidida pela Seplan/MA, tem parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (Sefaz/MA), e ainda conta com a participação de vários órgãos do governo do estado. Também integram a comissão: representantes do poder público, da iniciativa privada, das universidades, das classes patronal e de trabalhadores, além da sociedade civil organizada.



INVENTÁRIO MAPEOU MAIS DE 350 PROJETOS

A elaboração do Plano Maranhão 2050 contou com etapas participativas da população em todo o processo. Em abril de 2023, foi aberta uma pesquisa on-line (conectada) para que a população pudesse escolher as palavras-chave da Visão de Futuro do Plano. Em maio do mesmo ano, também foram realizadas oficinas com representantes de diversos órgãos do governo, entidades acadêmicas e representantes de setores produtivos do estado, que participaram de etapas de identificação dos principais desafios e diretrizes estratégicas do Maranhão em cada área de resultado para a construção da Visão de Futuro do projeto.

Em agosto de 2023, foram abertas as inscrições para o Inventário de Iniciativas, no qual projetos em andamento ou em fase de planejamento de organizações governamentais ou não governamentais, da sociedade civil ou do setor privado, tiveram, por meio desse seletivo, a oportunidade de integrar a Carteira de Projetos do Plano Maranhão 2050. Foram mapeados mais de 350 projetos, sendo 70 selecionados para a Carteira e, dez deles, priorizados para serem detalhados nessa primeira versão do plano.

Em 2024, outra ação de mobilização de participação popular foi a abertura de um chamamento público para procurar novos integrantes para a Comissão Maranhão 2050. Instituída por meio do Decreto nº 39.131, de 4 de junho de 2024, a comissão tem a finalidade de construir, de modo participativo, o Plano Estratégico de Longo Prazo – Maranhão 2050. Cada membro compõe a estrutura de governança do plano, atuando como "guardiões" e multiplicadores da agenda na sociedade civil, no governo, na Academia e no setor privado.

Além dessa ação, houve mobilização da juventude nas escolas da rede pública estadual, com a Campanha "O Maranhão que queremos". A campanha propôs um concurso de redação, cuja premiação foi um computador portátil (notebook) para cada estudante vencedor das quatro categorias de disputa. Estudantes de todo o estado, matriculados no Ensino Fundamental, a partir do 6º Ano, e no

Divulgação



“ Nós iremos focar em três grandes frentes: a redução da taxa de pobreza, o aumento do índice de desenvolvimento humano nos 217 municípios e também queremos aumentar o percentual do PIB do Maranhão junto ao cenário do Governo Federal”

Vinícius Ferro Castro, secretário de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão

Ensino Médio, puderam se inscrever e enviar seus trabalhos. A premiação dos vencedores ocorreu no mesmo dia da solenidade de lançamento do plano, momento em que os estudantes ocuparam lugar de honra na cerimônia.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO

Durante o lançamento do Plano Maranhão 2050, o governador Carlos Brandão (PSB) fez propostas de institucionalização do instrumento por meio da assinatura de um Projeto de Lei (PL) e de uma



Foto: Rodrigo Ribeiro

Lançado em junho de 2024, o plano teve projeto de lei aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do Maranhão.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Estado do Maranhão, que institui o planejamento de longo prazo nas despesas e Orçamento estadual. Em 2024, ambas as propostas tornaram-se realidade: o PL nº 272/2024, que institucionaliza o Plano Maranhão 2050 como instrumento de planejamento do estado, foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Maranhão, no dia 9 de julho; a Emenda Constitucional (EC) nº 98, por sua vez, foi aprovada em 3/9/2024. A EC98/24 altera a Constituição do estado para incluir o Plano Estratégico de Longo Prazo como horizonte norteador do desenvolvimento, das despesas e dos investimentos previstos no Orçamento estadual.

Essa iniciativa tornou o Maranhão parte de um grupo seletivo de unidades federativas que adotaram um plano de longo prazo institucionalizado por lei. Uma verdadeira demonstração da união de todos os setores em prol de uma estratégia de desenvolvimento, que pretende alavancar os indicadores socioeconômicos do estado e proporcionar melhorias reais na vida dos maranhenses.

PRÓXIMOS PASSOS

Após a construção coletiva do Plano Maranhão 2050, criação de comissão para compor uma estrutura de governança, lançamento do projeto e institucionalização por lei, o estado, agora, trabalha na implantação das estratégias de desenvolvimento. Um grupo de especialistas em diversas esferas de conhecimento foi convocado para compor as Câmaras Técnicas de Desenvolvimento nas áreas Ambiental, Social, Econômica e Institucional.

Entre os trabalhos já realizados, destaque para a atualização de indicadores, pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), e anúncio de um edital de pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), ainda a ser lançado para fortalecer as estratégias de desenvolvimento a longo prazo.

Os avanços das estratégias do Plano Maranhão 2050, bem como o plano na íntegra, podem ser conferidos no [sítio seplan.ma.gov.br](http://seplan.ma.gov.br) ou maranhao2050.ma.gov.br. ■



Monitoramento e avaliação: caminhos para uma gestão pública mais eficiente

O monitoramento e avaliação das políticas públicas (M&A) são essenciais para aprimorar decisões e aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos. Contudo, ainda há fragilidade na sua aplicação prática. Ampliar essa compreensão é fundamental para identificar áreas de melhoria e estabelecer o M&A como aliado estratégico na otimização da alocação orçamentária.

A experiência internacional destaca elementos essenciais para o sucesso do M&A: um marco legal sólido, continuidade institucional, capacitação técnica e uso estratégico de tecnologias de monitoramento. Esses fatores facilitam o acesso a dados, promovendo decisões informadas por evidências. Além disso, transparência e participação social também são fundamentais, pois permitem que a sociedade colabore na definição e revisão dessas agendas.

No Maranhão, o M&A avançou com a Lei Estadual nº 11.630/21, que instituiu o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação. O estado implementou uma metodologia abrangente, incluindo avaliações de desenho, impacto e gestão. O investimento na formação dos servidores, com oferta de mestrado e trilhas de aprendizado em M&A, tem sido fundamental para fortalecer a capacidade institucional do estado. Destaca-se ainda o incentivo para que projetos estaduais concorram em premiações nacionais, como o Prêmio Excelência em Competitividade, promovido pelo Centro de Liderança Pública, no qual o Maranhão já recebeu inúmeros reconhecimentos.

Com a introdução do M&A como exigência pela Emenda Constitucional nº 109/21, gestores

em todo o Brasil assumem a tarefa de avaliar continuamente os resultados das políticas públicas. No Maranhão, essa prática é ampliada pelo Maranhão 2050, que envolve o setor privado, a Academia e a sociedade civil em uma colaboração para uma gestão mais transparente e eficiente. Falar mais sobre M&A é um passo importante para fortalecer uma cultura de aprendizado e inovação, tornando o uso de dados e evidências um pilar das políticas públicas. ■

Vinícius Ferro Castro, secretário de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão.



MT aplica estratégias inovadoras e realiza gestão pública eficiente e transparente

Servidores públicos estaduais e tecnologias inteligentes estão no centro das mudanças que têm garantido a promoção de políticas públicas



Outra unidade da Federação que se destaca no cenário nacional com a modernização do planejamento da gestão pública, por meio de desenvolvimento e aplicação de estratégias e tecnologias inovadoras, é o Estado do Mato Grosso (MT). Dentre as ações que contribuem para a eficiência e a transparência da administração pública estadual estão o Plano Plurianual (PPA 2024-2027), o Plano de Trabalho Anual Gerencial (PTA-G), o Índice de Condição e a Qualidade de Vida (ICQV-MT), além de outras ferramentas, como o Sistema Monitora e o Avalia gov.mt.

Parte dessas iniciativas está alinhada às propostas da Agenda Estratégica 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o que, segundo avaliação do governo, impacta, positivamente, no desenvolvimento do estado e na qualidade de vida dos

mato-grossenses. São políticas inovadoras que têm consolidado MT como um dos exemplos nacionais de boas práticas na gestão pública.

Entre 2022 e 2023, o governo estadual foi reconhecido em diversas premiações importantes, como o Prêmio Espírito Público, além de premiações do Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), do iBest (considerada a maior premiação da Internet no Brasil) e do Consórcio Brasil Central (BrC).

O secretário de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MT), Basílio Bezerra, afirma que essa articulação estratégica, que combina inovação e eficiência, resulta num modelo avançado de gestão pública. “Com muita competência, temos reinventado processos e procedimentos administrativos sob uma



Governo aparece com o conceito **Muito Bom** referente ao crescimento de ofertas de serviços digitais (ABEP-TI 2023).



Foto: Mayke Toscano/Secom-MT

Governador Mauro Mendes (UNIÃO) se reúne com caciques para ouvir demandas dos povos indígenas.

perspectiva inovadora, modernizando a gestão pública de forma consistente para garantir a eficácia das tomadas de decisões que resultam em entregas para a população”, explica o secretário.

Patrícia Duarte, superintendente de Planejamento Estadual, afirma que a elaboração do PPA 2024-2027, subsidiada pela Lei Estadual nº 11.606/2021, que estabelece instruções de promoção para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, instituiu que as políticas públicas estaduais considerassem, a partir de então, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas globais.

"Integramos nossas políticas públicas a metas globais que promovem os direitos humanos de maneira universal. O lema da Agenda 2030, 'Ninguém deixado para trás', guia nossa atuação, garantindo que as ações do governo atendam às necessidades de todos", pondera. Em 2023, esse planejamento foi exposto durante o Congresso Internacional do Centro de Administração para o Desenvolvimento, realizado em Cuba.

Junto aos ODS, outra inovação introduzida no PPA 2024-2027 foi a identificação de públicos-alvo transversais. Esses grupos são formados por comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, pessoas com deficiência e em situação de rua, além da comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e mais). Essa estratégia reforça o compromisso do estado com a diversidade e a inclusão social.

NOVA FERRAMENTA FORNECE INDICADORES DE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS

Outra inovação significativa no planejamento público estadual é o Índice de Condição e Qualidade de Vida (ICQV-MT). Essa ferramenta foi criada para acompanhar as condições socioeconômicas dos municípios. Ela utiliza 26 indicadores nas áreas de economia, educação, saúde e segurança para fornecer um panorama detalhado dos 141 municípios do estado. De posse desses dados,

é possível identificar, mais pontualmente, as vulnerabilidades socioregionais e, assim, possibilitar que o governo aprimore suas estratégias para a assistência social.

O chefe da Unidade Estratégica de Difusão de Informações Socioeconômicas e coordenador do ICQV-MT, Rafael Mazeto, afirma que, além do utilitarismo técnico, esse recurso também democratiza o acesso às informações. "Os dados estão disponíveis para gestores, pesquisadores e para o público em geral, promovendo a transparência das informações socioeconômicas".

ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO DE CURTO PRAZO DETALHA AÇÕES ANUAIS

Além do PPA (2024-2027) e do ICQV-MT, a gestão estadual conta com o Plano de Trabalho Anual Gerencial (PTA-G). Essa é uma estratégia de planejamento a curto prazo, que detalha as ações previstas no PPA para um determinado ano. O coordenador de elaboração do Planejamento Estadual, Welliton Sousa, explica que o PTA-G oferece flexibilidade para que os gestores possam reorganizar o planejamento sem romper com aquilo que foi planejado e o que está sendo executado.

"A plataforma permite ajustes rápidos, inclusão de novas atividades e reorientação das entregas, garantindo que o planejamento operacional acompanhe a realidade da execução", esclarece o coordenador. Com isso é possível fazer atribuição de responsabilidades, estabelecer prazos e criar novos produtos, proporcionando uma gestão dinâmica das atividades governamentais, sem a necessidade de processos normativos rigorosos.

SISTEMA MONITORA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para acompanhar o desempenho das ações do planejamento, desde 2020, o Sistema Monitora tem sido usado para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas estaduais. Desenvolvido pela Seplag, essa ferramenta é utilizada por 43 unidades orçamentárias do Poder Executivo para consulta, registro de informações e obtenção de relatórios.

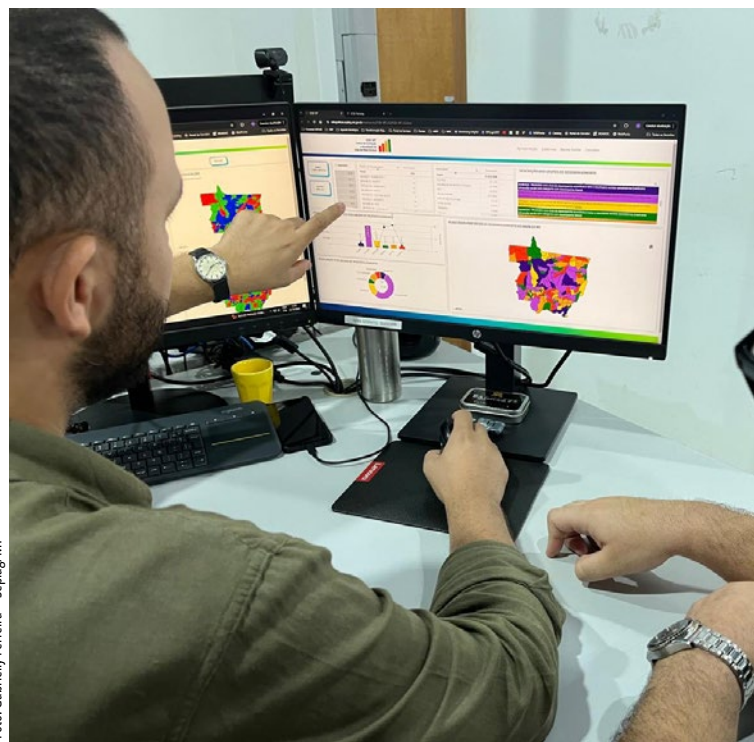


Foto: Gabrielly Ferreira – Seplag/MT

O ICQV busca fornecer subsídios para a gestão de políticas públicas estaduais e municipais.

O secretário adjunto de Planejamento e Governança Digital da Seplag, Sandro Brandão, enfatiza a importância desse sistema na promoção de melhorias metodológicas que subsidiam os ciclos de gestão. "Com a implementação de uma solução integrada, estruturada e sistematizada, o procedimento de monitoramento e avaliação de políticas públicas pelo Governo de MT ficou mais simples, eficiente, padronizado, organizado, ágil e transparente", afirma.

Atualmente, esse sistema tem sido aprimorado com a implementação de Inteligência Artificial (IA). As informações, que antes eram apresentadas em relatórios extensos, agora, são traduzidas em painéis gerenciais interativos, proporcionando aos gestores uma visão descomplicada do desempenho das políticas públicas. Isso aumenta a capacidade de resposta do governo às questões sociais e permite ajustes rápidos em ações que estão aquém dos resultados esperados.



Foto: Helder Faria - ALMT

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E PAINÉIS GERENCIAIS

O Estado do Mato Grosso tem investido em tecnologias digitais de *chatbot* (programa de computador que simula uma conversa humana, permitindo que as pessoas interajam com dispositivos digitais) baseado em IA, as quais permitem aos cidadãos acessar informações sobre as políticas públicas. A coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Planejamento Estadual, Maria Tereza Wichocki, informa sobre os benefícios que esses recursos proporcionam para a administração pública e a população.

“Com o *chatbot*, qualquer pessoa pode fazer perguntas e obter respostas explicativas e descomplicadas sobre as ações do governo, promovendo uma relação mais direta e acessível entre o estado e os cidadãos. A tecnologia utilizada moderniza a administração e fortalece a responsabilidade social, permitindo que cidadãos fiscalizem mais

Seplag apresenta Relatório da Ação Governamental (RAG) 2023 na presença da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Aquisição Orçamentária

efetivamente as ações do governo”, pondera a coordenadora.

A modernização da gestão pública estadual mato-grossense significa um compromisso em atender às necessidades da população, horizontalizando o diálogo entre setor público e cidadãos. As inovações tecnológicas permitem, assim, repensar a própria forma de participação da população nas tomadas de decisões das políticas que regem o funcionamento social. ■



Mato Grosso: do caos financeiro à liderança em investimentos

Em 2019, ao assumir a gestão de Mato Grosso, encontramos um estado marcado pelo endividamento e pela falta de credibilidade. A transformação desse cenário exigiu não apenas planejamento estratégico, mas também a coragem de adotar medidas austeras, inovadoras e disruptivas. O resultado dessa ousadia é um estado que se tornou um modelo em gestão eficiente, referência de boas práticas e desenvolvimento para o restante do Brasil.

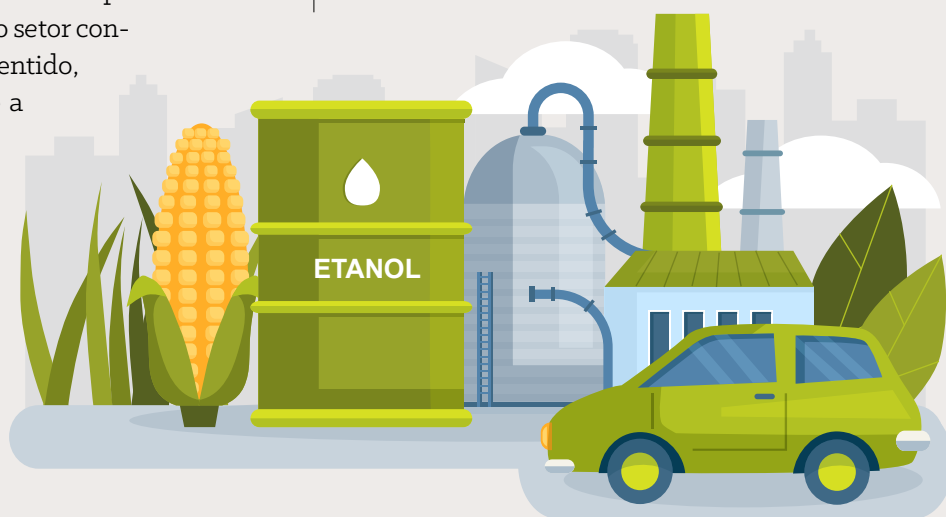
Esse cenário positivo permitiu, em maio de 2023, fazer algo inédito no país: assumir o controle acionário da Concessionária Rota do Oeste. A medida possibilitou o aporte de R\$ 1,6 bilhão pelo Governo de Mato Grosso e a retomada imediata da duplicação da BR-163, paralisada por mais de 7 anos. Uma decisão audaciosa que buscou resolver gargalos históricos de infraestrutura, afetando diretamente a população e a economia local, sobretudo o agronegócio.

Mato Grosso é líder nacional de produção agropecuária. Assim, a melhoria na infraestrutura de transporte é vital, pois conecta os produtores aos mercados, garantindo que o setor continue a prosperar. Nesse sentido, a duplicação da BR-163 e a construção da primeira ferrovia estadual são investimentos que exemplificam a determinação do governo estadual tanto em resolver problemas quanto em fomentar um ambiente propício para novos investimentos.

Outro ponto importante é o potencial energético de Mato Grosso. O estado está se transformando em um polo de biocombustíveis, alinhando-se aos esforços globais de descarbonização. Mato Grosso já é o maior produtor nacional de etanol de milho e tem incentivado novas plantas de biocombustíveis e energia limpa, consolidando-se como referência em produção sustentável.

O caminho trilhado pelo Governo de Mato Grosso é uma lição de como a inovação e a coragem podem mudar a trajetória de uma Região. O desafio daqui para frente é que Mato Grosso se mantenha nessa trajetória e que se consolide como modelo de desenvolvimento econômico-social e sustentabilidade para o mundo, garantindo um futuro promissor para todos. ■

Basílio Bezerra, secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso.



MS avança em boas práticas de gestão com sistema de governança eficiente

Contratos de gestão promovem o alinhamento das unidades gestoras com a estratégia governamental por meio da pactuação de indicadores, metas, projetos e entregas



VISÃO 2027 | “Ser um Estado inclusivo, próspero, verde e digital.”



O governo de Mato Grosso do Sul (MS) encontrou uma forma de direcionar e monitorar políticas públicas que tragam benefícios reais e mensuráveis à sociedade por meio do denominado “Contrato de Gestão”. Como em toda unidade federativa do País, no Estado do MS, o ambiente governamental impõe grandes desafios a seus governantes e líderes em razão da complexidade e a variedade das demandas sociais, que exigem planejamento estratégico, alocação eficaz de recursos financeiros e definição de prioridades, além de mecanismos rigorosos para garantir transparência e responsabilidade. Mesmo assim, os obstáculos, como limitações orçamentárias, pressões políticas e burocracias extensas podem comprometer a efetividade dessas ações.

A forma que o governo sul-mato-grossense encontrou para superar esses e outros desafios tem a denominação de Contrato de Gestão, um documento institucional em que as unidades gestoras do Poder Executivo, representadas por seus gestores, e o estado de MS, representado pelo governador,

firmam compromissos prioritários para o alcance dos objetivos estratégicos governamentais a cada ano fiscal. O objetivo é aprimorar os serviços e políticas públicas oferecidos à população, evidenciando o compromisso do governo com o bem-estar social.

Um dos desafios é a coleta e a análise de dados de forma confiável cujo objetivo é avaliar o impacto das políticas públicas em curso. Na opinião dos gestores do governo do MS, essas etapas representam uma barreira no fluxo da gestão porque nem sempre os sistemas de monitoramento são adequados ou abrangentes. Além disso, a necessidade de ajustes contínuos, especialmente em cenários socioeconômicos dinâmicos, exige dos gestores uma capacidade de adaptação e uma visão de longo prazo, que, muitas vezes, também é dificultada por interesses de curto prazo e por ciclos eleitorais. Esses desafios tornam essencial a construção de uma governança orientada por evidências e uma gestão eficiente para assegurar que as políticas públicas cumpram seu propósito de promover o bem-estar e o desenvolvimento social.



Divulgação

Para o governador Eduardo Riedel, os contratos de gestão promovem o alinhamento das unidades gestoras com a estratégia governamental por meio da pactuação de indicadores, metas, projetos e entregas

CONTRATOS DE GESTÃO E ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL

Instituídos em 2015 sob a liderança do então secretário de Governo, Eduardo Riedel (PSDB), atualmente governador de Mato Grosso do Sul, os contratos de gestão têm transformado a administração pública ao apresentar avanços significativos nas entregas e resultados governamentais. Como uma ferramenta de gestão de curto prazo, esses contratos promovem o alinhamento das unidades gestoras com a estratégia governamental por meio da pactuação de indicadores, metas, projetos e entregas.

Os contratos de gestão ajudam a concretizar as peças tradicionais de planejamento, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além de fortalecer processos internos, carta de serviços e a transparência. Todos os elementos são validados pelo governo e referendados pelas secretarias, em proporção à sua capacidade de execução ou resposta.

Programas como MS Mais Seguro, Mais Social, Escola de Tempo Integral, bem como a construção de hospitais regionais, a pavimentação de rodovias e os projetos de Preservação Ambiental, são exemplos de pactuações que evidenciam a eficiência dos contratos de gestão, em curso há mais de 9 anos no MS. Grandes entregas, como o Bioparque Pantanal e a criação do Centro de Inteligência GOV MS, que concorreu entre os finalistas ao Prêmio Excelência em Competitividade 2024, do Centro de Lideranças Públicas (CLP), também são evidências do resultado do Contrato de Gestão.

Em 2024, 38 contratos de gestão foram assinados pelas unidades gestoras do governo do estado. No total, 278 projetos foram elaborados e desdobrados em 813 entregas. Todas as iniciativas estão alinhadas ao plano estratégico de governo, ao PPA e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), premissas que fortalecem o planejamento governamental e a governança pública.

Ciclo de monitoramento dos contratos de gestão



ESTRUTURAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Desde 2023, todas as unidades gestoras ativas do Poder Executivo Estadual são signatárias do Contrato de Gestão. Dessa forma, os secretários são corresponsáveis pelos contratos das autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas a suas respectivas Pastas. No processo de monitoramento, as reuniões táticas são realizadas pelas secretarias, abrangendo o contrato da unidade gestora e os avanços e riscos identificados nos contratos das unidades vinculadas.

Para garantir o pleno cumprimento dos contratos de gestão, um processo de delegação abrangente é implementado, que envolve desde o governador até os membros das equipes de projeto. Diversos servidores públicos são envolvidos nesse processo. Todos os projetos são planejados e executados em um ambiente virtual, que fornece informações e relatórios em tempo real, além de permitir a integração com ferramentas de *business intelligence* (*inteligência de negócios*) para análises de dados mais aprofundadas.

SIGNATÁRIOS E PROTAGONISTAS DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Os principais atores desse processo são os signatários, setorialistas, pontos focais e gerentes de projetos. Cada um com funções fundamentais na execução e materialização das ações. Os signatários são aqueles que assinam o contrato, representando as secretarias e seus órgãos vinculados. O governador, por sua vez, assina como representante do governo do estado, tornando-se, portanto, signatário de todos os contratos.

Os setorialistas desempenham um papel vital, trabalhando para a Secretaria de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV/MS) no monitoramento dos projetos e dos indicadores pactuados. Os pontos focais e os gerentes de projetos são profissionais das unidades gestoras, responsáveis pelo planejamento, execução e controle dos projetos e indicadores, assegurando a entrega do pactuado no contrato.

ETAPAS DO PROCESSO DO CONTRATO DE GESTÃO

O processo de monitoramento do Contrato de Gestão envolve várias etapas cruciais para avançar nos resultados. Para isso, são realizados três ciclos de reuniões:

1 Reunião de Acompanhamento de Projetos e Indicadores (Rapi): Acompanhamento mensal de projetos e indicadores constantes do contrato de gestão, realizado em encontros individualizados entre o setorialista designado para a unidade gestora, o ponto focal e os gerentes de projetos.

2 Reunião Estratégica Setorial (RES): Encontro bimestral que reúne o secretário de estado, diretores das unidades vinculadas, lideranças de uma área específica, e seus gerentes de projetos e de indicadores dos contratos de gestão dessas mesmas unidades gestoras. Coordenada pelo setorialista e pelo ponto focal, essa reunião tem como objetivo analisar os avanços e gerenciar os riscos relacionados aos contratos de gestão.

3 Reunião Geral dos Contratos de Gestão (RGCG): Encontro quadrimestral entre o governador, secretários e lideranças convocadas, coordenado pela Secretaria Executiva de Gestão Estratégica e Municipalismo (Segem) e tem o objetivo de tomar decisões estratégicas relacionadas aos projetos e aos indicadores dos contratos de gestão.

A avaliação dos contratos de gestão ocorre, preliminarmente, no fim de cada ciclo quadrimestral e, de forma definitiva, no fim do exercício. Essa avaliação final é publicada no site (*página eletrônica*) oficial do Governo de Mato Grosso do Sul até o fim do primeiro quadrimestre do ano seguinte.



Fotos: Saul Schramm

Reunião secretarial 2024.

A participação ativa do governador é essencial, pois sua liderança e visão estratégica são fundamentais para o sucesso do programa. O monitoramento e a avaliação dos contratos de gestão são atribuições da SEGOV/MS, por intermédio da Secretaria-Executiva de Gestão Estratégica e Municipalismo (SEGEM). O ciclo de monitoramento do desempenho permite evidenciar os avanços e identificar os riscos de frustrações ao longo do ano. O primeiro nível do monitoramento ou nível operacional ocorre quando os setorialistas, pelo menos uma vez por mês, dão o *feedback* (*opinião*) com cada gerente de projeto da unidade gestora de sua responsabilidade. O segundo nível, denominado nível tático, tem como base as informações levantadas no âmbito operacional, possui periodicidade bimestral e tem como marco a reunião das secretarias, em que o secretário da Pasta repassa as entregas e os riscos

mais relevantes para decisões que podem ocorrer na própria reunião ou subsequentemente.

Por fim, o terceiro ciclo tem periodicidade quadrimestral, sendo alimentado pelos dois ciclos de monitoramento anteriores e tem como marco a reunião secretarial em que o governador lidera os trabalhos quer seja para tomada de decisões, seja para validar a performance na última reunião do ano.

CICLO DE AVALIAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Os ciclos de avaliação permitem, dentre outras ações, a realização de contingenciamentos, possibilitando replanejamento, incorporação, retirada, ajustes dos compromissos assumidos e da avaliação final da *performance* (*desempenho*) da unidade gestora. Incluem o diagnóstico para posicionar a liderança sobre o *status* (*condição*) de avanço dos compromissos; a avaliação, que é o momento de reflexão a respeito dos compromissos e de melhorias desses compromissos e do portfólio; e, por fim, a tomada de decisões, após análise, alinhamento, decisão e conclusão do ciclo. Todos os relatórios finais de avaliação dos contratos de gestão são publicados no site segov.ms.gov.br/contratos-de-gestao/.

PROGRAMA FOI DESTAQUE NACIONAL

Em 2023, o programa Contrato de Gestão foi um dos vencedores do Prêmio de Excelência de Competitividade, promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), na categoria Destaque Boas Práticas, sendo escolhido dentre mais de 150 políticas públicas das 27 unidades federativas do Brasil.

O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, destaca que os contratos de gestão representam uma “transformação de cultura”, que gera resultados efetivos, e afirma que não são apenas burocracia, mas sim são instrumentos para mudar a vida das pessoas.

Rodrigo Perez, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, afirma que essa iniciativa demonstra o compromisso constante com a transparência e a eficiência na gestão pública, sempre buscando melhorar os serviços oferecidos à população. ■



MS Ativo: um caminho para a relação institucional estado-município

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV/MS), lançou um modelo inovador com o objetivo de estabelecer maior cooperação entre o Estado e os municípios. Com foco na implementação de ações, projetos e políticas que agreguem valor ao cidadão e promovam a competitividade regional, nasceu o Programa MS Ativo Municipalismo. Este modelo de atuação estratégica é fundamentado na colaboração, em esforços conjuntos e na orientação para resultados, buscando respeitar as particularidades e os diferentes graus de maturidade em governança e gestão municipal.

O programa foi desenvolvido de forma gradual para evitar resistências e preservar formatos de relacionamento já consolidados. Foram estruturadas três fases, cada uma com um foco distinto. A primeira, denominada Fase Demanda, atende aos pleitos de prefeitos e agentes locais, com investimentos prioritários em infraestrutura. A segunda fase, chamada Fase Programa, disponibiliza programas e ações estaduais para adesão dos municípios, permitindo maior alinhamento com as políticas estaduais.

A inovação é introduzida na terceira fase, a Fase Cooperação, em que o Estado e os municípios direcionam suas ações para superar desafios específicos com base em indicadores nacionais de saúde, educação e ambiente de negócios. Nessa fase, o

município escolhe desafios prioritários e ações recomendadas para impactar esses indicadores, o que pode resultar, inclusive, em repasses financeiros aos municípios que optarem por implementar essas ações. O programa conta com um ambiente virtual integrado que permite a boa gestão dos planos.

Em seu primeiro ano de operação, mesmo com eleições, o MS Ativo obteve a adesão de 50 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul à Fase Cooperação, demonstrando o potencial do programa para fortalecer a colaboração intergovernamental e promover o desenvolvimento regional. ■

Thaner Castro Nogueira, secretário-executivo de Gestão Estratégica e Municipalismo de Mato Grosso do Sul.



“Automatiza.MG” desburocratiza e agiliza o setor público com uso de IA

Iniciativa utiliza soluções tecnológicas para automatizar processos e liberar servidores para realização de funções estratégicas



O projeto “Automatiza.MG”, do governo de Minas Gerais, se consolida como uma solução para a desburocratização de processos e ganhos de eficiência no setor público. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) e utiliza tecnologia e Inteligência Artificial (IA) para automatizar atividades rotineiras e liberar servidores para funções estratégicas. O projeto recebeu prêmios e foi apresentado em diversos eventos.

Desde a implementação do Automatiza.MG, lançado pelo governo de Minas em abril de 2024, foram criados 64 robôs para serem usados pelos servidores em atividades repetitivas e mecânicas, o que aprimorou os serviços e reduziu em mais de 7.700 horas mensais de trabalho humano na realização de processos. Viabilizou também a arrecadação direta de R\$ 1,3 milhão, com ampliação do potencial de arrecadação de R\$ 45 milhões com os robôs em funcionamento.

O programa também promove a capacitação de servidores que atuam em órgãos e entidades de Minas Gerais, assim como do governo federal e de

outros estados e municípios. Até o momento, 27 turmas foram capacitadas em aulas presenciais, que, somadas ao curso EaD (Educação a Distância), totalizam com 1.423 alunos. Entre esses, 558 já concluíram a formação.

“Temos a certeza de que o Automatiza.MG, muito mais do que uma ferramenta, representa uma mudança na cultura organizacional que promovemos no governo de Minas. Quando a gente fala de construir robôs, assistentes virtuais para os servidores, estamos pensando, em primeiro lugar, no cidadão lá na ponta”, afirmou o governador Romeu Zema (NOVO) no lançamento do projeto.

MELHORES ENTREGAS PARA O CIDADÃO

Para a secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Luísa Barreto, com a ferramenta, o cidadão sairá cada vez mais satisfeito quando for acessar um serviço público do governo de Minas. “Buscamos, todos os dias, formas de facilitar o trabalho dos servidores e de beneficiar ainda mais o cidadão mineiro. O Automatiza.MG é um exemplo disso. Ele otimiza o trabalho do funcionalismo e



O governador Romeu Zema (NOVO) e a secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Luísa Barreto.

Foto: Dirceu Aurélio



Divulgação

Iniciativa foi reconhecida em Prêmio de Excelência em Competitividade.

amplia a capacidade de entrega dos serviços públicos para a população, uma vez que os servidores deixam de executar atividades repetitivas e passam a se dedicar a trabalhos de maior impacto”, afirma a secretária Luísa Barreto.

A plataforma de capacitação permite e incentiva os servidores a desenvolverem seus próprios assistentes virtuais. Assim, eles conseguem criar um ajudante para fazer suas atividades mais mecânicas. “Tomamos uma decisão e temos uma prioridade: usar a Inteligência Artificial, a IA, para melhorar nosso trabalho operacional. Se não começarmos, nunca aprenderemos. Se não aprendermos, nunca estaremos à frente”, completa a secretária.

Uma das aplicações do Automatiza.MG é demonstrada no artigo *Otimizando o RH com RPAs e Inteligência Artificial: um projeto de automatização a nível estadual*, de autoria dos servidores da Seplag-MG Yan Vieira, André Luiz Guimarães Amorim, Augusta Cora Lamas Lopes e Gabriel Braico Dornas.

O artigo apresenta a metodologia de execução e os resultados da primeira imersão de automatização em uma área de administração de recursos humanos. Com o emprego de ferramentas tecnológicas, a iniciativa possibilitou executar as mesmas atividades

com uma velocidade seis vezes maior, com 62 dias a menos de trabalho das pessoas.

Outra aplicação do projeto pode ser verificada no programa Trilhas de Futuro, do governo de Minas, em que um robô ajuda na análise das notas técnicas das empresas que se cadastram para ofertar cursos e colaboram no reconhecimento de documentos, antes feito manualmente e, agora, automaticamente, por meio do computador e de forma mais rápida.

DESTAQUE

Os bons resultados do projeto Automatiza.MG deram ao governo de Minas o primeiro lugar no Prêmio Excelência em Competitividade, promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP). O anúncio foi feito em agosto de 2024, em Brasília, durante o XIII Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado (Consad). A premiação reconhece iniciativas que promovem impacto positivo na vida dos cidadãos com resultados comprovados por indicadores do prêmio.

O Automatiza.MG também ficou em segundo lugar no Prêmio de Excelência em Governo Digital da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-TIC),

na categoria “Melhor Solução de Governo Digital Orientada ao Governo”.

A Seplag-MG teve, ainda, o artigo *Otimizando o RH com RPAs e Inteligência Artificial: um projeto de automatização a nível estadual* escolhido como um dos cinco melhores no Prêmio Publix Consad.

O uso de tecnologias e inteligência artificial para desburocratizar o serviço público também foi o tema tratado pela Seplag-MG na reunião anual do Comitê de Especialistas em Administração Pública (Cepa), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em abril de 2024, na sede da ONU, em Nova York, nos Estados Unidos.

A experiência mineira foi apresentada durante debate sobre governo digital, no painel de especialistas, que teve como tema “Governança da inteligência artificial para reforçar a Agenda 2030 e não deixar ninguém para trás”.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Seplag-MG lança, em dezembro deste ano, o Planejamento Estratégico que vai guiar a atuação da secretaria pelos próximos anos no intuito de proporcionar serviços públicos cada vez melhores para os mineiros. O plano serve como guia para projetos e ações a serem desenvolvidos pela Pasta durante o período de 2025 a 2028.

O planejamento foi elaborado em colaboração com os diversos setores da Seplag-MG e representa o conjunto de diretrizes fundamentais que delineiam o trabalho a ser realizado, refletindo as escolhas institucionais em termos de atuação, desempenho e resultados governamentais.

“Por ser essa construção coletiva, definimos um caminho único e coeso, em que unimos expertises e esforços com o mesmo propósito: servir cada vez melhor o cidadão mineiro, seja no atendimento, seja na contribuição de definição de políticas públicas. Esse planejamento é um guia para todos nós, servidores, e um compromisso com a sociedade e com os cidadãos que, como a Seplag-MG, anseiam por uma Minas Gerais cada vez melhor para os mineiros”, destaca a secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto.

CAPACITAÇÃO

Órgãos e entidades estaduais que têm interesse em implementar a automatização de processos em suas atividades podem solicitar apoio do projeto Automatiza.MG no portal <https://automatiza-mg.github.io/automatizacoes/>.

A página eletrônica conta ainda com um repositório de robôs que podem ser replicados por servidores para facilitar o desenvolvimento de soluções automatizadas. Além disso, o governo de Minas também disponibilizou o Curso Básico de Power Automate, na plataforma de Ensino a Distância (EaD) da Seplag-MG.

A formação é livre, gratuita e aberta a qualquer cidadão interessado em aprender mais sobre automatização de processos.



Foram propostos vários objetivos estratégicos para orientar as ações da secretaria, a partir da realização de um diagnóstico institucional que apontou os desafios positivos e os desafios a serem enfrentados. A partir disso, foi construído o mapa estratégico, além de metas e indicadores que irão medir a execução e o acompanhamento dos projetos. ■

Pará fortalece gestão estadual com investimentos e valorização de servidores

Governo estadual entende que a melhoria da qualidade na prestação dos serviços passa por investimentos na valorização do funcionalismo público



O governo do Pará tem investido significativamente no aprimoramento das condições de trabalho e na valorização dos servidores públicos estaduais, e tem reconhecido a importância desses profissionais na eficiência da administração pública e no desenvolvimento do estado. Dentre as iniciativas em curso, destacam-se a realização de concursos públicos para contratação de mão de obra; nomeação de novos servidores aprovados em concursos; reajuste do auxílio-alimentação; investimentos em áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança; adiantamento da primeira parcela do 13º salário desde 2019, entre outros.

A valorização dos servidores estaduais, sobretudo os que atuam na linha de frente do atendimento à população, é fundamental para assegurar a prestação

**“ Nós acreditamos
que a valorização
dos servidores
públicos estaduais é
um dos pilares para
o desenvolvimento e
crescimento do Pará”**

Renata Coelho, secretária de Estado
de Planejamento e Administração

Foto: Marco Santos / Ag. Pará



Investimento na valorização dos servidores é traduzido em melhoria na qualidade da prestação dos serviços.



Foto: Roni Moreira / Ag. Pará

Novas viaturas, embarcações e aeronaves foram adquiridas; investimento em Informações e Inteligência também teve incremento.



O Pará é o segundo Estado com maior salário pago aos professores no país e essa iniciativa reforça o compromisso que a atual gestão tem com a educação do Estado

de serviços de qualidade e o desenvolvimento de políticas públicas que impactam direta e positivamente a vida dos cidadãos paraenses.

"Acreditamos que a valorização dos servidores públicos estaduais é um dos pilares para o desenvolvimento e o crescimento do Pará. Agradecemos imensamente a dedicação, competência e compromisso que fazem a diferença na vida de milhões de pessoas, oferecendo um atendimento cada vez

mais qualificado e humanizado à população. Desde a saúde e educação até a segurança e administração pública, cada um dos servidores contribui para o bem-estar e o desenvolvimento do estado. Os servidores são parte fundamental na construção de um Pará mais eficiente, justo e humano", declarou a secretária de Estado de Planejamento e Administração, Renata Coelho.

PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO

O plano detalha critérios para promoções, reajustes salariais e desenvolvimento de competências, promovendo recompensas mais justas e motivadoras aos colaboradores. Em julho, o governo estadual instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para os servidores do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará (Iasep).

Em abril deste ano, foi concedido o vencimento-base dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará). A lei envolveu os cargos de provimento efetivo que compõem as carreiras de Fiscalização em Defesa e

Inspeção Agropecuária (FDIA) e de Suporte Administrativo e Apoio à Defesa Agropecuária (SAA/DA).

INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO

No primeiro semestre de 2024, o governador Helder Barbalho (MDB) anunciou o aumento salarial dos professores estaduais. O valor passa a ser de R\$ 8.289,87, mais R\$ 1.500 de vale-alimentação. O Pará é o segundo estado com maior salário pago aos professores no País e essa iniciativa reforça o compromisso que a atual gestão tem com a educação pública da unidade federativa.

Além disso, em setembro deste ano, o governo estadual anunciou o programa “Escola que Transforma”, uma bonificação aos profissionais da educação que alcançaram metas estabelecidas tendo como base o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2023). O programa prevê um repasse de R\$ 357 milhões para os servidores da educação, que passarão a receber até 3,5 salários.

“A bonificação veio para premiar o trabalho de excelência feito nas escolas, enquanto professora me sinto muito representada nessa valorização que está sendo feita com aqueles que trabalharam, arduamente, para alcançar os resultados históricos alcançados no Ideb mais recentemente. Como professora, acredito que é um incentivo e, ao mesmo tempo, uma valorização, a gente vê que o trabalho vai sendo enxergado, que ele está tendo visibilidade. Isso reforça a ideia de que a gente deve continuar nessa luta e ir trabalhando cada vez mais, como a gente sempre trabalha no esforço da melhoria da educação dos nossos estudantes”, contou Maysa Almeida, professora de matemática da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (Seduc-PA).

O governo Barbalho anunciou, recentemente, o adiantamento do pagamento do abono do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), além de garantir o segundo maior salário médio do Brasil para mais de 20 mil educadores.

Dalva Guedes, professora de história desde 1999, diz que ter a oportunidade de receber o precatório

Divulgação



“ Como profissional há 25 anos da Secretaria de Estado de Educação me sinto muito feliz de poder ter recebido o precatório ainda em exercício da função”

Dalva Guedes, professora de história

ainda em exercício da função é gratificante. “Como profissional há 25 anos da Secretaria de Estado de Educação me sinto muito feliz de poder ter recebido o precatório ainda em exercício da função. Sabemos que um precatório leva anos para um trabalhador ou um servidor receber, então, para todos nós, profissionais da educação, é gratificante receber o precatório do governo do Estado. Só tenho a agradecer ao governo por ter garantido esse direito a todos nós, servidores públicos”, externou Dalva.

REAJUSTE NO VALE-ALIMENTAÇÃO

Em abril de 2024, o governo do estado anunciou um aumento de R\$ 500 no vale-alimentação dos servidores públicos estaduais, o reajuste beneficiou cerca de 109 mil funcionários. Até agora, o governo investiu mais de R\$ 430 milhões na Folha de Pagamentos do estado, reforçando o compromisso do governo com seus servidores e, com isso, promovendo impactos positivos diretamente no desenvolvimento do Pará e na melhoria dos serviços públicos.

Vale ressaltar que, em março de 2022, o governo do Pará estabeleceu um reajuste no vale-alimentação no valor de R\$ 1.000 para todos os que recebiam o benefício abaixo desse valor.

13º SALÁRIO ANTECIPADO

O governo do Pará mantém, pelo sexto ano consecutivo, a antecipação de 50% do valor do 13º salário dos servidores públicos estaduais, beneficiando mais de 160 mil servidores ativos e inativos, além de injetar mais de R\$ 640 milhões na economia local.



FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos 5 anos, o governo do Pará tem feito investimentos em alta tecnologia, incluindo a aquisição de 80 embarcações, seis lanchas blindadas, viaturas blindadas, aeronaves e armamentos letais e não letais. Segundo dados da 18ª edição do Anuário de Segurança Pública (2024), o estado teve aumento de 35,7% nos investimentos em Informações e Inteligência, com mais de R\$ 41 milhões investidos. No policiamento, o aumento nos investimentos foi de 20,9%, e, nas ações e equipamentos da Defesa Civil, 97,3%.

Em continuidade à política de valorização do servidor público, o governo do Pará realizou, em setembro deste ano, a cerimônia de promoção de 47 militares do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), sendo 46 oficiais e uma praça – de 3º a 2º sargento. O governo estadual tem anunciado investimentos na corporação e ampliação do efetivo. Estima-se que investiu mais de R\$ 28 milhões destinados ao fortalecimento do CBM-PA.

O acesso a novas patentes e melhoria na qualidade dos equipamentos utilizados pelos servidores da área da segurança pública impactam positivamente na prestação de serviços ofertada à população paraense.

CONCURSOS

Este ano, o estado lançou o concurso público da Secretaria de Obras Públicas (Seop), com 31 vagas, mais cadastro reserva, em diversas áreas, incluindo aí as áreas de administração, biblioteconomia, finanças, arquitetura e engenharia civil. Além de realizar as provas dos maiores concursos da história da Polícia Militar do Estado do Pará (PM-PA), com 4.400 vagas, e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM-PA), com 1.943 vagas.

NOMEAÇÕES

Desde 2019, o governo do Pará demonstra seu compromisso com o fortalecimento dos serviços públicos por meio do lançamento de 22 concursos, com mais de 20 mil vagas ofertadas, e cerca de 12.754 nomeações. Apenas em 2024, o estado nomeou mais



Em 5 anos, foram mais de 20 mil vagas oferecidas em 22 concursos públicos.

de 1.040 novos servidores de diferentes áreas estratégicas, como segurança, saúde, meio ambiente e dos sistemas previdenciário e socioeducativo.

Com mais profissionais, o governo pode atender melhor às demandas da população, aperfeiçoar a qualidade dos serviços essenciais, garantindo que o estado esteja bem equipado para enfrentar novos desafios e implementar políticas públicas de forma eficaz e inclusiva.

O reflexo dessas medidas também é percebido por servidores recém-nomeados em diversas áreas da administração pública. A agente administrativa da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), Bianca Antunes, conta sobre seu sentimento em fazer parte do órgão.

“Para mim, o sentimento é de muita felicidade e acolhimento, porque não imaginava como seria a extensão da SES-PA, e ela é muito grande. Fui muito bem acolhida e isso é muito importante.

Acredito que no ambiente de trabalho em que nos sentimos bem e à vontade, adquirimos o sentimento do pertencimento, ou seja, a gente acaba se sentindo pertencente, e isso encontrei aqui. É muito bom trabalhar em um ambiente em que as pessoas se ajudam, se incentivam, se reconhecem e que têm um objetivo muito importante, que é cuidar da saúde da população”, disse.

“QUALIFICA SERVIDOR”: UM PROGRAMA DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

O Programa Qualifica Servidor busca incentivar os servidores públicos a aprimorarem suas habilidades profissionais por meio de cursos, palestras, *Workshops* (oficinas, seminários) e atividades. O projeto busca incentivar a modernização de órgãos e instituições por meio do conhecimento, além de promover a valorização do servidor público, que poderá ser bonificado posteriormente, com folgas premiais. ■



Participação popular tem papel decisivo no planejamento estratégico da Paraíba

A população participa, anualmente, de audiências sobre Orçamento Democrático e discute as principais demandas das regiões do estado

Paraíba teve destaque Ranking de Competitividade, ocupando 12ª posição nacional. Na foto, a cidade de Campina Grande.

Foto: Marínson Almeida/Creative Commons

Com sólido planejamento a longo prazo, focado na redução das desigualdades sociais e regionais, a Paraíba tem realizado um trabalho consistente na garantia da sustentabilidade econômica, no enfrentamento das mudanças climáticas e na preparação para a transição demográfica com a previsão do envelhecimento da população. Tudo isso está refletido em um conjunto de planos estratégicos e setoriais e no Plano de Governo 2023-2026, que orienta as políticas públicas estaduais com uma visão integrada de desenvolvimento sustentável.

Esse planejamento, no entanto, não deixa de lado aquele que deve ser o principal foco de qualquer projeto de desenvolvimento a ser feito: o próprio cidadão paraibano. Por meio de dados e evidências, o caminho trilhado pelo planejamento do estado tem sido referendado, por exemplo, por instituições internacionais e nacionais, como, por exemplo, o Centro de Liderança Pública (CLP).

Esse ano, a Paraíba se destacou no *Ranking* de Competitividade, em vários setores com destaque para os de segurança pública, infraestrutura, solidez fiscal, inovação e sustentabilidade, o que evidencia avanços significativos em áreas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das

pessoas e para o desenvolvimento econômico. No ranqueamento nacional, o estado foi classificado na 12ª posição, subindo uma posição em relação à edição do *ranking* de 2023.

“A posição alcançada pelo estado só foi possível devido às ações de governo planejadas, baseadas em indicadores com foco em resultados. Os próprios pilares utilizados pelo ranking apontam justamente as ações que usamos como diferencial e que nos levaram a essa posição de destaque”

Gilmar Martins, secretário do Planejamento da Paraíba



Divulgação



Divulgação

Paraibanos podem participar das audiências anuais de Orçamento Democrático para apontar as demandas da sua região.

“A posição alcançada pela Paraíba só foi possível por causa das ações de governo planejadas, baseadas em indicadores com foco em resultados. Os próprios pilares utilizados pelo *ranking* apontam, justamente, para as ações que usamos como diferencial e que nos levaram a essa posição de destaque”, disse o secretário Gilmar Martins.

Ele, que já foi auditor fiscal do estado desde 1997, tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando, principalmente, no tema da inclusão social. Não é à toa, portanto, que os caminhos para o desenvolvimento de um estado sustentável sejam, metodicamente, pensados pela Secretaria de Planejamento, o que se traduz em algumas de suas ações, como a importância dos dados e evidências, a participação popular e o destaque para as políticas transversais por meio dos marcadores disponíveis no Portal da Transparência, de forma que fiquem mais perceptível ao cidadão de forma que ele entenda e faça parte, de fato, da construção orçamentária do estado.

Para o governador João Azevedo (PSB), o reconhecimento é resultado do equilíbrio fiscal e financeiro alcançado. “Planejamento e governança caminham juntos em nossa gestão para definir as ações de governo, resultado do ajuste financeiro que fez com que saíssemos da 18ª para 10ª posição no PIB [Produto Interno Bruto], que nos colocou como *rating A* (avaliação A),

pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e *rating AAA* (avaliação AAA) pela S&P Global Ratings. Além disso, realizamos plenárias do Orçamento Democrático em que a população de todo o estado foi ouvida e apontou as prioridades de cada região”, frisou.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CONSOLIDADA HÁ MAIS DE UMA DÉCADA

Desde 2011, a Paraíba consolidou a participação da sociedade como uma política pública fundamental para a inclusão social no processo de planejamento e de alocação de recursos financeiros públicos. A realização de audiências públicas anuais nas 14 regiões geoadministrativas do estado oferece um espaço democrático em que os cidadãos podem expressar suas demandas e definir prioridades de investimento. Esse processo não apenas reforça a legitimidade das decisões governamentais, como também aproxima o governo da realidade vivida pela população, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

O ciclo do Orçamento Democrático Estadual (ODE) é composto por várias etapas interdependentes, que garantem uma ampla participação social ao longo de todo o processo orçamentário. Inicia-se com a realização de audiências públicas em todas as regiões geoadministrativas, nas quais cidadãos podem expressar suas necessidades e eleger as prioridades para a região. As demandas coletadas são, então,

sistematizadas e incorporadas às peças orçamentárias do governo, como a Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo que os recursos públicos sejam destinados de forma equitativa às demandas mais urgentes.

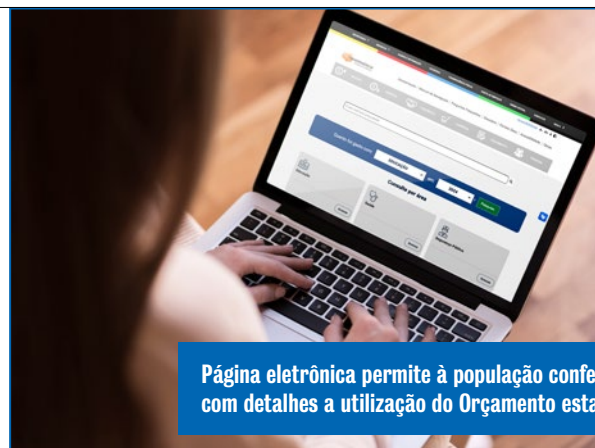
Após as audiências, os conselheiros eleitos monitoram de perto a execução das obras e dos serviços definidos pela população, atuando como pontes entre o governo e as comunidades. Essa função de acompanhamento é essencial para assegurar que as decisões tomadas nas audiências sejam, efetivamente, cumpridas, evitando desvios de recursos e garantindo maior eficácia na implementação das políticas públicas.

OS PILARES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Redução das desigualdades, preocupação climática e envelhecimento populacional são os pilares do planejamento estratégico da Paraíba. Quando o tema é o que o governo tem como prioridade no planejamento, além da redução das desigualdades, um dos pilares centrais das políticas públicas da Paraíba, o enfrentamento das mudanças climáticas está, diretamente, conectado às políticas de sustentabilidade e ao meio ambiente promovido pelo governo do estado. Por isso, a Paraíba tem priorizado a segurança hídrica, o saneamento básico e a adoção de energias limpas como parte de suas metas para promover um desenvolvimento sustentável.

Os esforços de um planejamento bem-feito têm sido reconhecidos: também no ranqueamento de competitividade e sustentabilidade dos estados, focado na *performance (desempenho)* ESG (sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance, em português: Ambiental, Social e Governança), a Paraíba foi reconhecida, neste ano, como primeiro estado do Nordeste em relação à *performance (desempenho)*.

A Paraíba também está se preparando para uma transição demográfica, especialmente com o envelhecimento progressivo da população. O Plano Estadual de Saúde contempla ações específicas ao cuidado da população idosa, garantindo o acesso a serviços de saúde especializados e à atenção integral.



Reprodução

Página eletrônica permite à população conferir com detalhes a utilização do Orçamento estadual.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PERMITE VISUALIZAR EXECUÇÃO DAS DEMANDAS NO ORÇAMENTO

Por meio de uma iniciativa inédita no País, e que vem sendo replicada por outras unidades da Federação, o Estado da Paraíba permite à sociedade o acompanhamento de perto, pelo Portal da Transparência, de como o Orçamento do estado está sendo utilizado para atender às demandas que a própria população traz no ODE, por meio dos marcadores. Atualmente, os marcadores disponíveis no Portal da Transparência da Paraíba são os de Orçamento Democrático, Homens, Mulheres, População LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais), Crianças e Adolescentes e Populações Tradicionais. Em 2025, deve ser implantado também o marcador de ações ambientais.

O secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, afirma que a ação foi fruto de uma provocação feita, em 2021, pelo EUROSocial+ – Programa para a Coesão Social –, financiado pela União Europeia. “Em 2021, recebemos a proposta; em 2022, adaptamos o sistema; agora, em 2023, tivemos a possibilidade de dar ao cidadão mais esse filtro, garantindo a transparência do nosso governo de forma ainda mais efetiva, levando a quem está na ponta as informações que mostram como o dinheiro está sendo investido”, destacou Martins.

CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES PLANEJAREM DIRETRIZES DO ESTADO

Ao buscar manter de forma contínua o aperfeiçoamento do planejamento da Paraíba, a Seplag instituiu, em 2022, a Semana Estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) no calendário anual do estado, trazendo debates sobre temas inerentes ao dia a dia do governo.

O evento visa a contribuir para o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e orçamento que balizam a execução das políticas públicas estaduais, bem como pretende proporcionar um momento de troca de experiências entre os servidores, de forma que as ações realizadas pelo governo sejam cada vez mais céleres, assertivas e transparentes, assim como tem o instituto de

contribuir para o aperfeiçoamento daqueles que realizam atividades relacionadas ao planejamento em órgãos do governo estadual, para atuarem **com excelência**.



SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO POR RESULTADOS

Com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o governo do estado pôs em curso o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba (Profisco II). Dentre os produtos do Profisco, além de capacitações aos servidores e a aquisição de equipamentos e mobiliário com o intuito de modernizar o planejamento do estado, o governo paraibano está desenvolvendo uma transformação significativa na administração pública, visando a modernização e a integração dos processos de planejamento e de gestão com foco em resultados. Trata-se do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão por Resultados (SIPGR).

O SIPGR busca a integração dos processos de planejamento e gestão com foco em resultados, utilizando-se para isso de uma plataforma de dados (*big data*), valendo-se da Inteligência Artificial (IA) para leitura de grandes volumes de dados provenientes de bases públicas.

“Essa plataforma vai desempenhar um papel crucial na formulação de diagnósticos socioeconômicos e ambientais, que subsidiarão a elaboração do planejamento estratégico de longo prazo, além de atualizar a metodologia e do sistema utilizado para elaboração dos instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)”, explica o secretário Gilmar Martins.

Segundo ele, os instrumentos de planejamento servirão como uma base para identificar e alinhar os projetos com as metas organizacionais, considerando as prioridades definidas pela alta gestão, a partir da análise macroeconômica para fins de criação do portfólio de projetos.

Assim, será possível organizar, priorizar e monitorar os projetos mais relevantes para o desenvolvimento do estado. A seleção e gestão dos projetos serão feitas com base em critérios técnicos, financeiros e sociais, assegurando que apenas os projetos que, efetivamente, contribuam para os objetivos estratégicos sejam executados. ■



A importância do planejamento a longo prazo para o Brasil

O planejamento de longo prazo é essencial para o desenvolvimento sustentável de uma nação. Ele permite enfrentar problemas estruturais, como desigualdades sociais e mudanças climáticas, que não podem ser resolvidos em ciclos de governo de curto prazo. A criação da Estratégia Nacional de Longo Prazo – Brasil 2050, oficializada em 2024, demonstra o compromisso do Brasil em construir um futuro mais equilibrado e sustentável.

Esse documento, que será finalizado até 2025, busca integrar governo, sociedade civil, setor produtivo e academia para enfrentar os desafios do futuro de forma colaborativa.

Durante reunião do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan), realizada em março de 2022, tive a oportunidade de dialogar com a ministra Simone Tebet sobre o tema: “somente quando pararmos de pensar em planos de governo e passarmos a ver o planejamento como algo transversal, que de fato norteie o desenvolvimento do país, e não apenas uma gestão de governo, iremos dar passos mais firmes para o futuro do Brasil que queremos”.

Conforme Barboza, durante a palestra no Seminário Internacional de Boas Práticas de Planejamento de Médio e Longo Prazo, investidores nacionais e internacionais apontam que a falta de planejamento de longo prazo por parte dos governos é o principal entrave para atrair investimentos em

infraestrutura no Brasil, pois gera incertezas e afeta a confiança nas decisões de investimento privado (BARBOZA, Marden de Melo, 2024).

Como praticado por outras nações, o planejamento de longo prazo é reconhecido como um fator crucial para a criação de economias resilientes e sociedades justas e inclusivas. A Estratégia Brasil 2050, ao incorporar essas lições e práticas, posiciona-se como um marco importante no processo de planejamento nacional, promovendo um futuro que transcenda interesses de curto prazo e impulsione o desenvolvimento de uma nação mais justa e sustentável.

O fortalecimento das instituições democráticas é um aspecto fundamental para o sucesso desse processo, garantindo que a transparência, a participação cidadã e a responsabilização estejam presentes em todas as etapas. Dessa forma, o Brasil pode construir o futuro que deseja deixar para as próximas gerações: um país mais justo, sustentável, adaptado às mudanças climáticas e preparado para os desafios do século XXI. ■

Gilmar Martins de Carvalho Santiago, secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba.





PPA 2024–2027 do Paraná mostra 72% das entregas bem encaminhadas

O resultado positivo do primeiro monitoramento do PR indica comprometimento dos órgãos estaduais com o Plano Plurianual 2024-2027



Divulgação

Indicador sinaliza que primeiro ano do PPA está sendo cumprido conforme as metas estabelecidas.

O Governo do Estado do Paraná encaminhou, em outubro deste ano, à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), o relatório do seu primeiro monitoramento do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA 2024-2027). O documento revela bons indicativos sobre a execução das metas até o momento: 72% das entregas previstas para 2024 (813 das 1.135) estão bem encaminhadas.

O relatório, que se refere ao primeiro semestre de 2024, e deve ser publicado semestralmente, é realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento (SEPL). Essa primeira versão mostra que 767 das entregas são consideradas em andamento normal e, 46, avaliadas como concluídas.

Além disso, do total de ações encaminhadas em 2024, 58 metas que não tinham previsão de data foram atingidas, elevando para 825 as entregas categorizadas como em andamento normal. São 1.326 entregas previstas para todo o período do PPA. Muitas têm metas previstas em todos os anos, outras só possuem metas para anos específicos do período 2024-2027

Este resultado inicial apresentado na audiência, proposta pelo deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), presidente da Comissão de Orçamento, e pelo secretário estadual do Planejamento, Guto Silva, é um indicativo positivo do comprometimento dos órgãos estaduais com os objetivos traçados no PPA.

Guto Silva explicou que o PPA é um instrumento de planejamento a médio prazo, refere-se ao orçamento dos próximos 4 anos e tem como objetivo oferecer uma projeção sobre como o governo está direcionando sua agenda de investimentos com os recursos financeiros públicos.

“De forma inédita, percorremos várias regiões do Paraná para coletar informações e construir esse PPA junto com a sociedade. Agora estamos monitorando o PPA para saber se aquelas ações planejadas estão sendo executadas. São 72% das ações em curso, um bom indicador, porque estamos cumprindo o primeiro ano desse PPA dentro das metas”, disse.

O secretário enfatizou que o monitoramento contínuo e a transparência na divulgação dos resultados



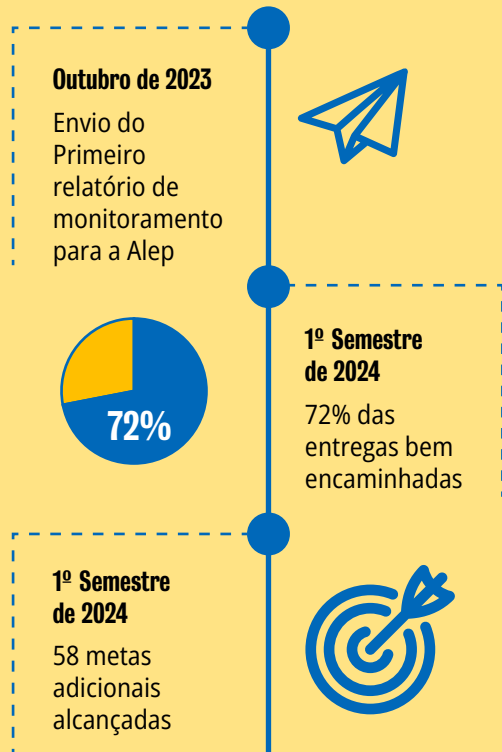
“De forma inédita, percorremos várias regiões do Paraná para coletar informações e construir esse PPA junto com a sociedade. Agora estamos monitorando o PPA, para saber se aquelas ações planejadas estão sendo executadas”

Guto Silva, secretário estadual do Planejamento

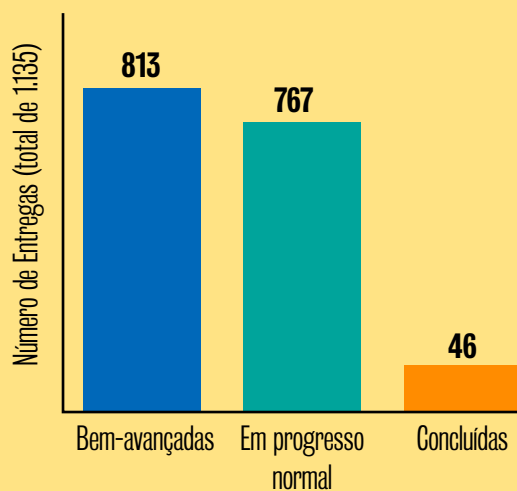
são essenciais para garantir que os objetivos do PPA sejam alcançados e que a população paranaense possa acompanhar de perto o progresso das políticas públicas.

Romanelli, presidente da Comissão de Orçamento da Alep, disse que o relatório parcial leva transparência à comunidade, o que também é um papel do legislativo. “Das audiências públicas que realizamos, um dos pontos destacados foi o monitoramento da execução do Plano Plurianual. Esse

Monitoramento do progresso do Plano Plurianual 2024-2027



Progresso das Entregas do PPA 2024-2027



Fonte: Relatório PPA 2024-2027 do Paraná

monitoramento foi transformado em dispositivo legal para que a Secretaria do Planejamento possa fazer a prestação de contas da sua execução", disse.

Romanelli explicou que o PPA foi construído em conjunto, utilizando um rol de indicadores de desempenho e que a análise feita na primeira apresentação visa a tratar dos pontos fortes e fracos a fim de que sejam feitas as cobranças necessárias na boa aplicação do dinheiro público.

Além da apresentação semestral, Guto Silva ressaltou que, de forma inédita, a Secretaria de Planejamento colocou no ar a página Observatório do Planejamento, um local na Internet em que a população pode acompanhar, de forma organizada, dia após dia, a execução desses números. "Tudo o que está sendo apresentado aqui está também no site (página eletrônica), que é mais um instrumento para a população auxiliar na fiscalização e acompanhamento da execução desse orçamento de mais de R\$ 250 bilhões para os próximos 4 anos.

O diretor de Planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento do Estado do Paraná (SEPL-PR), Breno Lemos, resalta que esse primeiro processo de monitoramento, realizado pela SEPL, cumpre o dispositivo legal referente à Lei nº 21.861/2023, que prevê a entrega de todos os monitoramentos na forma de um relatório sintético e a apresentação desse documento para a Casa Legislativa. "Esta é uma demonstração de transparência, princípio maior que rege o atual ciclo do PPA e que também aproxima a sociedade do processo", disse ele.

O Plano Plurianual é composto por 35 programas, 20 Indicadores de Programa e 373 Ações Orçamentárias, com 220 Ações Orçamentárias com Entregas Finalísticas e 202 Indicadores de Resultado de Programa. As 1.326 entregas previstas para o período estão distribuídas pelos cinco eixos: Eficiência Administrativa; Infraestrutura e Mobilidade; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Direitos Básicos e Bem-Estar; e Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania.

Esses programas e ações orientam as iniciativas nos diversos setores, visando à manutenção e ao

desenvolvimento sustentável do Paraná. Com esse primeiro relatório, a Secretaria de Planejamento reafirma seu compromisso com a transparência e a eficiência na gestão pública, destacando a importância do PPA como ferramenta estratégica para o desenvolvimento do Paraná nos próximos anos.

OBSERVATÓRIO APRIMORA OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Na Internet desde abril de 2024, o Observatório de Planejamento do Paraná, coordenado pela Pasta do Planejamento em conjunto com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), busca aprimorar os instrumentos de planejamento do estado e disseminar informações da área.

A iniciativa visa a fortalecer a capacidade de planejamento e de monitoramento das políticas públicas do estado, com abordagem voltada ao aprimoramento contínuo dos instrumentos disponíveis, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente, alinhada com as necessidades e demandas da sociedade paranaense.

Um dos principais destaques do painel é a disponibilização do painel de Business Intelligence (BI – em português: inteligência de negócios) do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), uma ferramenta digital interativa, que permite ao cidadão acompanhar esse instrumento e as políticas públicas correlatas de forma transparente. A ferramenta tem oito lâminas e compila mais de 1,3 mil páginas desse documento, além de um dispositivo que dá transparência ao andamento das entregas.

Além disso, o observatório realizará estudos e análises para avaliar o impacto das políticas públicas implementadas no estado, identificando pontos de melhoria e oportunidades de aprimoramento. “O PPA que fizemos no primeiro ano de mandato, com todos os indicadores, entregas e objetivos do governo, e suas marcações orçamentárias, está no ar para que o cidadão possa acompanhar e avaliar a execução do plano. E com uma novidade: esse trabalho será feito com as universidades estaduais e o

Foto: Alex Adam/SEPL



O Portal, dentre outros recursos, apresenta andamento das entregas do governo e oferece estudos e análises para avaliar o impacto das políticas públicas implementadas

Ipardes, nosso instituto de pesquisa”, diz o secretário de Estado do Planejamento, Guto Silva.

Além da transparência e da possibilidade de diálogo, a participação da sociedade, segundo Silva, irá ajudar a pensar o Paraná que a população quer para o futuro. “O Paraná é forte, cresce e se desenvolve, vive um momento de pleno emprego e é a quarta maior economia do país, teve o maior crescimento econômico nesse último ano e isso tudo reflete em um volume de recursos que precisa chegar, na



Divulgação

Na avaliação de Guto Silva, o monitoramento contínuo e a transparência na divulgação dos resultados são essenciais para garantir que os objetivos do PPA sejam alcançados

ponta, ao cidadão. O observatório é esse link entre o número frio e a realidade, as obras e investimentos nos municípios”, diz.

Para dar tração a essa iniciativa, esse instrumento vai contar com um comitê técnico composto por representantes das SEPL e SETI, que será responsável por conduzir as atividades do observatório e promover a interação com instituições públicas e privadas.

Segundo o diretor geral da SETI, Jamil Abdanur Júnior, as universidades estaduais têm muito a contribuir e a ganhar participando da construção do

Observatório do Planejamento. “Teremos condições, por intermédio dos nossos professores e das pesquisas que estão sendo realizadas em cada uma das nossas instituições, contribuir com os estudos, com o planejamento plurianual e, eventualmente, com políticas públicas que possam ser propostas pelo governo do estado”, ressaltou ele.

Abdanur Júnior citou que, nas Instituições de Ensino Estaduais (IEEs), muitos professores pesquisam o desenvolvimento territorial, políticas públicas e dados, e que colocar a ciência à serviço da Secretaria de Planejamento e ao estado como um todo, marca um importante passo rumo à construção de um Paraná mais justo, próspero e sustentável.

Ao promover o acesso à informação e estimular o debate público sobre o planejamento e a gestão pública, o projeto reafirma o compromisso do governo estadual com a transparência, a eficiência e a participação cidadã. ■



Rota do Progresso é grande caixa de ferramentas para que municípios possam crescer

Iniciativas que buscam promover desenvolvimento econômico e social ganham relevância vital no cenário dinâmico e desafiador da gestão pública no Estado do Paraná.

Um anúncio recente trouxe luz às esperanças de 80 municípios paranaenses que há tempos buscam maior equidade e oportunidades de crescimento: um investimento robusto de R\$ 2,5 bilhões através do programa Rota do Progresso, implementado pelo Governo do Estado.

Dividido em nove eixos estratégicos, o programa abraça desde o estímulo à agroindustrialização até melhorias cruciais em infraestrutura, saneamento e educação.

Em essência, é uma resposta às disparidades e dinâmicas históricas que têm impedido que muitos municípios, de todas as regiões do Paraná, acompanhem o ritmo de desenvolvimento do Estado nos últimos anos.

O objetivo é fazer com que cada uma daquelas cidades amplie sua caixa de ferramentas, para que possa ser usada com o objetivo de melhorar o padrão de vida nessas áreas.

Um dos pontos centrais do programa é o apoio à agricultura, principal atividade econômica nesses locais,

com investimentos em extensão rural, capacitação e infraestrutura viária, que vão potencializar a produção e o escoamento das safras e abrir oportunidades para produtores familiares.

Outro foco do programa é aliar o incremento à renda nessas localidades ao preparo de jovens para os desafios da economia digital, com garantia de emprego local ao término da formação, através do projeto Talento Tech, que integra essa iniciativa de desenvolvimento regional.

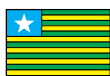
Com um investimento expressivo em abastecimento de água e esgotamento sanitário, o programa visa, também, adiantar a meta de universalização do acesso ao saneamento até 2030, um passo crucial para melhorar a qualidade de vida e a saúde da população.

O impacto dessas medidas será visto na impulsão das economias locais. As expectativas são altas para uma transformação positiva e duradoura.

Ao priorizar o desenvolvimento inclusivo e sustentável, o Governo do Paraná não apenas molda o futuro desses municípios, mas fortalece o tecido social e econômico de todo o Estado.

Guto Silva, secretário de Estado do Planejamento do Paraná.





Piauienses definem obras prioritárias pelo Orçamento Participativo Digital

Realizado pelo governo do Piauí, sob a coordenação das Secretarias Estaduais do Planejamento (Seplan) e das Relações Sociais (Seres), a política teve início em 2023

Um marco na gestão pública do Estado do Piauí, o Programa de Orçamento Participativo Digital (OPA) permite a participação direta dos cidadãos na definição das prioridades orçamentárias de suas comunidades. Realizado pelo governo do Piauí, com a coordenação das secretarias estaduais do Planejamento (Seplan) e das Relações Sociais (Seres), a política começou a funcionar, em 2023, nas duas maiores cidades do estado: Teresina, capital do estado, e Parnaíba.

Após o cadastro das propostas na primeira fase do OPA, por meio de entidades comunitárias que estejam em situação regular, aquelas exequíveis são divulgadas e disponibilizadas para votação popular por meio do WhatsApp, do aplicativo social Colab e pela disponibilização de automóveis Vans do OPA, que funcionam como cabines móveis. Nessa etapa, qualquer pessoa dos municípios participantes, com mais de 16 anos e com Cadastro de Pessoa Física (CPF) pode participar, elegendo a proposta favorita. As propostas eleitas são encaminhadas para inclusão no Orçamento Anual do estado.

“O OPA possibilitou que um orçamento significativo fosse submetido à votação popular a partir de propostas escolhidas pelas associações e movimentos organizados do povo. É uma importante experiência em democracia digital em que a população diz o que fazer com o seu dinheiro público”, afirmou Rafael Fonteles (PT), governador do Piauí.

O programa conta com a parceria tecnológica do Colab (uma *startup*, empresa que aplica tecnologia e metodologia de gestão pública colaborativa) em várias etapas, como o cadastramento das associações e propostas, validação digital Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), feita pela Receita Federal, votação por meio digital, além da utilização de Inteligência Artificial (IA) com filtragem de conexões não seguras por meio do CloudFront da AWS (rede de fornecimento de conteúdo oferecido pela Amazon Web Services – AWS) e registro em *blockchain* (uma tecnologia que funciona como um livro-razão compartilhado e imutável, registrando transações e rastreando ativos em uma rede) para transparência e integridade dos resultados.



Divulgação

Neste modelo, a população de alguns municípios do estado já pode votar em propostas a serem incluídas no orçamento anual.

PROGRAMA SUPEROU EXPECTATIVAS COM GRANDE NÚMERO DE PROPOSTAS CADASTRADAS

Desde o primeiro ano de funcionamento, o OPA superou expectativas com o cadastro de 571 propostas em Teresina e Parnaíba, que acolheram 52.022 votos, sendo eleitas 88 propostas.

Teresina tem uma população de 866.300 habitantes, enquanto, Parnaíba, 162.159 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Isso significa que o OPA 2023-2024 correspondeu à escolha de cerca de 5% da população dos dois municípios e, de aproximadamente 10%, dos eleitores votantes de ambas as cidades.

Em 2024, na versão OPA 2024-2025, o programa foi ampliado para as cidades de Picos, Piripiri e Floriano, alcançando os cinco maiores municípios piauienses, todos com população acima dos 50 mil habitantes.

O OPA 2024-2025 correspondeu à escolha de 14,03% da população dos cinco municípios e de, aproximadamente, 24% dos eleitores votantes na última eleição de Teresina (23%), Parnaíba (15%), Picos (38%), Piripiri (40%) e Floriano (25%). Assim, 501 entidades representativas das comunidades se inscreveram e priorizaram 1.255 propostas, e, dessas, 148 foram aprovadas. Foram registrados 163.700 votos.

“A participação da população é uma das prioridades do governador Rafael Fonteles, e por meio do OPA conseguimos definir, junto com as comunidades populares, as obras e ações prioritárias de cada região. Com isso, o resultado é uma gestão integrada com os anseios do piauiense”, afirmou



Divulgação

Pavimentação asfáltica, construção de meio-fio e sinalização de ruas são algumas das demandas apresentadas em propostas da população.



Divulgação

As áreas de esporte e lazer e de mobilidade urbana e urbanizações são as responsáveis pela maioria das propostas recebidas.

Washington Bonfim, secretário de Planejamento do Estado do Piauí.

Ele ressalta que as áreas de Mobilidade Urbana e Urbanizações, e Esporte e Lazer continuam sendo as preferidas das entidades para envio de propostas. Em 2024, 80,4% das entidades cadastradas enviaram propostas na área de Mobilidade Urbana e Urbanizações; em 2024, 45,7% das entidades enviaram propostas de Esporte e Lazer; ambas as áreas foram predominantes também no OPA de 2023/2024.

Além do aumento de participação popular e das comunidades, o reconhecimento do sucesso do OPA

veio em seu primeiro ano, em 2023, quando o Piauí recebeu um prêmio por ser a experiência de maior participação popular em consulta pública entre os estados que utilizam a plataforma Colab.

Na primeira edição, o OPA teve investimento de R\$ 55 milhões. Na edição 2024-2025 do OPA, lançada este ano, os investidos serão de R\$ 65 milhões. No OPA 2025-2026, que será lançado no próximo ano, está previsto o orçamento de R\$ 80 milhões.

ENTREGAS DO OPA

Em janeiro, Parnaíba viu a implementação da primeira proposta do OPA entregue da edição 2023-2024, a Polícia Comunitária na zona rural, beneficiando cerca de 3.500 pessoas. A expectativa é a de que até dezembro todas as obras de propostas eleitas no OPA 2023-2024 estejam em andamento ou concluídas.

Ruas e avenidas da cidade litorânea piauiense foram inauguradas dentro do pacote de obras do OPA, com investimentos de mais de R\$ 3.329.852,44, e intervenções que incluem reparo da pavimentação em paralelepípedo, pavimentação asfáltica, construção de meio-fio e sinalização de ruas.

Na zona rural de Teresina, no Assentamento El Shaday, os investimentos somam mais de R\$ 400 mil, com o objetivo de melhorar a mobilidade para os moradores e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. O Conjunto Parque Xixá, comunidade no bairro Pedra Mole, recebeu pavimentação em paralelepípedo em seis ruas do bairro.

Outro destaque foi a revitalização e urbanização de área verde de Horta Comunitária, em Teresina, com investimento de R\$ 177 mil, e que tornarão o cultivo da agricultura familiar no local mais seguro.

“Conseguimos, por meio do OPA, dar voz à população de maneira efetiva. Quem vive o dia a dia do local entende mais suas necessidades, então nada mais justo do que deixar que cada comunidade escolha suas prioridades. Calçamento, pavimentação, estruturas de acessibilidade, centros comunitários e até mesmo videotecas entraram na votação e foram eleitos”, finalizou Washington Bonfim. ■

Abordagem para a eficiência e transparência na gestão pública

O governo do Piauí apresentou, em 2023, uma novidade no cenário administrativo: o Modelo de Gestão Estadual Avançada (MGE). A iniciativa visa aprimorar a eficiência, transparência e participação cidadã na gestão pública.

O MGE é um reflexo de um modelo de governança pública que busca garantir o monitoramento e a responsabilização constante das metas de governo. Alinhado ao Decreto Federal nº 9.203, de 2017, que define governança pública como um conjunto de mecanismos para monitorar e direcionar a gestão de políticas públicas, o modelo adota princípios como capacidade de resposta, integridade e transparência, em resposta às crescentes demandas por eficiência no uso dos recursos públicos.

Uma de suas principais características é o uso de tecnologias modernas e ferramentas de gestão que visam garantir a execução eficaz das ações do Estado. O modelo enfatiza a importância de utilizar evidências na formulação de políticas e na definição de

indicadores de gestão, promovendo resultados mais precisos e eficazes.

Além disso, o MGE adota metodologias como 5W2H e Key Performance Indicators (KPIs) para facilitar o planejamento e garantir o alinhamento entre os diferentes órgãos do Estado. Através de acompanhamentos constantes das metas, o modelo permite a apresentação de contramedidas em casos de não cumprimento do planejamento e das próprias metas.

Os primeiros resultados do MGE foram revelados no Balanço do Governo de 2023, que apontou a conclusão de 81 dos 178 compromissos assumidos com a sociedade, no primeiro ano de gestão, enquanto 97 estavam já haviam sido iniciados. Esses dados refletem o compromisso do governo em fortalecer a credibilidade das políticas públicas.

Assim, o Piauí dá um passo importante em direção a uma gestão pública mais eficiente e transparente, almejando não apenas a excelência na entrega de serviços, mas também o desenvolvimento sustentável do Estado. ■



• **Washington Bonfim**, secretário de Planejamento do Estado do Piauí.

• **Gabriela Celso**, superintendente de Monitoramento Estratégico na SEPLAN/PI.

• **Raul Bonfim**, diretor de Monitoramento de Políticas Públicas da Seplan.

Governo do Rio investe em capacitações e planejamento de longo prazo

Em março deste ano, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão lançou uma escola de governo com cursos voltados para servidores públicos estaduais



Divulgação

Escola de Gestão Pública oferece cursos para servidores públicos, com foco na eficiência e na inovação em políticas e programas governamentais.

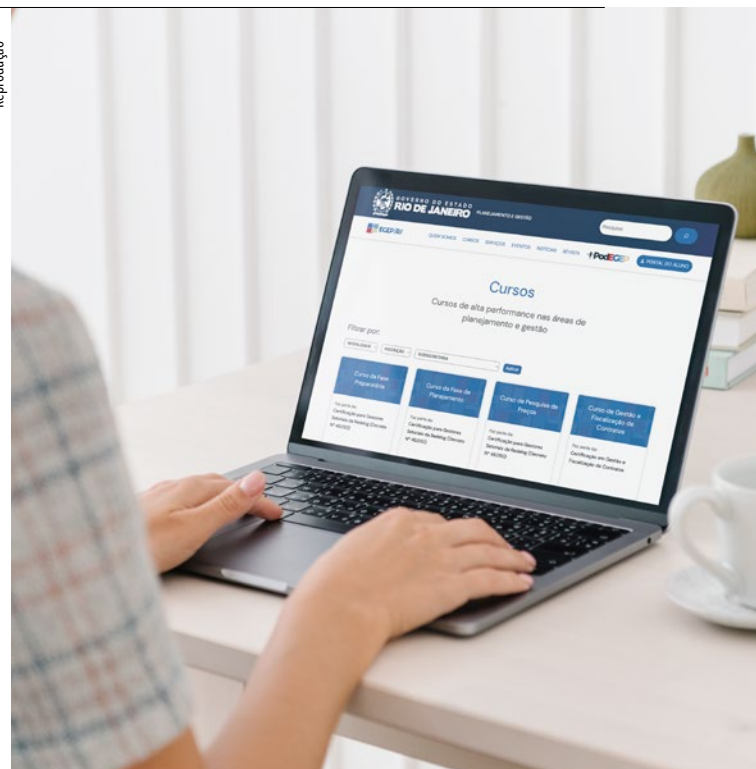
Um conjunto de medidas vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (Seplag-RJ) para promover o aprimoramento da gestão governamental e o processo orçamentário desde a sua elaboração até a execução. Essas iniciativas incluem o desenvolvimento de novas soluções e ferramentas voltadas para o aumento da qualidade do gasto público, buscando maior eficiência na utilização dos recursos e na implementação de políticas públicas.

No âmbito das contratações e compras públicas, a Pasta, responsável por estabelecer o regramento e a padronização dos procedimentos de órgãos e entidades, tem investido em novas modelagens e práticas do mercado. Assim, vem garantindo mais eficiência aos contratos e aquisições realizadas pelo poder público, principalmente nas compras centralizadas.

O secretário Adilson Faria disse que, recentemente, o governo do estado conseguiu uma redução de pelo menos 42% na contratação de serviços de locação de veículos para os órgãos e entidades estaduais para os próximos 3 anos, com uma economia prevista de mais de R\$ 300 milhões nesse período. A compra de bilhetes aéreos também conta com uma nova modelagem. Tendo o maior desconto sobre os preços das passagens como critério de escolha, o modelo, já adotado na iniciativa privada, trará uma redução de 11,73% nos gastos com este tipo de despesa.

“Obter preços melhores no mercado fornecedor por meio de novas soluções permite que os recursos economizados sejam direcionados para outras áreas. Além disso, nossa Pasta vem reforçando os investimentos em tecnologia para aperfeiçoar os sistemas que dão suporte aos processos de planejamento e contratações”, explica o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Adilson Faria.

Ele disse que a Seplag-RJ ganhou, em 2024, o primeiro lugar no Prêmio Maturidade Digital, idealizado e oferecido pela Secretaria de Estado de Transformação Digital e pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), na categoria Executivo



Os cursos também possuem formato online e permitem o desenvolvimento de projetos e estratégias de captação de recursos

Estadual. A premiação avalia as iniciativas que contribuem para a transformação digital em âmbito estadual e municipal.

CAPACITAÇÕES PARA SERVIDORES

Para fortalecer a cultura do planejamento e da gestão, a Seplag-RJ lançou, em março deste ano, a Escola de Gestão Pública (Egep-RJ). Trata-se de uma escola de governo com cursos voltados para servidores públicos para promover mais eficiência e inovação nas políticas e programas governamentais, visando ao desenvolvimento sustentável. A Egep-RJ contribui ainda para a formação de um quadro técnico cada vez mais capacitado para lidar com os desafios complexos e dinâmicos do dia a dia da gestão pública.

Além de abordar contratações e compras públicas, os cursos – gratuitos e nos formatos on-line e presenciais – incluem o desenvolvimento de projetos



Divulgação

Durante os meses de setembro e outubro, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento realizou uma série de encontros com gestores das áreas de planejamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo

e estratégias de captação de recursos, com o intuito de garantir a sustentabilidade de políticas públicas e trazer mais desenvolvimento para o estado e para os municípios.

Os cursos são realizados por meio de ação conjunta com as subsecretarias da Pasta. O mais recente deles, em andamento com a Subsecretaria de Logística, é o de formação de Agentes de Contratação, voltado para a certificação de servidores que atuam de forma estratégica na fase de seleção

de fornecedores. Função criada pela Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), esses agentes são os responsáveis pela condução das atividades necessárias aos trâmites processuais até a homologação das contratações públicas.

Capacitar servidores para atuarem no acompanhamento de todo o ciclo das contratações públicas, com um panorama geral da gestão de bens e transportes, foi o objetivo do curso de certificação de Gestores Setoriais da Rede Logística (Redelog). Voltado para profissionais que atuam como pregoeiros, foi disponibilizado o curso de Atualização de Agentes de Contratação com foco no aprimoramento das atividades de apoio logístico.

Além disso, a Egep-RJ conta com parceria com o Colégio Interamericano de Defesa (CID), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O aprimoramento da administração pública por meio do desenvolvimento conjunto de estudos, promoção do intercâmbio de cursos e conteúdos educacionais, assim como programas de capacitação para docentes, pesquisadores e servidores são alguns dos objetivos das parcerias.

PLANO DE INVESTIMENTO

A fim de aprimorar a estruturação do banco de projetos estaduais com informações e critérios padronizados em apoio ao processo decisório de investimentos, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (Subplo) realizou, entre os meses de setembro e outubro de 2024, uma série de encontros com gestores das áreas de planejamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

A finalidade desse último ciclo de capacitação foi para apresentar a Matriz de Risco. A ferramenta servirá para a identificação e o gerenciamento de riscos, apontando gargalos, facilitando a análise e a tomada de decisões. Em encontros anteriores, os gestores puderam aprender detalhes e funcionalidades do processo de cadastramento de projetos no Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (Siplag), além de compartilhar experiências e boas práticas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O desenvolvimento da automação para produção de dados orçamentários e a sua publicação em painéis também foram duas medidas de eficiência e transparência adotadas para aprimorar o processo de execução orçamentária. Essas iniciativas fornecem aos gestores estaduais informações precisas para a tomada de decisões e permitem que a sociedade fluminense acompanhe de forma descomplicada os gastos públicos.

Para fortalecer a interação entre o órgão central e os órgãos setoriais e otimizar a gestão orçamentária, diversas reuniões técnicas foram realizadas a fim de analisar as despesas de cada área. Esse esforço resultou em uma projeção mais precisa das despesas durante a elaboração da Proposta Orçamentária para o próximo exercício, além de reduzir o número de remanejamentos orçamentários.

A fim de aprimorar a elaboração dos demonstrativos de receitas diretamente arrecadadas e promover o acompanhamento das estimativas de receita dos órgãos e entidades ao longo do exercício, foram realizadas oficinas sobre aspectos normativos e técnicos da instrução processual, bem como a metodologia na projeção de receita pública.

ANÁLISE E EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS

A Seplag-RJ também lançou, recentemente, o *Caderno de Objetos Financiáveis para Emendas Impositivas 2025*, um guia prático para a destinação de recursos, principalmente emendas parlamentares. O material lista 239 projetos e ações de 55 órgãos e entidades para os quais podem ser destinados recursos de emendas.

O caderno foi entregue aos deputados estaduais a fim de tornar a análise e a execução orçamentária

Publicação entregue para deputados estaduais lista projetos e ações que podem ser destino de recursos de emendas



mais célere. Elaborado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, em colaboração com os órgãos estaduais, o documento conta com mais de 380 páginas e está organizado por secretarias e suas respectivas entidades vinculadas.

Os projetos e ações estão categorizados por objeto. Para cada um deles, a publicação identifica a ação orçamentária correspondente na Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, são fornecidas

explicações detalhadas sobre a finalidade de cada objeto, o público-alvo, os municípios atendidos e os contatos das secretarias para explicação de dúvidas.

Sancionada pelo governo do estado em junho deste ano, a Lei Complementar 219/2024 prevê que as emendas devem ser divididas, igualmente, entre os 70 deputados estaduais, sendo 30%, obrigatoriamente, destinados à área de Educação, e, 30%, à Saúde, cabendo à Seplag a coordenação do processo de análise das programações orçamentárias relacionadas a essas emendas.

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

Também está sob a coordenação da Seplag-RJ, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (Pedes). Instrumento de planejamento de longo prazo, o Pedes traça uma estratégia de desenvolvimento econômico regional, inovativo e sustentável para o período



Divulgação

2024-2031. É uma ferramenta para promover o crescimento econômico, a redução das desigualdades sociais, a melhoria na qualidade de vida da população, o aumento da capacidade de investimento e o fortalecimento da competitividade do estado.

O Plano Estratégico, baseado em evidências, visa ao encadeamento das atividades do setor produtivo por meio do fomento dos complexos econômicos para atender à finalidade das missões definidas no plano, cujo critérios de escolha tiveram como base a análise de macrotendências globais, identificação de setores e áreas com potenciais de desenvolvimento, aplicando a metodologia de Políticas Orientadas por Missões.

Os complexos dividem-se em economia verde, economia da saúde, economia do mar, economia criativa e turismo, infraestrutura e logística, além da economia do petróleo. A escolha dos complexos obedeceu às premissas do plano, como o potencial de geração de empregos, o peso do setor na economia fluminense, sua compatibilidade

Plano estratégico foi construído de forma colaborativa, envolvendo todos os órgãos estaduais

com a sustentabilidade socioambiental, dentre outros fatores.

O planejamento estratégico compreende as seguintes missões: erradicação da extrema pobreza; segurança alimentar e nutricional; segurança hídrica; descarbonização do estado; redução do impacto dos resíduos sólidos; vantagem competitiva associada à economia do conhecimento; ampliação das oportunidades de trabalho e emprego; economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas; segurança pública territorial; e promoção da igualdade racial e de gênero.

Toda a sua construção foi feita de forma colaborativa, envolvendo todos os órgãos estaduais, com os demais instrumentos de planejamento do Estado do Rio de Janeiro estando alinhados ao Pedes. ■



Políticas públicas transversais: planejamento e gestão orçamentária

Os instrumentos constitucionais de planejamento e orçamento refletem, cada vez mais, o desafio de lidar com complexas questões sociais. Suas estruturas definidas asseguram estabilidade, comparabilidade e segurança ao longo do tempo. No entanto, os gestores públicos são instigados a reimaginar planejamento e orçamento, visando à adaptação às demandas da sociedade.

Diante desse desafio, o Estado do Rio de Janeiro lançou uma nova metodologia para o PPA no ciclo 2024-2027, avançando em direção a um instrumento mais estratégico e útil à gestão das políticas públicas, com a agregação dos produtos e ações orçamentárias, que possibilitou a estruturação da programação em torno de resultados significativos. O desenvolvimento dessa nova abordagem exigiu uma articulação constante entre as áreas de planejamento e orçamento, integrando os instrumentos da LDO e da LOA para que absorvessem as adaptações, resultando em entregas eficientes à sociedade fluminense.

Na nova metodologia do PPA, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram levados em conta desde o processo de elaboração, identificando-se as Iniciativas que contribuem para cada um dos ODS, a fim de aprimorar a comunicação e transparência dos instrumentos institucionais. O desenvolvimento desse trabalho só foi possível devido à coordenação entre diversas áreas, por meio do

fortalecimento da Rede de Planejamento, que reúne gestores estaduais com foco no PPA.

Além disso, a partir de 2024, o Projeto de Lei Orçamentária trouxe maior transparência ao apresentar, de forma conjunta, três anexos ao Orçamento Anual, destacando os temas específicos do Orçamento da Criança e do Adolescente, dos Idosos e da Mulher, criando uma espécie de marcador para dar visibilidade às políticas de diferentes órgãos voltadas às necessidades de públicos específicos.

É fundamental destacar que esse resultado só foi alcançado graças à colaboração entre diversas áreas, tendo sempre como foco atender aos anseios da sociedade e o aumento da transparência. ■

Adilson Faria, secretário de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro.





Rio Grande do Sul enfrenta consequências das inundações históricas com plano de retomada

Evento climático extremo acelerou plano de reestruturação de carreiras, que busca valorizar e fortalecer o funcionalismo público



Divulgação

Chuvas atingiram quase todos os municípios do estado e afetaram mais de 2,3 milhões de pessoas.

Entre o fim de abril e o início de maio de 2024, pelo segundo ano consecutivo, o Estado do Rio Grande do Sul foi fortemente afetado por cheias severas, causadas pelo grande volume de chuvas, em um curto espaço de tempo. Vários rios transbordaram e devastaram cidades, levando construções, lavouras e vidas. Dos 497 municípios do estado, 478 foram atingidos pelas inundações, afetando mais de 2,3 milhões de pessoas. No auge das enchentes, mais de meio milhão de gaúchos estavam desalojados e outros 80 mil desabrigados.

O nível do rio Guaíba, em Porto Alegre, alcançou o recorde histórico de 5,37 m, ultrapassando a marca da enchente de 1941, que foi de 4,77 m. O Centro da capital foi inundado, assim como bairros adjacentes. Entre as construções invadidas pela água estavam prédios históricos e o Centro Administrativo Fernando Ferrari (Caff), local em que trabalham servidores de mais de 20 órgãos do Poder Executivo Estadual. A sede do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) também foi atingida e as Centrais de Processamento de Dados, que mantinham grande parte dos serviços estaduais disponíveis, precisaram de ser desligadas.

Diante da pior catástrofe climática do Rio Grande do Sul, com graves consequências humanitárias e econômicas, o Poder Executivo gaúcho precisou agir em diversas frentes, até mesmo para manter a operacionalidade do estado e aplicar demandas urgentes.

PLANO RIO GRANDE TRAZ SOLUÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

Para enfrentar os efeitos do evento meteorológico, o governo lançou, ainda em maio, o Plano Rio Grande. O programa de reconstrução, adaptação e resiliência climática do Rio Grande do Sul traz ações de curto, médio e longo prazo, ou seja, ações emergenciais, de reconstrução e um conjunto de medidas chamado de Rio Grande do Sul do Futuro. Os trabalhos são monitorados pelo governador Eduardo Leite (PSDB), pelo vice-governador Gabriel Souza (MDB), pelo secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, e pela secretária de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Danielle Calazans. A titular da Pasta é, também, uma das integrantes do comitê gestor do programa. Até 22 outubro, haviam sido investidos mais de R\$ 2,1 bilhões em iniciativas pelo plano.



Foto: Pablo Reis

Além de ações para recuperar áreas atingidas, o programa tem medidas de adaptação e resiliência climática.



“Um estado forte, resiliente e capaz de atender com celeridade às demandas da população passa por um quadro funcional qualificado e motivado. Valorizar os servidores públicos é, também, entregar aos cidadãos o melhor que o estado pode proporcionar”, afirmou a secretária Danielle Calazans. “Seguiremos preparando o estado para eventos adversos, unindo a inovação e o planejamento”, concluiu.

Para permitir a gestão adequada dos recursos destinados à reconstrução e o máximo de transparência na utilização das verbas públicas, o governo estadual criou o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). Entre as ações previstas para o uso de recursos do fundo estão a recuperação de infraestrutura logística, realocação de pessoas afetadas pelos eventos climáticos e estratégias para eliminação ou mitigação da vulnerabilidade climática. As fontes de receita do Funrigs incluem aportes mensais do Tesouro do Estado – em especial recursos decorrentes da suspensão do pagamento e renegociação da dívida com a União –, emendas parlamentares, recursos oriundos da alienação de bens imóveis e de dotações orçamentárias específicas. O fundo está presente no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, com previsão de R\$ 4,2 bilhões em investimentos.

Uma das primeiras medidas tomadas foi o estabelecimento do Centro Administrativo de Contingência (CAC), em uma área pertencente ao governo estadual de 330.682 m², na Zona Leste de Capital, que estava desativada e serviu de base para servidores, cujos locais de trabalho foram afetados pelas chuvas.

A adaptação do local, concluída cerca de duas semanas após o fechamento do Caff, foi comandada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Entre os setores do governo abrigados no Centro de Contingência, estavam os gabinetes do governador, do vice, secretarias, Defesa Civil, e o contingente da Polícia Civil (PC) que atuava no Aeroporto Salgado Filho, reaberto apenas em 21 de outubro.

Dispor de um espaço com estrutura para reunir as lideranças foi fundamental para garantir a rapidez e a eficiência do trabalho realizado junto à população. A Procergs, que teve seu prédio inundado,



Divulgação

“Um estado forte, resiliente e capaz de atender com celeridade as demandas da população passa por um quadro funcional qualificado e motivado. Valorizar os servidores públicos é, também, entregar aos cidadãos o melhor que o estado pode proporcionar”

Danielle Calazans, secretária de Planejamento, Governança e Gestão

precisou agir com perícia para proteger os dados e as informações do estado. A empresa disponibilizou, ainda no início de maio, uma nova versão do portal SOS Enchentes, que centraliza as informações e serviços do governo diante de enchentes. O portal também trouxe avisos e alertas da Defesa

Civil, informações sobre a situação das estradas bloqueadas e rotas alternativas, além de locais de abrigos e trabalhos voluntários.

PLATAFORMA IDENTIFICA ÁREAS DIRETAMENTE ATINGIDAS

Com o objetivo de otimizar o direcionamento de políticas públicas às pessoas afetadas pelas inundações, o governo Eduardo Leite apresentou, no fim de maio, o Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP), ação também do Plano Rio Grande. A plataforma, desenvolvida SPGG, consiste em um Sistema Único e Integrado do Mapeamento das Áreas Diretamente Atingidas. Por meio dela, foi possível identificar e quantificar os endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos e, principalmente, a população afetada. Em julho, o governo estadual apresentou a versão pública do MUP-RS, que permite a qualquer interessado ter acesso às informações.

O sistema auxiliou o estado na simplificação de processos para a chegada, o mais rápido possível, de recursos a quem mais necessitava. As imagens geradas por satélites de alta resolução identificavam áreas atingidas por inundação, enxurrada e deslizamentos. Com o mapeamento, foi possível agilizar os repasses do PIX SOS Rio Grande do Sul e do Volta por Cima, programas de auxílio financeiro imediato para as famílias, liderados pelo governo estadual.

O que tornou o repasse financeiro mais ágil foi a dispensa de cadastro por parte dos afetados pelas cheias. O MUP-RS cruzou os endereços afetados pelos eventos climáticos com dados do Cadastro único (CadÚnico) e, em seguida, emitiu os cartões para saque, rapidamente distribuídos às famílias.

Até 21 de outubro, o SOS Rio Grande do Sul já havia beneficiado 83.904 pessoas, que receberam R\$ 2 mil cada. O valor é proveniente das doações feitas ao estado por cidadãos de todo o Brasil durante o período das cheias. O Volta por Cima, por sua

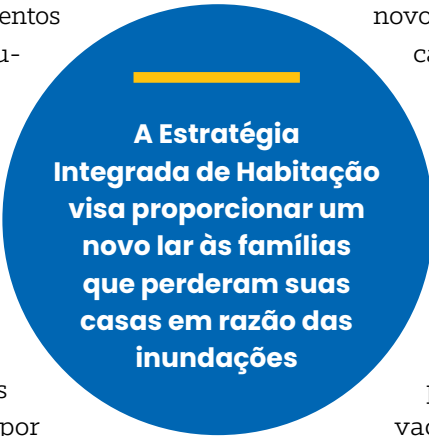
vez, foi lançado no segundo semestre de 2023 para socorrer as famílias afetadas pelos eventos climáticos adversos daquele ano. Em 2024, uma nova edição do programa foi estabelecida, repassando R\$ 2,5 mil a cada beneficiado. Receberam o valor 212.878 pessoas afetadas pelas enchentes de 2024, totalizando mais de R\$ 223 milhões repassados.

ESTRATÉGIA DE HABITAÇÃO DEVE GARANTIR MAIS DE 7,5 MIL NOVAS MORADIAS

Uma das ações mais significativas diante da tragédia ambiental sofrida pelo Rio Grande do Sul foi anunciada em meados de setembro, como parte do Plano Rio Grande. Para proporcionar um novo lar às famílias que perderam suas casas em razão das inundações, o governo estadual lançou a Estratégia Integrada de Habitação. O investimento do Poder Executivo chega a quase R\$ 500 milhões e viabilizará mais de 7,5 mil moradias.

Com lares temporários, o objetivo do governo é retirar as pessoas dos abrigos e oferecer privacidade às famílias desabrigadas, enquanto providencia os lares definitivos em áreas seguras dos municípios, uma vez que eventos meteorológicos extremos, como os ocorridos nos 2 últimos anos, podem se tornar recorrentes.

Dentro da Estratégia Integrada de Habitação, a Secretaria de Planejamento atua, mais diretamente, nas iniciativas relacionadas a desapropriações e à gestão de imóveis públicos, uma vez que é responsável por gerir o patrimônio do estado. O Programa de Gestão de Imóveis Públicos Estaduais para Habitação de Interesse Social (PGIPEHIS) visa a promover a utilização eficiente dos imóveis públicos para assegurar a máxima efetividade no acesso à moradia para famílias de baixa renda, reduzindo o déficit habitacional histórico do Rio Grande do Sul. A ação é coordenada pela SPGG em conjunto com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB).



A Estratégia Integrada de Habitação visa proporcionar um novo lar às famílias que perderam suas casas em razão das inundações



Divulgação

Outra medida em prol da moradia digna é o programa Porta de Entrada, por meio do qual famílias com renda de até cinco salários-mínimos poderão receber auxílio para o pagamento da entrada de um imóvel. O investimento é de R\$ 70 milhões, sendo R\$ 50 milhões do Tesouro do Estado e, R\$ 20 milhões, do Orçamento da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os recursos irão possibilitar a assinatura de 3.500 contratos de R\$ 20 mil.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Nenhuma política pública para mitigar e encontrar soluções às consequências de uma tragédia climática, como a enfrentada pelo Rio Grande do Sul, seria realizada sem o trabalho dos servidores que integram o quadro do Poder Executivo estadual. O fenômeno climático acelerou a reestruturação das carreiras do estado, processo que corria desde o início da atual gestão, a partir da escuta e diálogo com sindicatos e representantes das categorias do funcionalismo. A Secretaria de Planejamento, responsável pela gestão e desenvolvimento de pessoas do estado, coordenou as tratativas e o projeto, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador no fim de julho deste ano.

O projeto de reestruturação moderniza as regras para desenvolvimento das carreiras do estado de

Famílias atingidas foram contempladas com moradias provisórias produzidas com estrutura modular

modo que promoções e progressões serão atreladas ao desempenho do servidor, e, além disso, concede aumento e melhorias a diversas categorias. O objetivo é valorizar os servidores de carreira, uma demanda antiga, e reter talentos em um momento crucial para o estado. As mudanças entram em vigor a partir de janeiro de 2025.

O passo seguinte da reestruturação foi a aprovação do projeto exclusivo da segurança pública. O documento criou sobreaviso remunerado para a Polícia Civil e a extinção do nível mais baixo da carreira de soldado da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul. No texto, ainda consta a criação de funções gratificadas a agentes dos três órgãos e a padronização da amplitude das carreiras do Instituto Geral de Perícias. As alterações para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) incluem a ampliação do quadro de agentes penitenciários e administrativos. ■



Planejamento para aprimorar a permanência dos jovens na escola

Incentivar a permanência em sala de aula e a conclusão da trajetória escolar é o objetivo do Programa Todo Jovem na Escola (TJE), criado pelo governo do Rio Grande do Sul em 2022. O programa garante auxílio financeiro para estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual e, em 2024, passou a conceder quatro incentivos: bolsa permanência, auxílio material escolar, poupança aprovação e prêmio engajamento. O Estado está investindo R\$ 240 milhões por ano no programa.

Coordenado pelo gabinete do vice-governador e executado pela Secretaria de Educação, coube à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, por meio do Departamento de Planejamento Governamental, a avaliação dos resultados do programa. O trabalho é fundamental para o entendimento do público que programa busca atender e para a implementação de melhorias na política pública em andamento.

O último material produzido pela SPGG para o programa, em outubro de 2024, incluiu dois indicadores: taxa de abandono e taxa de não conclusão. Foram analisados os dados dos alunos que participaram e não participaram do Programa, em 2022 e 2023. Essa participação está condicionada ao preenchimento cumulativo de três critérios: estar matriculado no ensino médio regular da rede pública estadual; cumprir os requisitos de engajamento estudantil (mínimo de 75% de frequência nas atividades escolares) e estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O total de estudantes nas bases de dados foi de 110.321, em 2022, e 135.552, em 2023. Esse total foi analisado para traçar um perfil do aluno público-alvo do TJE. Para a avaliação de resultados, foram considerados os alunos que possuíam informação sobre a entrega do cartão pelo qual recebem o benefício

e cujas situações de vínculo escolar ao final do ano estivessem como: matriculado, abandono ou cancelado, totalizando 101.176 alunos, em 2022, e 129.743, em 2023.

Em relação ao perfil dos alunos, a maioria deles é do sexo feminino, de raça/cor branca, residentes de áreas urbanas e cursando o 1º ano do Ensino Médio, sendo que a média de idade é de 18 anos em ambos os anos.

Os resultados mostraram que os participantes apresentam taxas de abandono e de não conclusão menores do que os não participantes, o que sugere que participar do TJE parece ser fator de proteção para abandono/cancelamento, o que confirma o caráter estratégico do Programa. ■

Danielle Calazans, secretária de Estado de Planejamento, Governança e Gestão do RS.





Educação especial em Rondônia: um compromisso com a inclusão

Estado tem, aproximadamente, 13 mil crianças e adolescentes com deficiência e taxa de inclusão de 99,1% de estudantes com deficiência em classes regulares



Rondônia inicia uma nova fase de implementação de todas as etapas do ciclo de políticas públicas por meio de integração estratégica entre o Tribunal de Contas e as Secretarias de Planejamento, Educação, Saúde e Assistência Social. A temática selecionada para essa fase é a Educação Inclusiva, um tema relativamente novo no Brasil, que vem ganhando destaque nas políticas públicas para promover o acesso igualitário e a participação de todos ao aprendizado.

Nesse contexto, foi elaborado o Plano de Ação da Política de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva do Estado de Rondônia. Este plano representa um compromisso fundamental para fortalecer as políticas públicas de educação especial, priorizando a inclusão. Além de avaliar a política atual, o plano busca identificar oportunidades de aprimoramento.

Em 2023, as Secretarias de Estado de Educação, de Saúde e de Assistência Social, em colaboração

com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, realizaram um diagnóstico abrangente sobre a educação especial no estado. Este diagnóstico destacou a necessidade de ações integradas para promover a inclusão escolar, social e na saúde de crianças e adolescentes com deficiência.

Na etapa inicial, foi identificada a necessidade de realizar uma Avaliação Diagnóstica (*ex ante*) para fornecer dados essenciais à formulação da Política Pública de Educação Especial Inclusiva. Essa avaliação visa a permitir uma alocação adequada de recursos, aumentando as chances de sucesso das iniciativas.

Plano de Ação sobre a Política de Educação Inclusiva foi apresentado na Assembleia Legislativa de Rondônia



Divulgação

Foi quantificado o público-alvo, identificada a necessidade de profissionais especializados e apontadas as reformas necessárias de infraestrutura para atender às necessidades desse grupo. Essas ações serviram como base para orientar as etapas subsequentes do plano, garantindo uma implementação eficiente e alinhada às demandas indicadas.

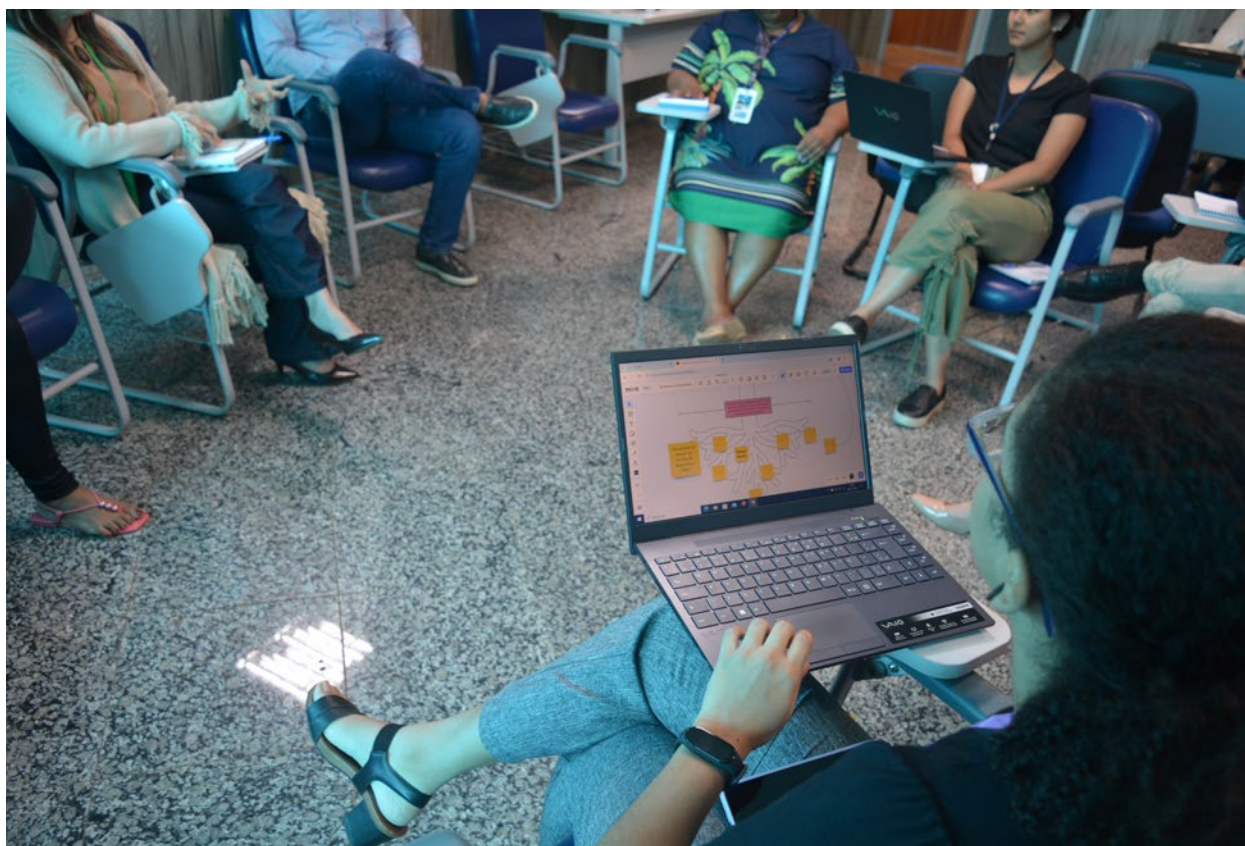
O diagnóstico revela que, aproximadamente, 13 mil crianças e adolescentes com deficiência vivem em Rondônia, desse total, 1.140 crianças continuam fora do sistema escolar. Embora o estado apresente uma taxa de inclusão de 99,1% de

estudantes com deficiência em classes regulares, os desafios são inúmeros.

As escolas estaduais apresentam avanços em acessibilidade, com 71,2% delas parcial ou totalmente acessíveis. Contudo, ainda necessita de adaptações adicionais para tornar o ambiente plenamente inclusivo. Outro aspecto destacado é a necessidade de ampliar o número de professores dedicados exclusivamente à educação especial, considerando que o estado conta, atualmente, com, aproximadamente, 131 profissionais nessa área.

A equipe responsável pelo diagnóstico realizou uma pesquisa abrangente em todos os estados brasileiros e no Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de identificar políticas que promovam a integração das três áreas (educação, saúde e assistência social) de forma coordenada e com competências definidas.

As escolas estaduais apresentam avanços em acessibilidade, com 71,2% delas parcial ou totalmente acessíveis



Divulgação



Divulgação

A exemplo de Santa Catarina, com seus Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar, e de Betim, em Minas Gerais, em que programas, como o de Atividade Física Adaptada (AFA), têm mostrado resultados positivos, essas pesquisas ofereceram uma base sólida para a formulação de uma política integrada em Rondônia, que alinha os esforços das secretarias e assegura uma educação verdadeiramente inclusiva.

Diante da realidade apresentada, constatou-se a necessidade urgente de alocar um maior volume de recursos para a promoção da Educação Inclusiva. Assim, o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 apresentou o Programa Orçamentário “Educação para Todos: Rumo à Inclusão”, com ações específicas para a educação inclusiva na rede escolar pública estadual. A promoção dessa modalidade de educação transcende a mera inclusão em um programa orçamentário.

Houve um incremento específico nos recursos financeiros: no PPA 2020-2023, a dotação era de cerca de R\$ 3,2 milhões, enquanto para o PPA 2024-2027, essa programação atinge cifras recordes de R\$

Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, juntamente com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, realizaram diagnóstico da educação no estado

1.966.630.672,00 (um bilhão, novecentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos e setenta e dois reais). Isso demonstra que Rondônia tem priorizado a Educação Inclusiva em seu governo.

A unidade federativa também avançou na criação de políticas públicas que agregam valor à sociedade por meio das capacitações e iniciativas de inovação fornecidas pelo corpo técnico do estado. Os grupos de trabalho do **Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan)** desempenham um papel fundamental, promovendo atualizações contínuas e facilitando a troca de experiências com outros estados. ■



RORAIMA

Governança em Roraima alinhada com os princípios da ONU

Estado passou a seguir práticas adotadas pelo
Conselho Econômico e Social das Nações Unidas



Em abril de 2024, o **Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan)** organizou uma visita dos secretários estaduais de Planejamento à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), para participação em um simpósio internacional promovido pelo Comitê de Especialistas em Administração Pública (Cepa. A Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado de Roraima (Seplan-RR) esteve presente para conhecer e incorporar novas práticas de gestão pública eficazes, inclusivas e transparentes no estado.

Durante o evento, foram apresentados os 11 princípios de governança para uma administração pública eficaz, adotados, em 2018, pelo Conselho Econômico e Social da ONU. Tais princípios orientam

práticas administrativas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sob a liderança do governador Antonio Denarium (PP) e com o fortalecimento institucional da Seplan-RR, o governo de Roraima tem seguido esses princípios.

O secretário de Planejamento e Orçamento, Rafael Fraia, destacou que o primeiro ponto a ser observado é a capacidade de o Estado exercer sua competência de forma plena, bem como os recursos e as ferramentas adequadas para ofertar os bens e os serviços públicos necessários para sua população, além de proporcionar um ambiente justo e seguro para investimentos.

“O atual governo assumiu o Estado de Roraima durante a intervenção federal, em 2018, em razão



Delegação do estado participou de missão organizada pelo Conseplan para simpósio internacional do Comitê de Especialistas em Administração Pública.

de uma completa desordem na máquina pública. Após alguns anos, mostrou que superou essas dificuldades e se reorganizou, provando sua capacidade de exercer o potencial do estado de forma íntegra, graças a uma gestão pública voltada para o desenvolvimento. Como fruto desse trabalho, o PIB [Produto Interno Bruto] do Estado de Roraima apresentou crescimento real de 25,4% entre os anos de 2019 e 2022, o que o coloca como o estado que apresentou maior crescimento dentre as entidades federativas”, afirmou o secretário.

Outro ponto enfatizado pelo secretário reflete o compromisso da gestão com a modernização administrativa para o uso eficiente dos recursos em benefício da população. Em 2022, o governo criou a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, culminando no primeiro concurso público para a área, com 35 vagas de preenchimento imediato. Os aprovados tomaram posse, em 2023, e hoje contribuem com as diretrizes da gestão rumo ao desenvolvimento.

“O fortalecimento da capacidade de planejamento e controle orçamentário é crucial para Roraima que enfrenta desafios socioeconômicos específicos, como o crescimento exponencial da população por causa

da migração venezuelana. Nesse contexto, o papel dos analistas de planejamento e orçamento se torna fundamental”, ressaltou Rafael Fraia.

O comprometimento do governo com os princípios de inclusão é outro ponto de destaque ao assegurar acesso universal e igualitário aos serviços públicos. Roraima abriga, hoje, a maior população indígena proporcional do Brasil (12,7%) e acolhe cerca de 200 mil imigrantes venezuelanos, todos com acesso a serviços de saúde, educação e segurança, demonstrando um compromisso com a inclusão social.

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Na avaliação do coordenador de Captação de Recursos e Convênios da Seplan, Fabiano Macedo, a secretaria implementou avanços significativos em termos de transparência e integridade, como a disponibilização de informações fiscais em um portal eletrônico, incluindo o painel de emendas parlamentares e o monitoramento de convênios,

“A modernização de sistemas, como o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (Fiplan) e o uso de Inteligência Artificial contribuem para a redução de erros e retrabalho, promovendo



O Roraima 2030, Plano de Longo Prazo do Estado, foi instituído pela Lei nº 1.825, de 4 de maio de 2023.

Divulgação



Divulgação

“Ao incorporar esses princípios, Roraima se posiciona como exemplo de governança responsável e orientada para o desenvolvimento sustentável, visando não deixar ninguém para trás em sua trajetória de crescimento e progresso”

Rafael Fraia, secretário de Planejamento e Orçamento

uma gestão mais precisa e transparente dos recursos públicos”, afirma Macedo.

Macedo também ressalta que o governo e a Seplan mantêm um compromisso contínuo em adotar ferramentas que garantam excelência na gestão pública para aprimorar os serviços e os produtos oferecidos à população.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EQUIDADE INTERGERACIONAL

O compromisso com a sustentabilidade está presente no plano de desenvolvimento Roraima 2030. De acordo com a coordenadora de Planejamento Estratégico, Alessandra Hallem, a proposta tem o

intuito de promover um crescimento econômico equilibrado e responsável até 2030.

“Esse plano orienta o uso sustentável dos recursos naturais e reforça a importância de um desenvolvimento que atenda às demandas econômicas e sociais do presente sem comprometer as possibilidades futuras”, detalha Hallem.

“A visão do plano é transformar Roraima em um lugar excelente para viver, trabalhar e empreender, promovendo políticas que incentivem inovação, sustentabilidade e qualidade de vida para os roraimenses, com uma base econômica sólida”, acrescenta.

RESULTADOS E IMPACTO ECONÔMICO

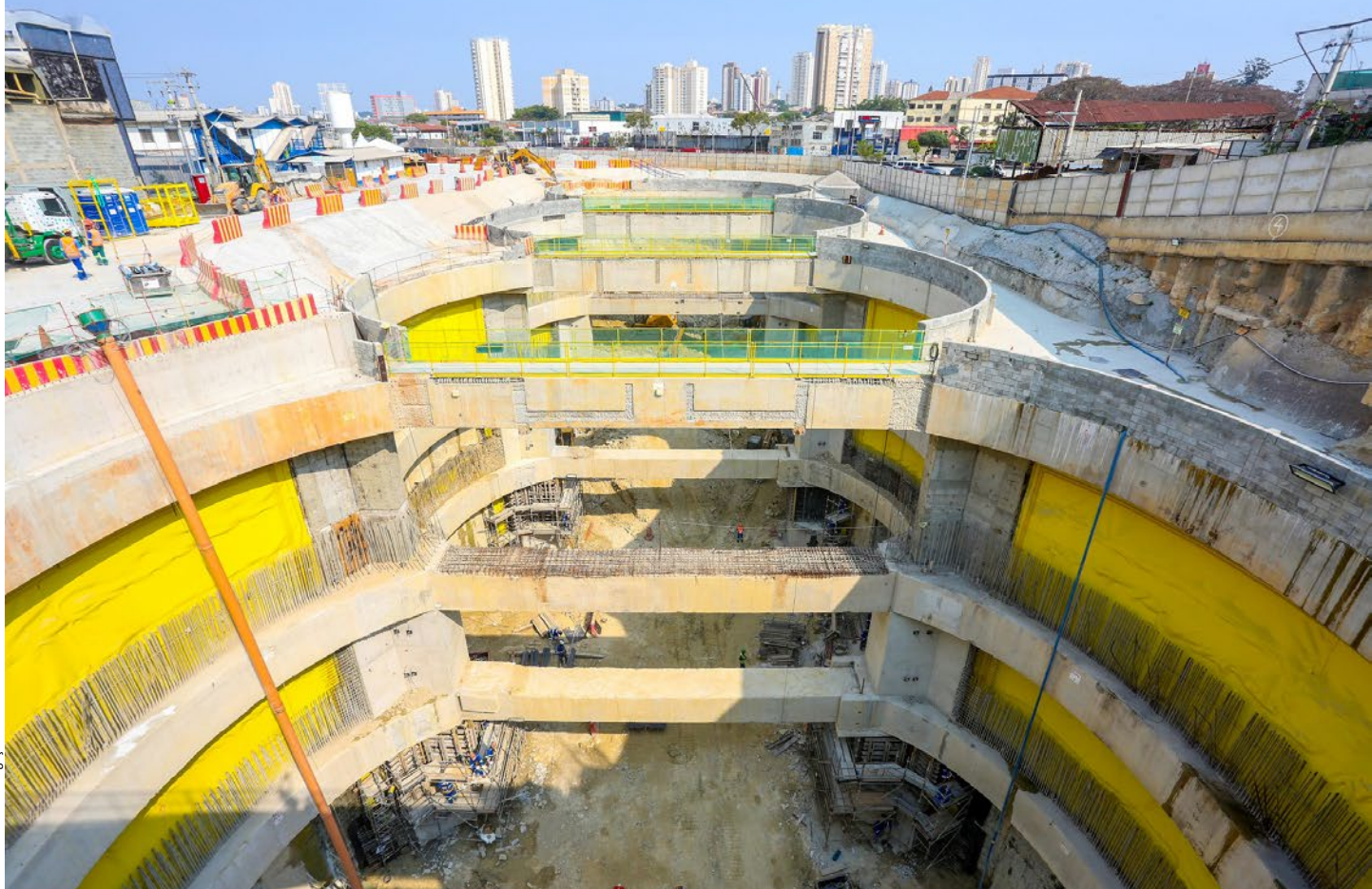
Esses esforços fizeram com que Roraima experimentasse um crescimento econômico robusto, superior a 40% entre os dois últimos censos. Nos últimos 5 anos, o estado também registrou um aumento de 2.200% nas exportações e expandiu sua área plantada, avançando na regularização fundiária e na geração de empregos. Esses resultados são monitorados pela Seplan, que busca garantir uma administração responsável e voltada para o bem-estar da população.

“Ao incorporar esses princípios, Roraima se posiciona como exemplo de governança responsável e orientada para o desenvolvimento sustentável para não deixar ninguém para trás em sua trajetória de crescimento e progresso”, conclui o secretário Rafael Fraia. ■



Plano São Paulo na Direção Certa moderniza gestão estadual

Iniciativa implementa novas medidas de modernização
da administração e otimização do gasto público



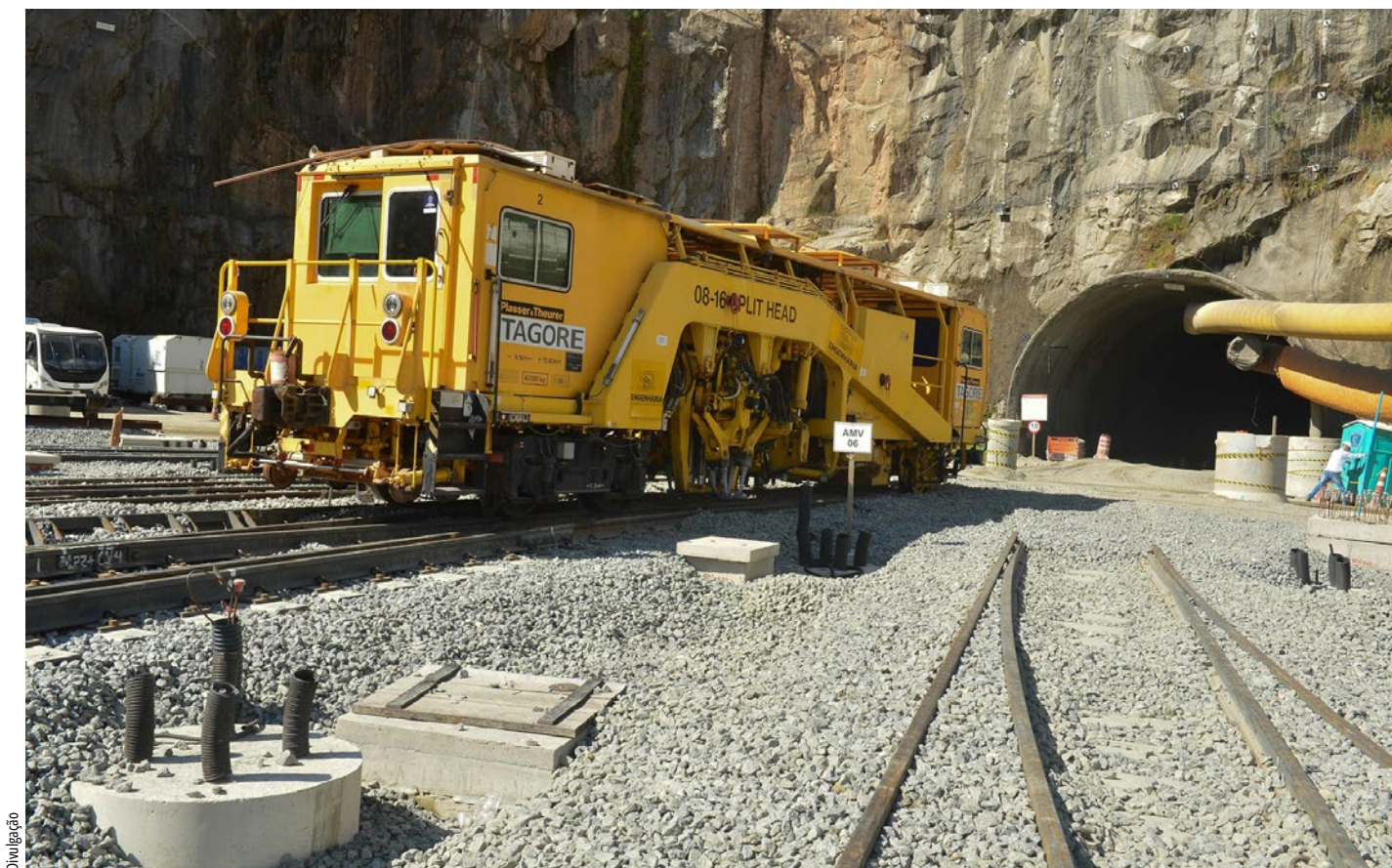
Nos 2 últimos anos, o Estado de São Paulo assumiu papel central na busca por soluções para vários desafios estruturais. Em maio de 2024, o governador Tarcísio de Freitas deu um passo decisivo ao lançar o plano “São Paulo na Direção Certa”, formalizado pelo Decreto Nº 68.538/2024, que reúne uma série de ações voltadas à modernização da gestão estadual, tendo sido elogiado pelos editoriais dos três principais jornais do Brasil – *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Estruturado em três eixos centrais – Expansão de Investimentos; Melhoria e Efetividade do Gasto e Redução de Despesas Correntes; e Modernização da Administração Pública, seu intuito é endereçar o processo histórico de compressão dos (bons) investimentos públicos e, com isso, ensejar a aceleração do crescimento econômico.

Por ocasião do lançamento desse plano, o governador frisou que o documento é o farol que guiará todas as mudanças e melhorias em prol da eficiência na gestão, da otimização do gasto público e da promoção de investimentos. “Vamos rever incentivos e estruturas ineficientes e acionar todas as alavancas necessárias para tornar o estado mais competitivo e indutor do desenvolvimento”, afirma o governador do estado, Tarcísio de Freitas (REPUBLICANOS).

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) é parte fundamental desse processo por causa da gestão voltada para a

Para 2025, o governo paulista prevê destinar R\$ 33,5 bilhões para projetos estruturantes



Divulgação



Divulgação

Mais de R\$ 12 bilhões em recursos devem ser investidos na expansão e modernização da rede de transportes metropolitanos

responsabilidade fiscal e para a eficiência do gasto é capaz de produzir bons resultados econômicos e, por meio deles, melhorar a vida das pessoas.

CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA

O secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita, está comprometido com uma agenda reformista, focada em destravar o potencial

econômico do Estado. “Nosso trabalho é calcado em uma série de transformações na Sefaz-SP para a construção do melhor ambiente de negócios do País”, resume o titular da Pasta.

O primeiro ciclo de Planejamento Estratégico de sua administração trouxe uma série de resultados, como o Resolve Já; a atuação assertiva de São Paulo nas discussões da reforma tributária; a reavaliação econômica dos benefícios tributários; e a simplificação da vida do contribuinte.

Outra importante iniciativa da atual gestão fazendária é a implantação do Fila Única, projeto que unifica fluxos de trabalho das 18 Delegacias Regionais Tributárias (DRTs). O objetivo foi otimizar os processos e melhorar as operações desempenhadas pela Sefaz-SP, com foco na redução de prazos de entrega dos serviços prestados e na satisfação dos contribuintes em geral.

Kinoshita acrescenta que a transformação da administração fazendária é um pilar essencial do “São Paulo na Direção Certa”. “Estamos criando um Fisco mais próximo das melhores práticas globais, acessível e cooperativo com o pagador de impostos, o que permite estimular a conformidade voluntária e reduzir a complexidade tributária.”

RETOMADA DO PROTAGONISMO PAULISTA NA QUESTÃO TRIBUTÁRIA

Além de modernizar a administração fazendária, o plano idealizado pela gestão Tarcísio de Freitas busca restabelecer o protagonismo de São Paulo nos debates sobre a questão tributária nacional. Nos últimos anos, o Brasil tem se movido em direção a uma reforma mais ampla do sistema de tributação, especialmente no que se refere à tributação do consumo. No entanto, essa reforma tem encontrado muitos desafios ao longo do caminho, incluindo a resistência de vários estados e setores econômicos. É nesse cenário que São Paulo atua de forma decisiva.

Sob a liderança do governador, o secretário Kinoshita e a Sefaz-SP têm trabalhado incessantemente para a criação de uma estrutura mais racional e eficiente de tributação. Como explica Kinoshita,



Divulgação

Para 2025, o governo paulista prevê destinar R\$ 33,5 bilhões para projetos estruturantes, um aumento significativo de 54% em relação ao ano anterior

“é fundamental que São Paulo esteja na vanguarda dessas discussões, defendendo uma reforma que simplifique o sistema tributário e crie um ambiente mais favorável ao investimento”.

Outro exemplo prático dessa atuação tem sido a revisão dos benefícios fiscais concedidos a setores específicos, uma iniciativa inédita no Brasil. Embora alguns desses incentivos tenham desempenhado um papel importante no passado, muitos se tornaram obsoletos ou ineficazes, criando distorções econômicas e pressionando as finanças públicas.

Assim, os auditores fiscais paulistas têm conduzido um trabalho minucioso para revisar esses benefícios e ajustar a tributação de acordo com as necessidades atuais da economia, garantindo maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos. Para isso, são observados critérios técnicos, com

base em indicadores – como estrutura do mercado, características setoriais, para a análise e proposição, ao governador, de recomendação de renovação ou revogação do benefício.

Como já ocorreu na primeira leva de benefícios analisados, aqueles que contemplam bons incentivos e apresentam resultados, com aderência econômica, foram renovados.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Um dos aspectos mais ambiciosos do São Paulo na Direção Certa é o volume recorde de investimentos em infraestrutura. Para 2025, o governo paulista prevê destinar R\$ 33,5 bilhões para projetos estruturantes, um aumento significativo de 54% em relação ao ano anterior, conforme o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) elaborado pela Sefaz-SP e enviado à Assembleia Legislativa.

Esses investimentos estão concentrados em áreas prioritárias, como transporte, habitação e segurança hídrica, todos fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população e criar as condições necessárias para o crescimento econômico de longo prazo. Entre os principais eixos de investimento



O governador Tarcísio de Freitas e o secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita.

Divulgação

está a expansão e modernização da rede de transportes metropolitanos, que contará com mais de R\$ 12 bilhões em recursos.

Na saúde, serão destinados recursos para os novos hospitais, além dos investimentos para a tabela SUS Paulista. Na educação, destaque para os investimentos nos projetos de reforma, climatização e infraestrutura das unidades da rede estadual de ensino. Em segurança, o governo de SP vai ampliar os investimentos em tecnologia e inteligência policial para desarticular o ecossistema do crime organizado em todo o estado, além de reforçar as ações de policiamento.

Os investimentos públicos complementam uma estratégia robusta de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões, que têm sido um dos pilares da administração de Tarcísio de Freitas. Essas iniciativas mobilizam o capital privado, fomentando a inovação em setores estratégicos, criando empregos e impulsionando o crescimento de maneira ampla.

PLANO SE CONSOLIDA A PASSOS LARGOS

Com a implementação do plano, São Paulo busca enfrentar seus próprios desafios econômicos. O estado, que sempre teve um papel de liderança na economia nacional, agora se posiciona como o centro das discussões sobre o futuro do País, especialmente no que diz respeito a temas cruciais, como a Reforma Tributária e a modernização do setor público.

O sucesso do plano dependerá da capacidade do governo de continuar atraindo investimentos, promovendo a inovação e criando um ambiente de negócios competitivo. Alcançando essas metas, São Paulo pretende pavimentar o caminho para uma era de crescimento sustentado e prosperidade para seus 45 milhões de habitantes.

À medida que o estado avança em sua jornada de reformas privatistas, o São Paulo na Direção Certa se consolida como uma iniciativa transformadora, que coloca São Paulo na rota dos conceitos neoliberais da economia. ■



Recursos públicos otimizados e conectados estrategicamente ao planejamento de Pernambuco

A gestão de investimentos públicos na esfera estadual apresenta como pilar na otimização de recursos financeiros públicos o atendimento de demandas regionais essenciais como, saúde, educação e infraestrutura. Otimizar os recursos públicos e conectá-los de forma estratégica ao planejamento governamental se mostra como um dos maiores desafios enfrentados pelos governantes estaduais para um retorno eficaz desses investimentos. Para isso, faz-se necessária a adoção de diretrizes estruturadas, bem como processos de seleção e priorização de projetos eficientes que traduzam uma boa prática na gestão de projetos de investimentos.

Nesse contexto, em Pernambuco, foi publicado o Decreto nº 56.726, em 5 de junho de 2024, instituindo o Sistema de Gestão de Projetos de Investimento Público do Poder Executivo. Esse normativo concentra os princípios orientadores para os órgãos e entidades da administração pública estadual no que tange aos investimentos públicos estaduais. Ele traz para o estado as diretrizes norteadoras do processo de gestão de investimentos públicos no em relação à estruturação de um banco de projetos

consistente, avaliação prévia, formação da carteira de projetos e avaliação ex post (após o fato).

Consoante a isso, observa-se a necessidade do alinhamento dos projetos estruturadores aos instrumentos legais de planejamento governamental, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Sendo assim, permeando esse processo, o governo do Estado de Pernambuco realizou a pactuação de iniciativas prioritárias e elaborou as carteiras de projetos de cada secretaria, com a devida aderência aos instrumentos estratégicos e alinhamento orçamentário, garantindo, assim, a disponibilização de recursos para investimentos estruturantes no Estado. Nessa perspectiva, foram viabilizados programas nas mais diversas áreas de atuação do estado, como o Juntos pela Educação, o Juntos pela Segurança e o Águas de Pernambuco. ■

Por Fabrício Marques, secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco e presidente do Conseplan.



Projetos desenvolvidos em Sergipe focam em modelo de governança por resultados

Atuação em rede tem a finalidade de prospectar cenários de futuro a longo prazo para o Estado. Modelo de governança integra Planejamento, Orçamento e Inovação

Divulgação

Seplan realizou audiências públicas para construção da Lei Orçamentária Anual.



O governo de Sergipe tem atuado de modo integrado a partir de ações que conectam as estruturas de governança em eixos de trabalho, como Planejamento, Orçamento, Transformação Digital, Inovação e Desenvolvimento Regional. Essa articulação tem sido reforçada a partir da recriação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Inovação (Seplan), que tem como perspectiva a construção em rede dos cenários prospectivos que consolidem o desenvolvimento do estado a longo prazo.

O fortalecimento do Planejamento Estratégico e a implantação do processo de Monitoramento Ativo, iniciados antes mesmo da criação da secretaria, em 2023, foram os primeiros projetos desenvolvidos pela gestão, com foco na criação de um modelo de governança integrado e visando à execução de políticas públicas mais eficientes e eficazes.

A formalização da Seplan, no entanto, trouxe outros desafios, como a integração do Planejamento ao Orçamento, que, antes, era vinculado à Fazenda e, agora, de mãos dadas com o planejamento, vem resultando no acompanhamento da execução orçamentária do Estado de Sergipe e na construção da Lei Orçamentária Anual (LOA), a qual, em 2024, teve

Criação de rede coordenada pela Seplan fortalece a colaboração entre servidores públicos

uma ampliação da participação social por meio da realização de seis audiências territoriais e de uma audiência temática.

“Parte do processo de construção da LOA passa pela necessidade de ouvirmos as demandas de maior atenção para os territórios, alinhando o orçamento a essas prioridades. Por isso, o orçamento público é, fundamentalmente, um instrumento de planejamento estatal, que precisa ter aderência entre o planejamento estratégico, os objetivos do governo e as necessidades da população, a partir de uma visão de curto, médio e longo prazos. Foi um momento de escuta, de participação popular e de ouvir as necessidades da nossa população por regiões, não apenas ouvir, tecnicamente, os secretários, a equipe do estado, de ouvir também o que a população das cidades está sentindo, o que o povo sergipano tem a dizer e entender quais são as demandas”, explica o secretário de Planejamento, Orçamento e Inovação, Júlio Filgueira.

REDE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO POSSIBILITA ATUAÇÃO INTEGRADA

Houve também a criação do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, pelo governo de Sergipe, que redefiniu a Rede Estadual de Planejamento e Orçamento, incluindo as Diretorias de Planejamento e Orçamento em cada secretaria. A medida visou promover uma atuação integrada na formulação e monitoramento de políticas públicas, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento (Seplan). A nova estrutura busca fortalecer o compromisso com resultados para a sociedade sergipana, promovendo colaboração e capacitação entre os servidores públicos.

“Essa iniciativa da gestão, mais significativa que a própria criação da Seplan, foi para que tenhamos fortalecido, em Sergipe, todo o sistema de Planejamento Estratégico, Monitoramento e Orçamento. Hoje, temos em cada secretaria, e atuando em rede, um conjunto de pontos focais para que possamos chegar mais longe, com mais foco e mais compromisso com resultado para o cidadão”, explica a secretária-executiva, Melina Tavares.

INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Outro desafio colocado pelo governo do estado à Seplan foi a inclusão da inovação na Pasta, que passou a ser órgão central da temática no Estado. Com isso, a Seplan iniciou, no segundo semestre de 2024, a criação da Agenda Estratégica de Inovação, que vai referenciar a discussão de uma política pública e sustentável para todo o ecossistema.

Em julho de 2024, o governo de Sergipe sancionou o Novo Marco Legal da Inovação. O projeto amplia uma lei anterior, incluindo os eixos da ciência e tecnologia, atualizando a participação de atores no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de Sergipe e apresenta novas medidas que visam a estimular o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, tendo como foco a redução das desigualdades regionais, a interiorização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, além da promoção de cooperação e interação entre a administração pública estadual, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e a iniciativa privada.



Missões do Banco Mundial para tratar sobre o Conecta-SE.

Divulgação

No campo da Transformação Digital, a Seplan capitaneia o maior projeto de aceleração digital do governo do estado, o Conecta-SE, que traz como objetivo permitir melhor qualidade de acesso à Internet em todo o Estado de Sergipe e promover um canal de diálogo mais moderno e eficaz entre o governo e a população, além de outras vertentes.

A implantação nos municípios sergipanos será viabilizada por meio de operação de crédito entre o governo estadual com o Banco Mundial. Para isso, a Seplan já realizou duas missões com a instituição financeira, nas modalidades presencial e on-line, com o objetivo de dialogar a respeito da implantação dos projetos de tecnologia e conectividade.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO UNE GOVERNO, INICIATIVA PRIVADA E TERCEIRO SETOR

Também coordenado pela Seplan, em parceria com a Agência de Desenvolvimento de Sergipe (Desenvolve-SE), o Sergipe 2050 é uma estratégia de desenvolvimento colaborativa que une o governo, a iniciativa privada e o terceiro setor, para traçar um futuro sustentável para a unidade federativa. Essa abordagem busca criar uma plataforma que sistematize o conhecimento e promova uma reflexão contínua sobre o desenvolvimento sergipano. A iniciativa inclui a mobilização de atores-chave para discutir e pactuar agendas de ação, fundamentais para o progresso do estado.

O primeiro passo da estratégia envolve a elaboração de cenários prospectivos, que será um processo participativo e contínuo, envolvendo diversas instituições. A partir desses cenários, serão delineadas estratégias de curto e médio prazos, não apenas para o governo, mas para todos os participantes. Essas estratégias servirão de base para a pactuação de Agendas de Ação, estabelecendo diretrizes claras para o desenvolvimento.

Fatores-chave para o sucesso da estratégia incluem a mobilização constante dos envolvidos, a legitimidade do processo de discussão e a gestão baseada em indicadores. A questão norteadora da iniciativa é como Sergipe pode trilhar um caminho

rumo a um estado democrático e desenvolvido de forma sustentável, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva. Os aspectos fundamentais a serem abordados incluem educação, inovação, infraestrutura, direitos básicos e desenvolvimento institucional, essenciais para garantir um futuro próspero para Sergipe.

“O Sergipe 2050 adquire relevância estratégica porque reúne os objetivos estratégicos e organiza um projeto de futuro. Não é apenas uma ação de governo, é uma ação de estado, que vai envolver atores internos e externos em torno dos desafios que teremos para esta e para as próximas gerações”, destaca o secretário Júlio Filgueira.

“ O Sergipe 2050 não é apenas uma ação de governo, é uma ação de Estado, que vai envolver atores internos e externos em torno dos desafios que teremos para esta e para as próximas gerações.”

Julio Filgueira,
secretário de Planejamento,
Orçamento e Inovação



Divulgação



Trabalho em campo de revisão dos limites municipais realizado pela Seplan.

Divulgação

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO METROPOLITANA

Por meio da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana, a Seplan conduz dois projetos fundamentais para Sergipe: a revisão dos limites municipais, que readequa a delimitação de algumas localidades, promovendo justiça social e devolvendo às comunidades uma sensação de pertencimento regional e cultural; e a revitalização do Centro de Aracaju, ainda em fase de discussão com instituições e entidades, como já vem sendo feito em outras capitais brasileiras.

Por meio dessa subsecretaria, a Seplan ficará responsável pela realização, em 2025, da Conferência Estadual das Cidades, um evento que irá discutir políticas de desenvolvimento sustentável e de habitação nas grandes cidades, com vistas à participação na edição nacional da conferência.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE CONTRIBUI PARA DIFUSÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

A atuação da Seplan de Sergipe abrange, ainda, um órgão de estudos e pesquisas do estado: o Observatório de Sergipe, que tem o papel de desenvolver, manter e difundir um sistema de dados e informações gerais sobre a unidade federativa,

abrangendo estatísticas, estudos socioeconômicos e levantamento geográficos.

Seu desafio institucional é permitir que a população sergipana possa conhecer melhor o seu estado, formando bases de conhecimento nas citadas áreas, de modo a subsidiar o planejamento governamental e o desenvolvimento social e econômico do estado.

O Observatório conta, também, com dois núcleos, que são as células de desenvolvimento de estudos e análises dentro do Observatório de Sergipe: de Estatística e de Estudos e Pesquisas e de Geografia e Cartografia.

O amplo leque temático de atuação da Seplan, que vai muito além do Planejamento e Orçamento, traz ao Estado de Sergipe uma nova era de investimentos, com olhar voltado ao desenvolvimento integrado e ordenado do estado, mas também com uma visão humana de garantir a execução e a implementação políticas públicas aos sergipanos e sergipanas.

Cabe à Seplan atuar como uma aceleradora desses projetos, tracionando e suportando pontos críticos de gestão com foco no resultado esperado e no suporte ao processo de tomada de decisão pela alta gestão. ■



Recriação da Seplan em Sergipe e o desafio da implantação de um novo modelo de governança

Quando se pensa no desenvolvimento sustentável de um estado, não há como trilhar um outro caminho que não seja o da ação planejada. Em 2024, Sergipe deu passos para fortalecer esse conceito a partir da recriação da Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação (Seplan) do Governo do Estado, inexistente desde 2018.

Em 2023, com início da atual gestão do governador Fábio Mitidieri, Sergipe deu start ao planejamento estratégico e ao monitoramento ativo de suas ações, áreas cruciais para a efetividade das políticas públicas que vêm sendo pensadas, discutidas e implantadas com foco em promover o desenvolvimento sustentável do estado. Este trabalho foi realizado através de uma Superintendência de Planejamento, ligada à Casa Civil, e que ganhou mais amplitude e autonomia com a criação do novo órgão.

A Seplan nasce com foco em integrar as áreas de Planejamento Estratégico e Monitoramento Ativo, Orçamento, Inovação e Transformação Digital, Estudos e Pesquisas, Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana, a partir da atuação de cinco subsecretarias, para que seja criado um ciclo virtuoso de crescimento, no qual a preservação dos recursos naturais e do patrimônio

ambiental esteja entrelaçada com o progresso econômico e social.

Os principais desafios enfrentados durante o processo da secretaria foram a fragilidade continuada do modelo de governança, a falta de aderência entre os instrumentos de planejamento, a ausência de ferramentas tecnológicas adequadas para o gerenciamento dos planos, a baixa valorização e qualificação técnica das equipes, assim como a inexistência de dados e indicadores para subsidiar a tomada de decisão da alta gestão.

A atuação da Seplan, sob essa perspectiva, emerge como um farol estratégico reunindo pilares que são alicerces fundamentais para a construção de políticas públicas inovadoras e disruptivas, que impulsionarão Sergipe em direção a um futuro mais próspero. ■

Julio Filgueira, secretário de Planejamento, Orçamento e Inovação do Estado de Sergipe.





Tocantins avança em desenvolvimento fiscal e socioeconômico com gestão inovadora e estratégica

Estado conseguiu reduzir déficits e ampliar investimentos, mantendo ritmo de crescimento e bons índices de emprego e renda

Foto: Márcio Vieira/Governo do Tocantins

Ferrovias Norte-Sul colocou o Tocantins em posição privilegiada em um dos principais corredores logísticos do Brasil.

O Tocantins tem se destacado no cenário nacional por seus avanços fiscais, econômicos e sociais, resultado de uma gestão comprometida com a eficiência e o planejamento estratégico. Sob a liderança do governador Wanderlei Barbosa, o estado reduziu déficits, ampliou investimentos em áreas prioritárias e consolidou sua posição como referência em desenvolvimento sustentável. “Estamos construindo um Tocantins mais forte, com responsabilidade fiscal e foco no que realmente importa: melhorar a vida da nossa população e preparar o Estado para o futuro”, afirmou o governador.

Em 2022, o Tocantins alcançou um marco importante em sua gestão fiscal com a

reclassificação da Capacidade de Pagamento (CAPAG) de C para B, emitida pela STN. Esse avanço permitiu que o Estado passasse a contar com a garantia da União para operações de crédito internacionais, ampliando as possibilidades de captação de recursos. Com essa condição favorável, a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) iniciou uma busca estratégica pelas melhores condições financeiras, garantindo recursos destinados à construção de hospitais e escolas, à inovação na gestão pública e à recuperação e pavimentação de rodovias estaduais. Essas iniciativas têm fortalecido a integração regional e impulsionado o escoamento da produção agrícola e industrial,

PIB do Tocantins é impulsionado pelo setor do agronegócio, com destaque para a soja



Foto: Freepik



Foto: Ademir dos Anjos/Governo do Tocantins

Governador Wanderlei Barbosa durante assinatura do Pró-Gestão Tocantins

atendendo às demandas crescentes da sociedade e da economia local.

Até outubro de 2024, o Tocantins registrou, no Sistema de Análise da Dívida Pública, 50 operações de crédito em diferentes etapas: contratadas, não contratadas e em análise. Entre os destaques, estão os financiamentos com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 1 bilhão, para a recuperação de rodovias, e com o Banco Mundial, no montante de US\$ 55 milhões, para o “Progestão Tocantins: Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público”. Esses investimentos reforçam o compromisso do governo estadual com o crescimento sustentável e a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos.

PIB MANTÉM RITMO DE CRESCIMENTO E PROJETA NOVOS RECORDES

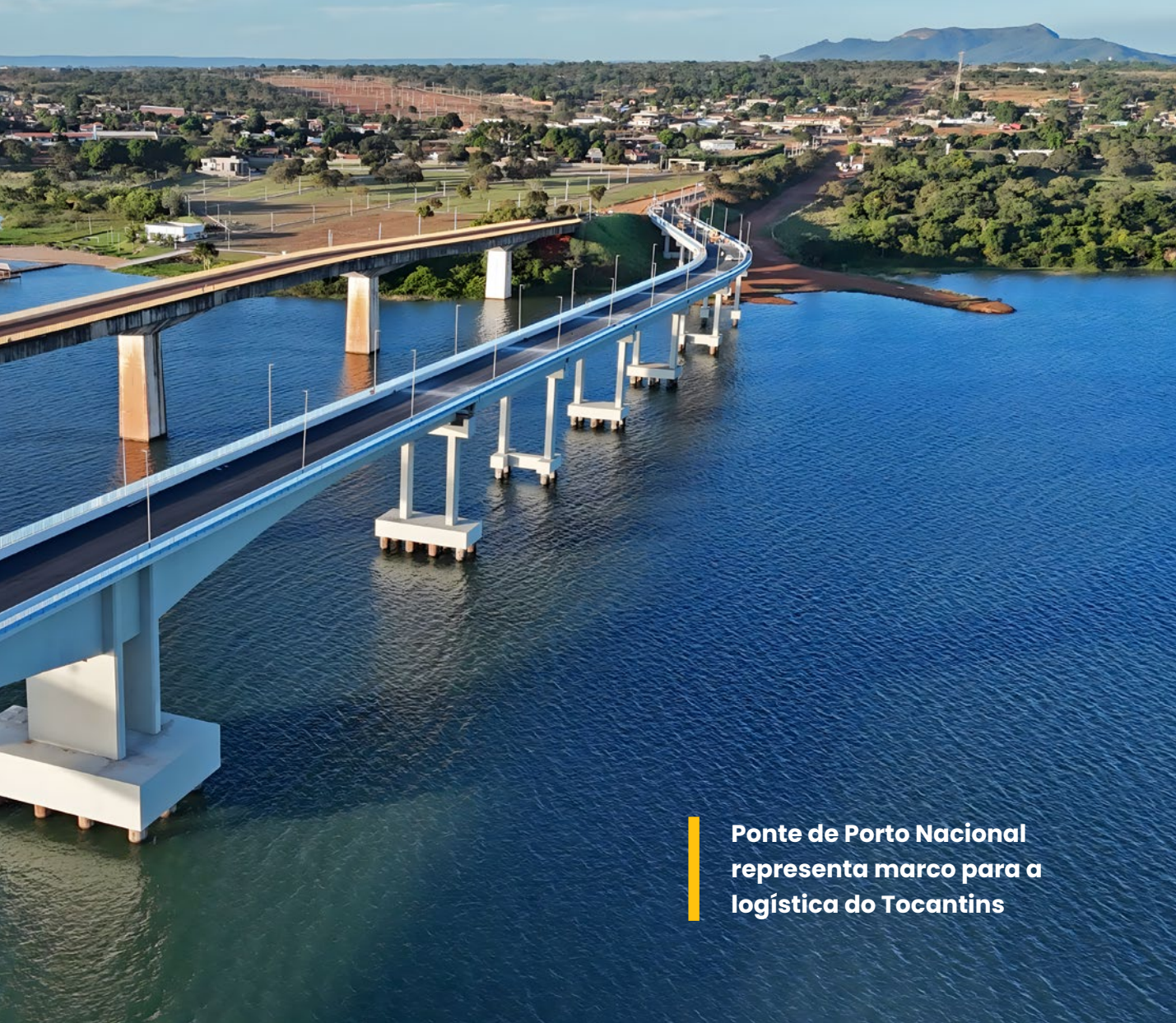
Em 2022, o Tocantins registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 58,2 bilhões, consolidado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse valor reflete um crescimento expressivo de 6,0%, posicionando o



Estado em 4º lugar no ranking nacional, um marco que confirma seu potencial de expansão econômica.

De acordo com projeções do Banco Bradesco, o PIB do Tocantins deve atingir R\$ 62,4 bilhões em 2023 e alcançar R\$ 65,9 bilhões em 2024. As estimativas do Banco do Brasil reforçam esse otimismo, apontando um crescimento de 10,9% no PIB em 2023 — a maior taxa do país — e de 4,1% em 2024, a segunda maior do Brasil.

Pela primeira vez na série histórica (2002-2022), o Tocantins avançou no ranking nacional do PIB, assumindo a 23ª posição, ultrapassando Sergipe, estado tradicionalmente baseado na indústria. Esse avanço é um reflexo da dinâmica econômica do Tocantins, que, com apenas 36 anos de criação, vem se destacando no cenário nacional.



Ponte de Porto Nacional representa marco para a logística do Tocantins

Foto: Tomaz Neto/Governo do Tocantins

O secretário de Planejamento e Orçamento, Sergislei de Moura, destacou o significado desse desempenho. “O potencial de crescimento do Tocantins é exemplar. Estamos avançando em diversos indicadores, como emprego, competitividade e serviços. Ultrapassar um estado consolidado como Sergipe é um feito histórico. Tocantins está se consolidando como uma potência econômica e segue firme nesse caminho”, afirmou.

Além disso, o PIB *per capita* do Tocantins em 2022 atingiu R\$ 38.511,66, garantindo a 13ª posição no ranking nacional e a 2ª na região Norte. Esses números reforçam a confiança no futuro econômico do Estado, que combina crescimento sustentável com investimentos estratégicos para atender às demandas de sua população.

AVANÇOS NA LOGÍSTICA E NO TRANSPORTE

A posição estratégica do Tocantins no cenário logístico nacional foi consolidada pela implantação da Ferrovia Norte-Sul, que atravessa o Estado em 32% de sua extensão total de 2.257 km, ligando Açaí-lândia (MA) a Estrela D'Oeste (SP). Conhecida como a coluna dorsal do transporte ferroviário no Brasil, essa infraestrutura é essencial para o escoamento de produtos agropecuários e industriais, conectando o Tocantins aos principais portos do país, como Itaqui (MA) e Santos (SP).

O Tocantins conta com seis plataformas intermodais que integram a ferrovia aos transportes rodoviário e hidroviário, oferecendo um diferencial competitivo no transporte de cargas e promovendo o desenvolvimento socioeco-



Foto: João Di Pietro

Centro oferece mais de 200 serviços para a população

nômico em suas áreas de influência. A criação de polos industriais e agroindustriais ao longo do trajeto da ferrovia tem gerado emprego e renda, ampliando as oportunidades econômicas para os municípios tocantinenses.

Em setembro de 2024, o estado deu mais um passo importante com a inauguração do terminal rodoferroviário de Alvorada. Esse terminal, o primeiro da Ferrovia Norte-Sul, tornou-se um ponto estratégico para o agronegócio, permitindo o carregamento de até 12 vagões por hora, com capacidade de transportar 5 mil toneladas de grãos diariamente. O terminal conta com um armazém moderno com capacidade para 75 mil toneladas, viabilizando a secagem e a padronização de cargas oriundas do Tocantins, da Bahia e do leste de Mato Grosso,

fortalecendo a conexão dessas regiões ao mercado internacional por meio do Porto de Santos.

Outro marco significativo foi a inauguração da Ponte de Porto Nacional, em junho de 2024. Construída sobre o Rio Tocantins, a ponte integra a malha viária do estado e representa um investimento de R\$ 180 milhões do Governo do Tocantins.

ÍNDICES POSITIVOS DE EMPREGO E RENDA

O Tocantins segue em trajetória positiva no mercado de trabalho formal pelo 8º mês consecutivo em 2024, evidenciando um cenário de crescimento econômico e geração de oportunidades. Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que em agosto foram abertas 1.139 novas vagas formais no estado.

No acumulado de janeiro a agosto de 2024, o saldo de empregos alcançou 8.871 postos de trabalho com

carteira assinada, consolidando o Tocantins como um destaque na geração de empregos na região Norte.

REGIONALIZAÇÃO FORTALECE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TOCANTINS

Em outubro de 2024, a Seplan instituiu a nova divisão regional do Tocantins, uma iniciativa que aprimora o planejamento e a formulação dos Planos Plurianuais (PPA) e dos Orçamentos Anuais do Estado. A regionalização foi baseada em critérios técnicos, como a Base de Dados das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018, do IBGE, garantindo que as especificidades e demandas de cada região sejam consideradas de forma mais precisa.

O titular da Seplan, Sergislei de Moura, destacou a relevância da medida. “É um grande avanço para o planejamento das ações e políticas públicas do estado. A regionalização indica as similaridades, influências e necessidades de cada regional, permitindo que os esforços e investimentos sejam direcionados para onde mais precisam. A população será a maior beneficiada com os resultados do planejamento”, afirmou.

A proposta da regionalização é oferecer um referencial geográfico robusto para o planejamento e a execução de políticas públicas. A partir dessa organização, será possível realizar um monitoramento mais eficiente e uma alocação estratégica de recursos, potencializando os impactos positivos para o desenvolvimento regional e para o atendimento às demandas locais da população.

CENTRALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O PronTO, Unidade de Serviço de Atendimento ao Cidadão, representa um marco na prestação de serviços públicos no Tocantins. Essa iniciativa reúne, em um único local, diversos órgãos das esferas estadual, municipal e federal, facilitando a conexão direta entre os cidadãos e as entidades governamentais.

Com foco na excelência e na modernização do atendimento, o Governo do Tocantins oferece mais

Foto: Walker Ribeiro/Governo do Tocantins



Oportunidades para a população e rapidez na abertura de empresas geram bons números para a economia tocantinense

de 200 serviços integrados no PronTO, proporcionando agilidade e praticidade ao cidadão. Além disso, a centralização de serviços gera significativa economia aos cofres públicos, eliminando a necessidade de manutenção de prédios alugados e otimizando os recursos administrativos.

AGILIDADE NA ABERTURA DE EMPRESAS

Através da Junta Comercial do Tocantins, o estado consolidou-se como um dos cinco mais rápidos do Brasil para a abertura de empresas. Atualmente, o processo completo é finalizado em apenas 17 horas, sendo 13 horas destinadas à análise de viabilidade e apenas 3 horas para o registro empresarial.

Essa marca representa um avanço expressivo em relação a 2021, quando o tempo médio para a abertura de empresas era de 51 horas, com 23 horas para viabilidade e 28 horas para registro. A Gestão do governador Wanderlei Barbosa implementou inovações e desburocratizações que impulsionaram a eficiência do sistema, criando um ambiente mais favorável para empresários e investidores. ■



INOVAÇÃO NA ENTREGA DE SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS

A X-VIA é uma empresa inovadora que está transformando a maneira como os serviços governamentais são entregues no Brasil. Nossa empresa tem se destacado como pioneira no desenvolvimento de soluções digitais para o setor, marcando um novo capítulo na história da administração pública brasileira.

Em 2013, a X-VIA lançou o primeiro aplicativo de governo do Brasil, o MT Cidadão, para o estado de Mato Grosso. O aplicativo foi um marco significativo, abrindo caminho para a digitalização de outros serviços públicos no estado e tornando a X-VIA pioneira em governo digital no Brasil. Atualmente, a plataforma do MT Cidadão já conta com mais de 700 serviços públicos no portal e mais de 30 milhões de acessos, apenas no ano de 2023.





REDUÇÃO DE CUSTOS E EXPANSÃO DA PLATAFORMA

Além de facilitar o acesso aos serviços públicos, a plataforma da X-VIA também gera economia. Usando o estado de Mato Grosso como exemplo, a economia direta gerada ao estado em apenas três anos foi superior a 152 milhões de reais, considerando apenas a implementação de quatro serviços digitais.

Nossa plataforma também foi adotada pelo estado do Piauí, demonstrando a eficácia e a versatilidade da solução. No Piauí, serviços que antes eram burocráticos e exigiam deslocamento e horas de espera em filas agora estão acessíveis pelo portal do Gov.PI. O avanço dessa parceria foi tão impactante que garantiu ao estado o terceiro lugar no índice TIC de 2024, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), que mede a oferta de serviços digitais de todos os estados do Brasil.



TECNOLOGIA DE PONTA INSPIRADA EM MODELOS INTERNACIONAIS

Para fornecer e gerenciar o fluxo rápido de informações entre diferentes bancos de dados e sistemas, a empresa utiliza como base a plataforma X-ROAD, uma solução de intercâmbio de dados de código aberto, unificada, que opera na Estônia desde 2001.

O país é reconhecido globalmente por sua infraestrutura digital avançada e por ser um modelo de governo digital. Ao adaptar as práticas e tecnologias estonianas para o contexto brasileiro, a X-VIA garante que sua plataforma seja segura e eficiente, fornecendo aos seus clientes confidencialidade por meio de avançada criptografia, interoperabilidade dos dados e agilidade na entrega de serviços públicos ao cidadão.

De forma invisível, a plataforma X-VIA conecta diferentes sistemas de informação e banco de dados públicos, como Detran, TCU, Sefaz e outros, digitalizando seus serviços em um só portal de acesso e tornando mais fácil a vida da população.



O CAMINHO PARA UM GOVERNO DIGITAL DE SUCESSO

Para se alcançar um governo digital bem-sucedido, muito além de reunir as melhores tecnologias do mundo, é necessário promover o acultramento e a adaptação dessas inovações, além do engajamento do governo e do cidadão. Com base nas necessidades de cada estado, a X-VIA criou uma metodologia única que, de maneira rápida e eficiente, identifica e se adequa às demandas locais.

Esse enfoque envolve a criação de um ponto único de interação acessível para todos os serviços governamentais, focando em melhorar a experiência do cidadão e sua integração à comunidade, além de promover transparência e confiança no governo.



**Acelerando a entrega
de governo digital**

www.xvia.com.br

No governo digital, estado e cidadão são beneficiados.

Diversos serviços do Governo
em um único App.



www.xvia.com.br